LUCIMAR ARAÚJO BRAGA
(ORGANIZADORA)

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM



Texto e Contexto
EDITORA

LUCIMAR ARAÚJO BRAGA

(organizadora)

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM



Texto e Contexto
EDITORA

Copyrigth © 2026 by Lucimar Araujo Braga
Todos os direitos reservados à organizadora

Diretor: Vendelino Hauer
Projeto gráfico, capa e revisão: Equipe Texto e Contexto Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Estudos contemporâneos em sociolinguística [livro eletrônico] / organização de Lucimar Araújo Braga. — Ponta Grossa, PR : Texto e Contexto Editora, 2026. PDF

ISBN 978-65-6080-134-9

1. Sociolinguística. 2. Variação linguística. 3. Língua portuguesa — Brasil. I. Braga, Lucimar Araújo, org.

CDD 306.44

Índice para catálogo sistemático
1. Sociolinguística 306.44

Texto e Contexto Editora
www.textoecontextoeditora.com.br
contato@textoecontexto.com.br
Tel. (42) 98883-4226

Sumário

6
APRESENTAÇÃO

11
PROTOCOLOS E DIVERSIDADE: REPENSANDO A COLETA DE DADOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA SOCIOLINGUÍSTICA
Alice Sauruk de Andrade
Gisele de Fátima do Prado
Lorena Bianca da Silva

43
EU SOU QUEM EU DIGO: ATOS DE FALA E INFERÊNCIAS NA NEGOCIAÇÃO DE IDENTIDADES DE MULHERES TRANS NA INTERAÇÃO COTIDIANA
Alice Sauruk de Andrade
Sebastião Lourenço dos Santos
Kiminay de Oliveira

60
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS NO CURSO DE LETRAS: ALGUNS SABERES DOCENTES SOBRE O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL
Catarina Zarochinski de Oliveira
Lucimar Araujo Braga

78
MEMES E RACISMO ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA DE ENUNCIADOS SOBRE A VIOLÊNCIA POLICIAL E RACISTA
João Victor Chiquetto Silva

96
AS ORAÇÕES RELATIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ATITUDE LINGUÍSTICA EM RELAÇÃO ÀS VARIANTES PADRÃO, CORTADORA E COPIADORA
João Victor Chiquetto Silva
Julia Ribeiro Chiquetto

121
SER FILHO NA CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA DE TEXTOS DE PAULINA FLORES E DYLLAN JOHNNY
Julia Ribeiro Chiquetto

141
REDUÇÃO DO DITONGO NASAL ÁTONO /ẽj/ EM VERBOS E NOMES NA FALA ESPONTÂNEA
Kiminay de Oliveira
Rictor de Oliveira Dantas
Heloisa Kosinski

170
SOBRE OS AUTORES

Apresentação

Este e-book reúne um conjunto de estudos que, embora distintos em seus objetos, abordagens teóricas e recortes empíricos, compartilham uma preocupação central: compreender a linguagem como prática social situada, atravessada por relações históricas, culturais e políticas. Os textos aqui reunidos dialogam com diferentes campos dos estudos da linguagem — entre eles a Sociolinguística, a Análise do Discurso, a Pragmática, os Estudos de Gênero e a crítica literária — e demonstram, em conjunto, a riqueza e a diversidade de perspectivas que constituem a pesquisa contemporânea na área.

Cabe destacar que os textos reunidos nesta coletânea têm sua origem nas discussões acadêmicas desenvolvidas no âmbito da linha de pesquisa Estudos Linguísticos do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL)da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Essa linha de pesquisa dedica-se à investigação da linguagem em suas múltiplas manifestações — estruturais, discursivas, sociais e culturais —, promovendo o diálogo entre diferentes perspectivas teóricas e metodológicas no campo da Linguística e áreas afins. Nesse contexto, os trabalhos aqui apresentados resultam de pesquisas, debates e atividades acadêmicas realizadas no programa, refletindo a diversidade de temas e abordagens que caracterizam a produção científica do PPGEL/UEPG.

Ao reunir investigações que transitam entre a análise linguística, a reflexão teórica e a leitura crítica de discursos e textos literários, esta obra pretende oferecer ao leitor um panorama das múltiplas formas pelas quais a linguagem se manifesta na vida social. Em todos os capítulos, a linguagem é compreendida não apenas como sistema estrutural ou instrumento de comunicação, mas como uma prática simbólica que produz sentidos, organiza experiências e participa ativamente da construção das identidades individuais e coletivas.

Um dos eixos que estruturam esta coletânea diz respeito à relação entre linguagem, educação e formação docente. Nesse sentido, destaca-se

a discussão sobre a formação de professores de línguas no contexto dos cursos de Letras e sobre os saberes necessários à prática pedagógica contemporânea. O estudo que aborda a experiência de ensino de português como língua adicional para crianças imigrantes evidencia a importância de integrar teoria e prática na formação docente, ressaltando o papel dos saberes experienciais na construção do trabalho pedagógico. A reflexão proposta nesse texto evidencia como as transformações sociais recentes — especialmente aquelas relacionadas aos fluxos migratórios e à diversidade cultural — têm produzido novas demandas para a educação linguística, exigindo que os cursos de formação de professores ampliem suas perspectivas teóricas e metodológicas.

Outro eixo fundamental da obra se volta para a análise da variação linguística no português brasileiro e às atitudes dos falantes diante das diferentes variantes da língua. A investigação sobre as estratégias de relativização no português brasileiro demonstra como as estruturas linguísticas se organizam em um sistema dinâmico, marcado por processos de mudança e por condicionamentos sociais. Ao discutir a coexistência de diferentes formas sintáticas e as avaliações que os falantes fazem dessas variantes, o estudo contribui para reafirmar um princípio central da Sociolinguística: a língua é intrinsecamente heterogênea e sua variação está profundamente relacionada às práticas sociais dos sujeitos que a utilizam. Dessa maneira, a análise apresentada permite questionar concepções normativas e homogêneas da linguagem, mostrando que os usos linguísticos se constituem em permanente diálogo com fatores sociais, culturais e históricos.

Ainda no campo da Sociolinguística, a coletânea incorpora também uma investigação voltada à dimensão fonético-fonológica da variação linguística. O estudo intitulado "Redução do ditongo nasal átono /ẽj/ em verbos e nomes na fala espontânea" analisa a ocorrência desse fenômeno na variedade do português falado no noroeste paulista, com base em dados do banco sociolinguístico IBORUNA. A pesquisa examina a realização variável do ditongo nasal final em palavras como *jovem*, *homem* e

viagem, frequentemente produzidas na fala espontânea como jove, home ou viage. A partir dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, o trabalho investiga os fatores linguísticos e sociais que condicionam a redução do ditongo, demonstrando sua elevada produtividade entre jovens falantes e evidenciando possíveis diferenças de uso relacionadas ao gênero dos informantes. Ao ampliar a análise para além das formas verbais — tradicionalmente mais investigadas na literatura — o estudo contribui para compreender a expansão do fenômeno para outras classes gramaticais, reforçando a importância de observar a língua em uso real e em contextos naturais de interação.

A coletânea também se dedica a discutir as relações entre linguagem, identidade e poder, especialmente no que se refere às disputas simbólicas que atravessam as interações sociais. A partir de uma perspectiva pragmática e discursiva, um dos estudos analisa os modos pelos quais mulheres trans negociam e afirmam suas identidades de gênero em situações de interação cotidiana. Fundamentado na teoria dos atos de fala e nos estudos sobre performatividade de gênero, o texto demonstra que a linguagem não apenas descreve identidades, mas participa ativamente de sua construção e legitimação social. Nesse contexto, as práticas linguísticas tornam-se um campo de disputa simbólica em que se confrontam diferentes formas de reconhecimento, legitimidade e pertencimento.

Ainda no campo das relações entre linguagem e poder, outro estudo examina criticamente os protocolos de coleta de dados utilizados em pesquisas sociolinguísticas, especialmente no que se refere à variável sexo/gênero. A análise revela que muitos procedimentos metodológicos ainda se baseiam em modelos binários e biologizantes que não contemplam a diversidade das identidades contemporâneas. Ao propor uma revisão desses protocolos, o trabalho sugere caminhos para a construção de práticas de pesquisa mais inclusivas e eticamente responsáveis, capazes de representar de maneira mais fiel a complexidade das comunidades de fala investigadas.

A obra também contempla reflexões sobre a linguagem em contextos digitais e sobre as formas pelas quais os discursos circulam e se transformam nas redes sociais. A análise de memes relacionados à violência policial contra pessoas negras demonstra como esse gênero discursivo digital pode funcionar como instrumento de crítica social e de resistência simbólica. Ao mobilizar conceitos da teoria bakhtiniana, o estudo evidencia que, mesmo em formatos breves e aparentemente humorísticos, os memes são capazes de condensar múltiplas vozes sociais e de articular discursos críticos sobre o racismo estrutural e a violência institucionalizada.

Além das discussões linguísticas e discursivas, este e-book amplia seu escopo ao incorporar reflexões provenientes do campo da literatura. Um dos capítulos apresenta uma análise da literatura chilena contemporânea a partir dos contos Qué vergüenza e Olvidar a Freddy, de Paulina Flores, em diálogo com um poema de Dyllan Johnny. Apartir de uma perspectiva bakhtiniana, o estudo investiga como o olhar dos filhos sobre seus pais se torna um dispositivo narrativo capaz de revelar tensões geracionais, experiências de memória e processos de construção identitária.

Ao longo dos capítulos, torna-se evidente que a linguagem se constitui como um espaço de encontro entre diferentes campos de conhecimento e diferentes experiências sociais. Seja no âmbito da educação, da análise linguística, das práticas discursivas ou da literatura, os estudos reunidos nesta obra revelam a centralidade da linguagem na organização da vida social e na construção das formas de compreender o mundo.

Mais do que apresentar resultados de pesquisas específicas, este e-book convida o leitor a refletir sobre os modos pelos quais os discursos são produzidos, circulam e produzem efeitos na sociedade. Ao evidenciar as relações entre linguagem, poder, identidade e memória, os textos aqui reunidos demonstram que o estudo da linguagem não pode ser dissociado das condições históricas e sociais que moldam as práticas comunicativas.

Assim, esta coletânea também se insere em um campo de investigação que busca compreender a linguagem em suas dimensões crítica e transformadora. Ao articular diferentes perspectivas teóricas e metodo-

lógicas, os capítulos que compõem este volume contribuem para ampliar o debate acadêmico e para estimular novas formas de pensar as práticas linguísticas, discursivas e literárias na contemporaneidade.

Esperamos que este e-book possa servir como instrumento de reflexão e diálogo para pesquisadores, estudantes e docentes interessados nos estudos da linguagem. Mais do que oferecer respostas definitivas, os textos aqui reunidos procuram abrir caminhos para novas perguntas, novos olhares e novas investigações, reafirmando o papel da linguagem como espaço privilegiado de produção de sentidos e de compreensão da experiência humana. A compilação de estudos desenvolvidos por pesquisadores em diferentes estágios de formação evidencia, nesta coletânea, o compromisso da linha de Estudos Linguísticos do PPGEL/UEPG com a produção de conhecimento crítico e socialmente relevante sobre a linguagem e suas relações com a sociedade.

PROTOCOLOS E DIVERSIDADE: REPENSANDO A COLETA DE DADOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA SOCIOLINGUÍSTICA

Alice Sauruk de Andrade
Gisele de Fátima do Prado
Lorena Bianca da Silva

Introdução

A proposta para a escrita deste capítulo foi inspirada em nossa experiência acadêmica após atentarmo-nos ao estudo do capítulo "(Re) discutindo sexo/gênero na Sociolinguística" (Freitag, 2015)[1]. O texto mencionado propõe uma análise dos diversos trabalhos na área da variável *sexo/gênero* na Sociolinguística e, diante disso, o presente texto tem como propósito explorar a falta de protocolos na coleta de dados acerca de gênero e sexualidade e mostrar como tal lacuna resultou em inconsistências metodológicas. Busca-se explicitamente indicar maneiras de potencializar a normalização da investigação sociolinguística nessa área específica através do estabelecimento de orientações e métodos-padrão que permitam ampliar a variedade de estudos e que possam contribuir no futuro para a formação de um banco de dados nacional inclusivo e ético.

Recorremos ao texto mencionado para abordarmos a seção 1.3 *Desafios do gênero na Sociolinguística*, no qual Freitag (2015) menciona que a variável "sexo/gênero" emerge, desde os primórdios dos estudos clássicos sobre variação linguística, na década de 1970 em pesquisas como as de Labov (1972) e Trudgil (1972), em que a distinção entre "sexo" enquanto uma categoria biológica e as esferas sociais e culturais ainda não tinham uma posição central clara. No entanto, a trajetória desse conceito reflete

1. Este capítulo é desdobramento de um trabalho final apresentado à disciplina Tópicos Especiais em Estudos Linguísticos I, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL/UEPG), ministrada pela Prof.a Dr.a Márcia Cristina do Carmo (DEEL/PPGEL/UEPG) no primeiro semestre de 2025.

as próprias transformações sociais e científicas ao longo das últimas décadas. Nos estudos de base mencionados anteriormente, foi adotada uma abordagem estritamente dicotômica em relação à variável (masculino/feminino), frequentemente associada a padrões de prestígio linguístico tanto explícitos quanto implícitos; mulheres tendiam a adotar formas linguísticas consideradas mais prestigiadas em comparação aos homens que se identificavam com variantes linguisticamente menos prestigiadas com maior frequência, de acordo com Freitag (2015).

Após a década de 1980, o panorama sociolinguístico internacional testemunha uma expansão dos temas discutidos ao deslocar o interesse para elementos mais dinâmicos da interação social. Essas transformações fazem parte de um quadro maior da crítica feminista e dos estudos de gênero, especialmente a partir dos anos 1990, quando se passou a conceber o gênero como uma construção socialmente performática — conforme discutido por Butler em 1990 — aproximando assim a Sociolinguística de abordagens mais etnográficas que evitam visões essencialistas do assunto.

Olhando retrospectivamente, observa-se que, por longo tempo, a Sociolinguística compreendeu e modelou a variável "sexo/gênero" mediante pressupostos binários, tratando-a como como variável estável, universal e muitas vezes "naturalizada". Esse enquadramento se justificava — e se mantinha — enquanto os dados empíricos corroboravam as hipóteses clássicas. Contudo, tal abordagem revela-se insuficiente diante de realidades sociais cada vez mais complexas e heterogêneas, marcadas por identidades de gênero plurais e sexualidades dissidentes que escapam à mera oposição homem/mulher.

Ainda, de acordo com Freitag (2015), os impasses metodológicos tornam-se ainda mais evidentes quando resultados empíricos não se ajustam às expectativas do modelo binário tradicional. Diante disso, autores contemporâneos propõem revisões teóricas e metodológicas, defendendo a expansão e a problematização da variável "sexo/gênero" nos estudos variacionistas (Eckert, 1989; Motschenbacher, 2010). Assim, ganha corpo

a necessidade de protocolos de coleta e análise que considerem a multiplicidade das identidades de gênero e sexualidade, de modo a capturar plenamente a complexidade social das comunidades de fala investigadas.

Neste trabalho, retomamos o histórico de tratamento da variável "sexo/gênero" na tradição sociolinguística, problematizando suas lacunas conceituais e metodológicas, e discutiremos caminhos possíveis para avançar em direção a uma abordagem mais diversa e representativa. Para tanto, está estruturado da seguinte forma: na seção 1, abordaremos a Teoria *Queer* (Barrett, 2020) que se apresenta como uma proposta de desconstrução de categorias identitárias fixas, como gênero e raça, evidenciando que tal questionamento já estava presente em outros movimentos sociais. Ao ser aplicada à Sociolinguística desafia pressupostos tradicionais, como a existência de um padrão universal de comportamento linguístico, ampliando a compreensão das relações entre linguagem, gênero e sexualidade.

Seguindo, na seção 2 propomos uma revisão crítica do papel da variável "sexo/gênero" nos estudos sociolinguísticos, e defendemos que a Sociolinguística precisa dialogar com os Estudos de Gênero e com a Teoria *Queer* para desconstruir a lógica binária tradicional e reconstruir seus fundamentos teóricos de forma mais ética, precisa e humana. A crítica ao determinismo biológico revela que o comportamento linguístico não pode ser reduzido ao sexo atribuído no nascimento, pois a linguagem é um fenômeno socialmente performado, como argumentam autoras como Judith Butler (1990), Simone de Beauvoir (1970) e Guacira Lopes Louro (2004).

O texto propõe a incorporação da Terceira Onda da Sociolinguística (Eckert 2000; 2012), centrada em comunidades de prática, bem como o diálogo com a *Lavender Linguistics* (Cameron; Kulick, 2003; Motschenbacher, 2010), voltada às experiências LGBTQIAPN+. Ademais, o conceito de interseccionalidade (Crenshaw 1989; 1991) é convocado para evidenciar que categorias como gênero, raça, classe e sexualidade se cruzam na produção de experiências sociais e linguísticas.

Por fim, na seção 3 discutimos a necessidade urgente de uma revisão metodológica nos projetos sociolinguísticos brasileiros, especialmente no que diz respeito à coleta e categorização de dados sobre identidade de gênero e sexualidade. Propomos a superação das categorias binárias ("masculino" e "feminino") e incluímos o preparo ético, político e epistemológico dos pesquisadores, reconhecendo que estes não são neutros, mas sujeitos situados cujas crenças influenciam a pesquisa. Elaboramos também, um questionário sociolinguístico inclusivo, que vai além da função técnica e que reflete um compromisso ético com os participantes. A intenção não é romper com o legado da Sociolinguística, mas avançar criticamente, aliando rigor científico à responsabilidade social, para que os estudos linguísticos representem de forma mais fiel e ética a complexidade dos falantes do português brasileiro.

1. Da norma à dissidência: Teoria Queer e Sociolinguística

A necessidade que temos em romper as restrições e barreiras impostas pelas categorias identitárias — tais como *gênero* e *raça* —, que influenciam nossa autopercepção e comportamento não surgiu necessariamente no âmbito da Teoria *Queer* e não se limitam a esse campo específico de estudo. Historicamente, vários movimentos sociais e correntes de pensamento buscaram questionar e ultrapassar as fronteiras das classificações identitárias rígidas com o intuito de apontar os impactos negativos que essas categorizações podem gerar quando utilizadas de maneira discriminatória.

A Teoria *Queer*, contudo, assume como princípio central a desconstrução dessas categorias e revela os efeitos que elas exercem nos discursos dominantes, ou seja, nos modos de pensar e agir que predominam em nossa sociedade e que acabam por naturalizar determinadas identidades ao mesmo tempo em que marginalizam outras.

Essa é uma característica fundamental: mais do que estudar o comportamento daqueles considerados *queer* — termo que designa pessoas

cujas identidades de gênero ou orientações sexuais fogem das normas tradicionais —, o objetivo é lançar uma luz crítica sobre as estruturas que sustentam a exclusão e a normatividade em diferentes contextos acadêmicos e sociais. Conforme Butler (1993, p. 228),

> se o termo "queer" se refere a um lugar de contestação coletiva, o ponto de partida para um conjunto de reflexões históricas e imaginações futuras, ele deverá permanecer dessa forma, a qual, no presente, nunca é totalmente definida, mas sempre e somente reformulada, retorcida e *queerizada* a partir de um uso anterior e na direção de questões políticas urgentes e progressivas. Isso também significa, sem dúvida, que ele deverá ser elaborado em prol de termos que executem um trabalho político de forma mais efetiva.

Portanto, a Teoria *Queer* propõe que olhemos para além das experiências das pessoas que se encaixam ou não no rótulo *queer*. Seu interesse reside em desnudar os mecanismos que constroem e impõem categorias em geral, afetando todo e qualquer indivíduo, e em questionar pressupostos teóricos excludentes presentes em diversas disciplinas do conhecimento. Em outras palavras, ela sugere que todos, e não apenas minorias sexuais e de gênero, são afetados por uma lógica de categorização que precisa ser problematizada.

Ao transferirmos esse questionamento para o campo da Sociolinguística — área que investiga a relação entre linguagem e sociedade, incluindo a expressão das identidades através do uso da língua —, deparamo-nos com uma encruzilhada teórica. De acordo com Barret (2020, p. 46),

> se aceitarmos essa desconstrução de rótulos identitários, tão comum à teoria queer, nos restarão duas opções básicas ao transferirmos essa questão para a pesquisa sociolinguística. A primeira alternativa seria simplesmente desistir da noção de identidade como um todo e tentar focar em outra coisa (como propõe Kulick, 2000). A segunda seria tentar

> modificar a visão tradicional de identidade predominante na pesquisa sociolinguística e buscar uma compreensão da relação entre linguagem e identidade que não reproduza categorias excludentes.

As ciências sociais tradicionalmente interpretam e legitimam determinados comportamentos humanos, evidenciando que o questionamento daquilo que é considerado "normal" é um gesto essencial dentro dessas disciplinas.

> Como escreve Michael Warner, "se pessoas queer, incessantemente cobradas a alterarem seus "comportamentos", são aquelas que questionam não somente o comportamento normal do social como também a própria ideia de normalidade, elas podem lançar dúvidas em relação às metodologias fundamentadas sobre esse pensamento" (Warner, 1993, p. xxvii). Isso é (o que se entende comumente por queerizar uma disciplina acadêmica ou metodologia específica (Barrett, 2020, p. 47).

Em outras palavras, ao recusarem o papel de simplesmente se adequarem às normas sociais, esses sujeitos expõem as limitações dos métodos e pressupostos tradicionais que assumem a existência de um padrão universal de comportamento. Essa abordagem — que pode ser chamada de *queerização* de uma disciplina, de acordo com a citação acima — consiste em empregar os princípios da Teoria *Queer* para interrogar e desestabilizar as bases, metodologias e pressupostos clássicos de um campo acadêmico.

Propomos problematizar os fundamentos e procedimentos do próprio campo disciplinar e instituir uma normatização para as pesquisas com a variável sexo-gênero. Ao fazer isso, acreditamos que tal normatização não só amplia o alcance da Teoria *Queer* — servindo como ferramenta de renovação intelectual —, mas também beneficia a Sociolinguística ao

permitir um entendimento mais complexo e diversificado do papel da linguagem, sexualidade e gênero na construção social.

Portanto, ao adotar esse olhar da *queerização*, espera-se não apenas ampliar discussões já existentes, mas também transformar a maneira como as relações entre linguagem e sociedade são compreendidas, indicando que o potencial da *queerização* reside justamente em lançar dúvidas sobre o que antes era considerado dado ou natural; desse modo, impulsionando a disciplina a se reinventar. Entende-se, então que

> dessa forma, a Linguística Queer tem o potencial de contribuir para o nosso entendimento sobre o uso da língua em termos gerais (o objeto específico da linguística) e sua aplicação não pode se limitar a uma categoria identitária específica. Aliás, tal atitude seria contrária a muitas das ideias fundamentais da teoria queer. Um dos seus pontos principais é demonstrar como ideias (heteronormativas) sobre categorias identitárias fixas são parte de um discurso social de dominação mais amplo. Se o foco da LQ estivesse em tais categorias predeterminadas, ela estaria simplesmente reforçando essa dominação (Barrett, 2020, p. 49).

A Teoria *Queer* desafia particularmente noções como a heteronormatividade, que pressupõem que a heterossexualidade e estruturas binárias de gênero são a base ou a referência do que é considerado normal na sociedade. Ao inscrever identidades em compartimentos fixos e utilizá-las como referência analítica, corre-se o risco de reforçar e legitimar sistemas de exclusão e desigualdade que a teoria justamente procura desmontar.

Estabelecer o diálogo entre Teoria *Queer* e Sociolinguística vai muito além da análise restrita de identidades sexuais ou de gênero específicas. Seu potencial reside em oferecer uma compreensão mais ampla sobre como a língua funciona na sociedade, contribuindo para a descrição e análise dos fenômenos linguísticos sem se reduzir à investigação de grupos identificados previamente. Limitar a aplicação da Teoria *Queer* a

um só segmento identitário, como *gays*, lésbicas ou pessoas trans, seria uma postura incompatível com os princípios que regem a teoria, já que esta se distingue justamente por criticar qualquer abordagem que trate categorias sociais como se fossem definitivas e naturais.

2. Fundamentação teórico-metodológica: diálogo entre Sociolinguística, Estudos de Gênero e a urgência de novas formas investigativas

Para Mollica e Braga (2010) a Sociolinguística é uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Dentre as variáveis observadas pela disciplina, poucas apresentaram uma centralidade tão precoce e, paradoxalmente, um questionamento tão tardio em sua essência epistemológica quanto a variável "sexo". Podemos observar isso ao analisar estudos de pioneiros no campo sociolinguístico, como William Labov (1966, 2006), que nos mostrou, por exemplo, como a disciplina foi construída, e a distinção entre o falar "masculino" e o "feminino" foi consolidado como um dos pilares sobre os quais se assentaram várias análises acerca dos fenômenos de variação e mudança linguística.

Este pilar, que em outro momento de fato ofereceu uma segurança metodológica necessária para a afirmação de um campo científico autônomo e emergente, hoje em dia nos parece insuficiente, revelando fissuras e lacunas que já não podem mais ser ignoradas diante da crescente visibilidade, complexidade e diversidade (i) das identidades sociais que existem, resistem e transformam o mundo contemporâneo e, consequentemente; (ii) dos fenômenos linguísticos que delas surgem.

Para que possamos avançar, e não apenas simular um progresso, torna-se necessário que a Sociolinguística não se contente em apenas polir seus instrumentos de pesquisa ou adicionar novas categorias de forma aleatória, mas sim que se permita mergulhar em um diálogo democrá-

tico e, por vezes, desconcertante com outros campos do saber. Saberes estes que, há décadas, vêm se debruçando sobre as questões de gênero e sexualidade com uma profundidade que ainda causa certo estranhamento em boa parte da sociedade. Referimo-nos aqui aos Estudos de Gênero, em sua pluralidade de vertentes, e à Teoria *Queer*, focada na comunidade LGBTQIAPN+, que nos oferece um grande potencial embasador e transformador, mostrando-nos que é a partir desse encontro de saberes que a Sociolinguística pode ter a comodidade da variável "sexo" desconstruída e afastada do binarismo tradicionalmente proposto. Também é somente assim que nós, pesquisadores e estudiosos da área podemos nos desvencilhar de certezas fáceis, e sermos capazes de reconstruir nosso arcabouço teórico-metodológico sobre bases que sejam, simultaneamente, mais éticas em reconhecimento das diferenças, mais precisas em capacidade analítica e, o que é fundamental, mais humanas em sua abordagem da linguagem como experiência vivida.

2.1. Desconstruindo conceitos: sexo, gênero e orientação sexual através da pesquisa linguística contemporânea

Quando temos o intuito de refinar a investigação sociolinguística para torná-la mais sensível às dinâmicas socialmente contemporâneas vistas no século XXI, devemos considerar como ponto de partida a capacidade de dominar, com precisão e crítica, um conjunto de distinções conceituais. Estes conceitos, por mais que já tenham sido amplamente debatidos e, de certa forma, consolidados em diversos campos presentes nas Ciências Sociais e Humanas, ainda são semeadores de confusão no imaginário social e em algumas práticas de pesquisa acadêmica. A falta de capacidade para discernir com clareza analítica as fronteiras e as intersecções entre os conceitos que englobam as variáveis *sexo*, *gênero* e *orientação sexual* vai além de uma simples confusão terminológica; ela se configura, na realidade, como uma falha metodológica que gera consequências significativas, com o potencial não apenas de enviesar ou invalidar resultados

de pesquisas científicas, mas, também de perpetuar o silenciamento e o apagamento de existências, de vozes e de narrativas que historicamente têm sido marginalizadas.

A tradição sociolinguística, como mencionado brevemente na seção anterior, por um longo período, fez como alicerce para sua base quase que exclusivamente a noção de sexo binário e atribuído no nascimento, uma categoria que remete às características biológicas e anatômicas dos indivíduos, como a configuração genital, o cariótipo cromossômico e os níveis hormonais predominantes que são observados e/ou definidos no momento do nascimento (Eckert; McConnell-Ginet, 2003; Cameron, 1997). A partir dessa observação, o indivíduo era/é classificado como "masculino" ou "feminino", categorias que, uma vez determinadas pelo discurso médico e jurídico, operam como verdades que por muito tempo e/ou razões externas permanecem "inquestionáveis" na vida daquele ser humano.

O poder explicativo desse dado biológico se mostra, no entanto, limitado quando o objeto de nossa pesquisa é o comportamento social e, mais especificamente, o comportamento linguístico, pois a linguagem é bastante complexa e intrinsicamente social e, portanto, jamais deveria ou poderia ser um produto considerado derivado direto de nossos cromossomos ou de nossa genitália. Como apontado por Cameron (1997), a linguagem é um local privilegiado onde as normas de gênero são aprendidas, reproduzidas, negociadas e contestadas, portanto, é perigoso quando partirmos do pressuposto, mesmo que implícito, de que o sexo designado ao nascer é um fator determinante e suficiente para explicar o comportamento linguístico de um sujeito ao longo de toda a sua trajetória de vida.

A partir disso, entramos em um determinismo biológico ingênuo para a própria Sociolinguística, a qual, em sua vocação mais fundamental, nasceu com intuito de demonstrar a primazia do social sobre o individual e sobre o biológico na configuração dos usos linguísticos (Mollica; Braga, 2008; Eckert; McConnell-Ginet, 2003). A própria existência de pessoas intersexo, cujas características sexuais biológicas (cromossomos, gôna-

das ou genitais) não se encaixam nas definições típicas de masculino ou feminino, já expõe, de partida, a fragilidade e a insuficiência desse binarismo imposto (Fausto-Sterling, 2000).

É neste ponto que o conceito de *gênero* emerge, não como um substituto direto do *sexo*, mas como uma categoria de análise mais rica, mais dinâmica e mais poderosa para os estudos da Sociolinguística. Longe de ser um dado bruto da natureza ou um reflexo do sexo biológico, o gênero é, como nos mostram as várias décadas de reflexão feminista e dos Estudos de Gênero, uma complexa e por vezes, bastante instável construção social e cultural. A clássica afirmação de Simone de Beauvoir (1970), "não se nasce mulher, torna-se mulher", ainda ecoa como um divisor de águas que desnaturaliza o pressuposto destino biológico e abre portas para que as pessoas possam compreender o gênero não como uma essência imutável, mas como um processo de construção contínuo, um vir a ser, um conjunto de performances aprendidas, reiteradas e construídas em uma determinada cultura.

Décadas mais tarde, é no trabalho provocador de Judith Butler (1990) que essa noção de gênero como construção social passa a ter ainda mais visibilidade. Butler, dialogando com o estruturalismo e o pós-estruturalismo, propõe o conceito de performatividade de gênero, em que ela categoriza o gênero não como uma identidade estável ou uma essência interna que subsequentemente se expressa em atos exteriores; ao contrário, ela coloca o gênero como o efeito de um conjunto de atos, gestos e discursos estilizados e repetidos, uma "reiteração estilizada de atos" (Butler, 1990, p. 140), que, através da citação e do embasamento em normas sociais preexistentes, produzem a ilusão de uma espécie de "núcleo" de gênero, não se tratando, portanto, de uma performance em um sentido teatral, de uma escolha livre e consciente de um "papel" a ser desempenhado por um personagem, mas sim de uma prática socialmente discursiva e corporal, com uma reiteração de normas que nos precedem, nos constituem e, frequentemente e infelizmente, nos constrangem. Trazemos aqui, como complemento, uma reflexão de Guacira Lopes Louro

(2004), em que ela aponta que o gênero, assim como a sexualidade e a raça, é uma invenção social, uma forma de classificar e hierarquizar sujeitos, produzindo diferenças que são investidas de significado e poder.

É nesse sentido que a identidade de gênero, como senso íntimo, profundo e individual de uma pessoa sobre si mesma e como pertencente (ou não) a um determinado gênero (homem, mulher, ambos, nenhum, ou outra identidade como não-binária, agênero, gênero-fluido), torna-se o centro da nossa preocupação. Essa identidade, que é autodeclarada e que pode ou não corresponder ao sexo que foi atribuído à pessoa no nascimento, como mencionado anteriormente, é o que de fato importa para a compreensão de como os indivíduos se posicionam no mundo e, consequentemente, de como utilizam a linguagem para negociar as suas identidades e as suas relações sociais com os demais. Para esclarecer ainda mais, quando a identidade de gênero de uma pessoa está alinhada com o sexo que lhe foi atribuído ao nascer, falamos de uma pessoa *cisgênero* e quando, por outro lado, essa correspondência não ocorre, estamos tratando de uma pessoa *transgênero*.

A expressão de gênero, por sua vez, refere-se à maneira como uma pessoa manifesta, exclusivamente no externo, a sua identidade de gênero, seja através da fala, das roupas, de penteados, maquiagens, da linguagem corporal, do nome social escolhido, entre outros marcadores sociais, portanto, é importante ressaltarmos que a expressão de gênero de uma pessoa não necessariamente reflete a sua identidade de gênero, e ambas podem ou não se alinhar com as expectativas sociais tradicionalmente associadas ao sexo que foi atribuído no nascimento.

Para a pessoa transgênero, essa complexidade de relações entre sexo atribuído, identidade de gênero e expressão de gênero é frequentemente intercalada com desafios significativos e que vão além do esperado. A voz, por exemplo, emerge como um campo de intensa negociação e, por vezes, de profundo sofrimento para as pessoas trans, em que a incongruência percebida entre a identidade de gênero autodeclarada e as características acústicas da fala, muitas vezes moldadas por anos de uma socialização que

não condizia com a verdadeira identidade da pessoa, pode resultar no que a literatura especializada denomina *disforia vocal*. Essa disforia, em poucas palavras, é um mal-estar persistente e clinicamente comprovado, que pode afetar drasticamente a autoestima, a autoexpressão, a confiança nas interações sociais e, especialmente, a qualidade de vida desses indivíduos (Adler; Mordaunt; Adler, 2007). Portanto, para a Sociolinguística que se posiciona como atenta às realidades sociais, é a identidade de gênero, essa autopercepção que orienta a performance social e linguística do sujeito, que deveria ser apresentada como a variável verdadeiramente potente e eticamente defensável para a análise de variação e de mudança em estudos da área.

Finalmente, para completar este quadro conceitual, é imprescindível isolarmos a *orientação sexual* como algo distinto e independente tanto do sexo atribuído, quanto da identidade e da expressão de gênero. A orientação sexual diz respeito exclusivamente à atração afetiva, romântica e/ou sexual de um indivíduo por outras pessoas, em que essa atração pode ser direcionada a pessoas do gênero oposto (heterossexualidade), do mesmo gênero (homossexualidade: lésbicas e gays), de mais de um gênero (bissexualidade, pansexualidade), ou pode haver ausência de atração sexual (assexualidade), entre uma enorme gama de outras possibilidades (Rich, 1980; Weeks, 2000).

É um erro ainda comum confundir a identidade de gênero de uma pessoa com a sua orientação sexual, assumindo, por exemplo, que toda mulher trans é necessariamente heterossexual (atraída por homens). Tais suposições não apenas denotam um grande desconhecimento da diversidade humana, mas também podem contribuir irremediavelmente e negativamente na relação de confiança entre o pesquisador e o participante entrevistado, um vínculo que é uma das bases de qualquer pesquisa sociolinguística que aspire à coleta de dados reais e significativos.

2.2. Implicações epistemológicas e metodológicas para uma análise sociolinguística: a voz como identidade e fator de percepções sociais

O reconhecimento de todos esses conceitos não deveria ser um mero exercício intelectual, mas sim uma provocação, um abalo em nossas práticas de pesquisa e em nossas interpretações dos fenômenos linguísticos que derivam da tradicional e ultrapassada variável "sexo", induzindo-nos a um complexo questionamento retrospectivo e prospectivo: o que, de fato, os estudos clássicos do início da Sociolinguística estavam medindo ou observando ao operar quase que exclusivamente com a variável binária "sexo"? Será que os padrões consistentemente encontrados, como a de maior tendência de falantes do sexo feminino preferirem o uso de variantes de prestígio em determinados contextos sociolinguísticos (Labov, 1966; Trudgill, 1972) podem ser seriamente e exclusivamente atribuídos a diferenças biológicas inatas? A resposta, quando nos baseamos em teorias de gênero contemporâneas, é um grande não.

O que se observava, mesmo que vindo de uma rotulação imprecisa e escassa de teoria, era o efeito do gênero socialmente construído e performatizado, como já apresentamos quando mencionamos Butler (1990), em que era possível ver expectativas sociais distintas e muitas vezes assimétricas sendo impostas a homens e mulheres, com configurações de redes de contato e de atuações sociais diferentes, onde existiam papéis de gênero que eram ensinados desde a infância e dos quais se esperava adesão sem muito questionamento, junto com estratégias linguísticas empregadas na performance de identidades femininas e masculinas (Eckert; Mcconnell-Ginet, 2003; Coates, 2004). Portanto, fazer essa distinção em nossa metodologia, substituindo a variável "sexo" pela variável "identidade de gênero" (coletada preferencialmente de forma autodeclaratória e inclusiva) corresponde a um ato de busca de precisão científica, de honestidade intelectual e de responsabilidade ética.

Essa nova perspectiva proposta dialoga com o que Penelope Eckert (2000, 2012) denominou a "Terceira Onda" da Sociolinguística,

uma abordagem que, sem descartar a importância das grandes categorias demográficas (como classe social, etnia e gênero), apresenta o foco analítico para a investigação etnográfica de comunidades de prática, as quais são interpretadas como grupos de pessoas que se engajam em uma atividade ou empreendimento, desenvolvendo repertórios quem compartilham de práticas, crenças, valores e, também de usos linguísticos específicos (Lave; Wenger, 1991; Wenger, 1998). Ao investigar, por exemplo, como mulheres transgênero, em seus processos de transição, estão em uma constante negociação de sua identidade de gênero, estamos diante de uma análise de como um grupo, unido por um engajamento geral (a vivência da transgeneridade e a busca por reconhecimento) e por uma prática social compartilhada (a construção, a performance e o reconhecimento da identidade feminina), constrói e projeta sua identidade em contextos interacionais específicos. Se exploramos, por exemplo, a voz, neste mesmo contexto apresentado, podemos vê-la como ferramenta que está além apenas de um objeto de comunicação, ela se transforma em um algo simbólico, um recurso semiótico fundamental para construir, projetar e reconhecer uma identidade de gênero congruente com o sentimento interno e inteligível para o mundo social (Zimman, 2014, 2017).

Além disso, quando damos prioridade para uma coleta de dados que seja sistemática e respeitosa sobre a identidade de gênero e sobre a orientação sexual dos participantes, abrimos portas para que a Sociolinguística estabeleça um diálogo com os saberes da *Lavender Linguistics* ('Linguística Lavanda'), um campo emergente que desde a década de 1990 tem se dedicado a investigar as relações entre linguagem, gênero e sexualidade, com um foco particular nas experiências e nos usos linguísticos por pessoas LGBTQIAPN+ (Leap, 1995; Cameron; Kulick, 2003; Motschenbacher, 2010). Pesquisas brasileiras como as de Barbuio (2016) e Barbuio e Paulino (2021), que investigam a percepção da orientação sexual e da identidade de gênero a partir de características acústicas da fala, ou os trabalhos internacionais de Zimman (2014) sobre a produção e percepção de "vozes trans", deixam de ser vistos como estudos de nicho, às vezes

considerados excêntricos ou periféricos aos vieses principais da Sociolinguística, e passam a compor o quadro geral do estudo da variação e da identidade social, uma vez que a coleta de dados mais detalhada e inclusiva nos permitiria, por exemplo, investigar se os padrões de variação de uma determinada variável linguística são os mesmos para mulheres cisgênero heterossexuais, mulheres cisgênero lésbicas e mulheres transgênero (sejam elas heterossexuais, lésbicas, bissexuais, etc.), explorando intersecções entre linguagem, identidade de gênero, orientação sexual e outros eixos do social.

É nesse sentido que também devemos incorporar à nossa análise o conceito de *interseccionalidade*, criado por Kimberlé Crenshaw (1989, 1991). Esse conceito serve de alerta para a Sociolinguística para o fato de que as categorias sociais de diferenciação já mencionadas, como gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência, nacionalidade, entre outras, não operam de forma isolada ou aditiva, mas se cruzam e coproduzem conteúdo mutuamente, criando experiências únicas de opressão e privilégio. Pegamos como exemplo uma mulher negra e lésbica, a qual não experiencia o sexismo da mesma forma que uma mulher branca e heterossexual, nem o racismo da mesma forma que um homem negro e heterossexual, nem a lesbofobia da mesma forma que uma mulher branca e lésbica, sendo as suas experiências individuais moldadas pela intersecção dessas múltiplas identidades e dos sistemas de poder a elas associados. Para a Sociolinguística, isso resulta que não podemos analisar a variável *gênero* de forma isolada, como se todas as mulheres (ou todos os homens, ou todas as pessoas não-binárias, por exemplo) fossem parte de um grupo homogêneo, para a Sociolinguística faz-se necessário considerar como o gênero dialoga com as outras dimensões da identidade social para moldar os usos linguísticos e as experiências de vida dos falantes, de forma que faça haver implicações diretas para o planejamento das nossas amostras, para a elaboração de nossos instrumentos de coleta e para a interpretação de nossos resultados de pesquisas, buscando capturar essa complexidade sem inviabilizar a análise.

Quando propomo-nos a investigar e a dar visibilidade às realidades linguísticas e sociais de grupos que, durante a história, têm sido marginalizados ou estereotipados, como é o caso da comunidade LGBTQIAPN+, a Sociolinguística pode desempenhar um papel importante no combate a preconceitos, na promoção da empatia e na construção de uma sociedade mais inclusiva[2]. Como argumenta Deborah Cameron (1995), a linguagem não é apenas um espelho da realidade social, mas também uma ferramenta poderosa para a construir e a transformar, portanto, quando produzimos conhecimento sobre a diversidade das identidades de gênero e das expressões linguísticas a elas associadas, estamos, de certa forma, contribuindo também para a legitimação dessas identidades e para uma desconstrução de normas sociais ultrapassadas e opressoras.

3. Uma revisão além das metodologias atuais no Brasil: partindo do silêncio estatístico à falta de uma representação inclusiva e ética

Uma breve análise dos projetos sociolinguísticos que visam à constituição de bancos de dados no Brasil ao longo das últimas décadas revela tanto a tradição das práticas investigativas quanto a urgência da discussão que estamos propondo. Projetos que possuem um grande valor para a compreensão da diversidade do Português Brasileiro (daqui em diante, PB), como o clássico Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta (NURC), iniciado no ano de 1969, ou alguns mais recentes, como o Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), lançado mais de 25 anos depois, em

2. Em decisões recentes, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem reconhecido que a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) também se aplica a mulheres transgênero, desde que se identifiquem como mulheres, independentemente da alteração de registro civil ou da cirurgia de redesignação sexual. A jurisprudência tem enfatizado que o foco da proteção é o gênero feminino, e não exclusivamente o sexo biológico. (STJ, HC 674.370/SP, rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, 15/03/2022). Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no julgamento da ADO 26 e do MI 4733, que a homofobia e a transfobia configuram crime de racismo, nos termos da Lei nº 7.716/1989, até que o Congresso Nacional aprove legislação específica. Com isso, ofensas, discriminações e violências motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero são passíveis de punição criminal no Brasil (BRASIL, STF, ADO 26/DF, rel. Min. Celso de Mello, j. 13/06/2019). Disponível em: https://processo.stj.jus.br / https://www.stf.jus.br. Acesso em: 28 jun. 2025

meados da década de 1990, assim como os diversos projetos de estudo da variação em nível regional (como o VARSUL, IBORUNA, entre outros), foram, em sua maioria, desenvolvidos e implementados em um momento histórico-teórico em que a complexidade das identidades de gênero e sexualidade, tal como entendemos hoje, ainda não ocupava um lugar no debate acadêmico e, consequentemente, nas preocupações metodológicas de pesquisadores.

Da mesma forma, as fichas sociais de informantes e os questionários sociolinguísticos elaborados para estes projetos refletem, de maneira quase uniforme, essa visão ainda não problematizada e majoritariamente binária da identidade, em que, na maioria dos casos, a informação referente ao que hoje entendemos como um complexo de sexo/gênero está limitada a oferecer ao participante (ou ao pesquisador que preenche a ficha, muitas vezes por dedução) apenas duas opções mutuamente excludentes: "( ) Masculino" ou "( ) Feminino". Essa prática, por mais que seja compreensível e justificável dentro do contexto científico da época de origem, resulta, no contexto atual, em uma invisibilização metodológica e sistemática já discutida anteriormente. Participantes trans (homens trans, mulheres trans, travestis), pessoas não-binárias, pessoas intersexo e outras identidades de gênero que fogem dos parâmetros tradicionais são metodologicamente apagados dos grandes bancos de dados sociolinguísticos, sendo forçados a se encaixar em categorias que não os representam, ou, o que é ainda mais grave do ponto de vista ético, são classificados pelo pesquisador com base em critérios subjetivos, como a aparência física (expressão de gênero), o nome que consta no registro civil (que pode não corresponder ao nome social adotado pela pessoa) ou suposições baseadas em estereótipos, o que constitui uma forma de discriminação e uma falha metodológica que compromete a validade dos dados da pesquisa.

Para superarmos essa situação, precisamos de mais do que uma simples reformulação de perguntas em um questionário, precisamos, fundamentalmente, de um investimento na sensibilização e no treinamento dos pesquisadores para que possam abordar essas questões de forma ética,

respeitosa e informada. Isso inclui desde o conhecimento da terminologia adequada e atualizada até o desenvolvimento de habilidades interpessoais para criar um ambiente de entrevista que seja seguro e acolhedor para todos os participantes, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual, reconhecendo também que o pesquisador não é um observador neutro e objetivo, mas um sujeito socialmente posicionado, cujas próprias crenças e atitudes podem influenciar o processo de coleta de dados e, consequentemente, o resultado de sua pesquisa.

Vale ressaltar que esse desafio explorado por toda a seção 2 deste capítulo não é uma exclusividade brasileira, é possível observar que a Sociolinguística internacional também tem se deparado com a necessidade de repensar suas práticas metodológicas para dar conta da crescente visibilidade e do reconhecimento da diversidade de gênero e sexualidade (cf. Zimman; Davis; Raclaw, 2014; Milani, 2015), pois a busca por protocolos de coleta de dados mais inclusivos e por formas de análise que capturem a complexidade dessas identidades é um debate em curso em diversos contextos acadêmicos.

É, portanto, neste cenário complexo marcado, por um lado, pela insuficiência metodológica de abordagens tradicionais e, por outro, por um movimento promissor, porém ainda fragmentado, de inovação nas pesquisas científicas, que se insere a proposta central deste capítulo. Não se trata de um movimento de rejeição à história e ao legado sobre o qual a sociolinguística foi construída, nem de uma tentativa de impor um modelo único e inflexível, mas trata-se, antes e acima de tudo, de um convite para que, enquanto pesquisadores e comunidade científica, possamos refletir de forma crítica sobre nossas práticas e construir caminhos para que nossos estudos possam espelhar, com maior fidelidade, rigor científico, sensibilidade ética, inclusão e respeito, a vasta diversidade social dos falantes do PB.

3.1. Proposta de instrumento para coleta de dados: rumo a um questionário sociolinguístico inclusivo e eticamente responsável

Após a imersão teórica apresentada na seção anterior, pudemos traçar um percurso que busca revelar as inúmeras camadas conceituais de sexo, gênero e orientação sexual e suas profundas, e muitas vezes negligenciadas, implicações para a pesquisa sociolinguística, informando com clareza a necessidade inerente de traduzir essas reflexões em uma práxis investigativa que seja, ao mesmo tempo, renovada e reverente à complexidade humana na sociedade contemporânea. Este é, portanto, o momento em que devemos nos debruçar sobre a ideia do fazer científico, propondo um instrumento de coleta de dados que busque ao máximo transcender a funcionalidade técnica, para que reflita o compromisso ético-político nos trabalhos sociolinguísticos, sendo um instrumento que não apenas contemple a diversidade identitária que caracteriza a sociedade atual, mas que o faça de maneira ética, respeitosa em sua abordagem e metodologicamente defensável em seus resultados.

A elaboração de um questionário carrega uma grande responsabilidade social e epistêmica. Afinal, é através do questionário que adentramos, ainda que brevemente e com a permissão do entrevistado, o universo singular de cada participante; e é a partir dos dados que coletamos, que construiremos nossas narrativas, nossas interpretações e nossas teorias sobre a língua e seus falantes, tendo o poder de validar ou de invisibilizar existências. A proposta que se estende nas páginas seguintes busca por uma "normatização" ou "normalização", como anseia o cerne deste capítulo, que deve representar a construção paulatina e dialogada de um consenso em torno de boas práticas, de protocolos mínimos que elevem o rigor científico, a metodologia e, acima de tudo, a eticidade da área de estudos, tornando-a mais permeável às transformações sociais e mais responsável diante dos entrevistados que nos oferecem suas vozes e suas vivências.

Como já debatido, a variável *sexo/gênero*, por muito tempo, foi utilizada nos estudos sociolinguísticos de maneira binária e estritamente atrelada ao sexo atribuído no momento do nascimento, porém, sabemos atualmente que esta prática não apenas compromete a representatividade e diversidade dos dados coletados, mas também exclui sistematicamente sujeitos e subjetividades cuja existência e cujas performances identitárias escapam, resistem e subvertem as normas e expectativas cis-heteronormativas que ainda estruturam hegemonicamente nossas sociedades e, por vezes, nossas próprias lentes investigativas. Diante desse panorama, e inspirados pelos estudos de Judith Butler (1990, 2003, 2018) sobre a performatividade e a desnaturalização do gênero, pelos aportes seminais de William Leap (1996) acerca da linguagem como arena de construção identitária e dissidência, e pelas reflexões de Deborah Cameron (1995, 2008) sobre a relação intrínseca entre linguagem, poder e identidade, este questionário que propomos busca reconhecer e respeitar os sujeitos da pesquisa como coparticipantes ativos e legítimos do processo de produção das pesquisas e do conhecimento científico.

3.2. Princípios orientadores para a elaboração e aplicação do questionário

A construção deste questionário deve ser baseada em um conjunto de princípios norteadores que devem acompanhar todas as etapas do processo da pesquisa, desde a concepção do questionário até a análise e divulgação dos resultados, refletindo um compromisso com os participantes e suas identidades:

1. Desvinculação conceitual e metodológica entre *sexo*, *gênero* e *orientação sexual*: como já trouxemos na seção 2 deste capítulo, é imprescindível que o instrumento de coleta de dados reflita a distinção bem declarada entre sexo (atribuído no nascimento), identidade de gênero e orientação sexual. Trata-se de categorias completamente distintas (Butler, 1990; Fausto-Sterling, 2000; Louro, 2004), que se referem a dimensões dife-

rentes da experiência humana e que, portanto, devem ser investigadas separadamente, através de perguntas específicas e formuladas para cada uma delas, respeitando essa distinção e evitando a reprodução de equívocos conceituais, garantindo assim a autonomia dos entrevistados em definir e expressar cada uma das facetas de sua identidade.

2. Prezar pela autoidentificação aberta, não-binária e contextualizada: a identidade de gênero e a orientação sexual de uma pessoa são declaradas exclusivamente por ela, portanto, este princípio da autodeclaração deve ser levado como base para uma pesquisa ética e respeitosa, sendo traduzido em perguntas que permitam respostas abertas sempre que as categorias fechadas se mostrarem insuficientes ou redutoras para o entrevistado. A inclusão da opção "Outro: _____" e de espaços para que o participante possa elaborar sobre sua identidade (como na pergunta 5 do modelo proposto) é importante para não forçar encaixes em categorias normativas, acolhendo a fluidez e a multiplicidade das experiências identitárias, que desafiam constantemente as tentativas de enquadramento fixo, como nos ensina a Teoria *Queer* e a própria noção de performatividade de Butler (1990).

3. Pronominalização respeitosa e reconhecimento dos pronomes como marcadores identitários: o respeito aos pronomes e formas de tratamento escolhidos pelos participantes não é uma mera questão de "boas maneiras", mas sim um reconhecimento fundamental de sua identidade de gênero. Como discute Cameron (2008), a linguagem é um campo em que as identidades são afirmadas e negociadas, e negar ou desrespeitar os pronomes com os quais alguém deseja ser referido pode constituir um ato de apagamento simbólico, sendo, portanto, uma violência epistêmica. O questionário deve não apenas coletar essa informação, mas também orientar o pesquisador a utilizá-la de forma consistente e respeitosa durante toda a interação.

4. **Garantia inequívoca do direito de recusa:** todas as perguntas do questionário devem incluir a opção explícita de "Prefere não responder", principalmente as questões com viés mais sensíveis à identidade do participante. Esse direito de recusa não deve comprometer a participação da pessoa na pesquisa ou gerar qualquer tipo de constrangimento para o entrevistado. A participação deve ser voluntária, e os limites estabelecidos pelo participante devem ser integralmente respeitados.

5. **Instrução e sensibilização do pesquisador para uma postura ética e acolhedora:** por mais elaborado que um questionário seja, ele será mediado pela figura de um pesquisador, sendo então fundamental que este profissional esteja orientado e sensibilizado para evitar pressuposições próprias que sejam baseadas na expressão de gênero, nome ou qualquer outro marcador externo do entrevistado.

3.3. A postura ética e sensível do pesquisador em campo

Utilizar um questionário como este, que adentra áreas tão íntimas da vida do entrevistado, exige do pesquisador uma conduta que transcenda a simples aplicação técnica do roteiro que estamos propondo aqui. As instruções indicadas a seguir servem como um guia profissional, visando à construção de uma relação de confiança e respeito mútuo entre entrevistado e entrevistador:

1. Procure nunca utilizar presunções, seja em relação à identidade de gênero, à orientação sexual ou aos pronomes do entrevistado com base em sua aparência física, nome civil ou qualquer outro indício externo. A diversidade das expressões de gênero é muito grande, e as identidades, como já explicitamos anteriormente, são autodeclaradas. Partir de suposições é o primeiro passo para invalidar a experiência do outro e comprometer a relação de pesquisa.

2. Sempre busque utilizar, de forma consistente e respeitosa, os pronomes e o nome social indicados pelo participante durante toda a interação. Em caso de dúvida ou se a informação não foi fornecida previamente, pergunte de forma natural e respeitosa (ex: "Como você gostaria de ser chamado(a/e)?" ou "Quais pronomes você gostaria que as pessoas utilizassem para se referir a você?").

3. Leia as perguntas da ficha social, preferencialmente da forma como estão no questionário, evitando paráfrases, interpretações pessoais ou qualquer tipo de interferência que possa induzir respostas aos participantes ou gerar ambiguidades nos resultados. A padronização na formulação das perguntas é importante para a comparabilidade de dados posteriormente, mas isso não impede que se ofereçam esclarecimentos, se solicitados.

4. Garanta o sigilo absoluto das informações e o anonimato dos participantes na divulgação dos resultados. Esclareça que esta proteção é um compromisso formal, supervisionado pelo sistema do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) / Plataforma Brasil, que exige armazenamento seguro e desvinculação da identidade dos dados através de códigos ou pseudônimos.

5. Esclareça, no início da aplicação, que o participante tem o pleno direito de não responder a qualquer pergunta, sem necessidade de justificativa ou qualquer implicação para sua participação. Esta é uma prática ética padrão, essencial ao abordar temas sensíveis.

6. Assegure a obtenção do consentimento através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), um documento formal exigido pelo sistema CEP/Plataforma Brasil. Entenda o consentimento não como um ato único, mas como um processo contínuo, exigindo atenção constante aos sinais de conforto ou desejo de interrupção por parte do participante.

3.4. Modelo de questionário sociolinguístico inclusivo: uma proposta detalhada

Apresentamos, a seguir, uma proposta inicial de bloco de perguntas que tenta materializar os princípios e as discussões até aqui expostas, em que cada pergunta vem acompanhada de uma justificativa que busca também fazer considerações éticas que sejam subjacentes à sua formulação.

Instrução de fala inicial do Pesquisador: *"Agora, gostaríamos de fazer algumas perguntas sobre como você se identifica em relação a alguns aspectos da sua identidade. Essas informações são muito importantes para nossa pesquisa, pois nos ajudam a entender melhor como diferentes experiências sociais se relacionam com a maneira como as pessoas falam e usam a língua. Quero reforçar que todas as suas respostas são confidenciais e que você tem o direito de não responder qualquer pergunta com a qual não se sinta confortável, sem que isso afete sua participação no restante da pesquisa. Nosso maior objetivo é que você se sinta respeitado(a) e que sua voz seja valorizada em nosso estudo."*

BLOCO DE PERGUNTAS SOBRE IDENTIDADE

1. Qual é o seu sexo atribuído ao nascimento? (Ou seja, o sexo que consta em seu primeiro registro de nascimento)

( ) Masculino
( ) Feminino
( ) Intersexo
( ) Outro: _____
( ) Prefiro não responder

- **Justificativa detalhada:** Esta pergunta, embora possa inicialmente parecer contraditória em relação à crítica ao determinismo biológico que traçamos até aqui, cumpre um papel analítico específico e, por isso, sua inclusão deve ser ponderada em função dos objetivos da pesquisa, tendo como seu propósito principal o de permitir o mapeamento das classificações médico-legais que são, historicamente, impostas aos indivíduos

no momento do nascimento e que, como já discutimos, têm sido frequentemente utilizadas de forma acrítica e binária em muitos estudos sociolinguísticos. Ao coletar essa informação e ao distingui-la da identidade de gênero autodeclarada (questão seguinte), podemos, por exemplo, realizar análises comparativas que nos ajudem a entender melhor as trajetórias e as experiências linguísticas de pessoas transgênero, cuja identidade de gênero difere do sexo que lhes foi designado inicialmente. Também destacamos a inclusão da opção "Intersexo" em prol do reconhecimento e da visibilização desses corpos e identidades que desafiam a dicotomia desde o nível biológico. A distinção clara entre este dado (sexo atribuído) e a identidade de gênero (autodeclarada) é, portanto, metodologicamente essencial para evitar a continuidade da naturalização de desigualdades e para uma análise sociolinguística mais atual.

2. Como você se identifica em termos de gênero?3

( ) Homem (cisgênero)
( ) Mulher (cisgênera)
( ) Homem trans / Transmasculino
( ) Mulher trans / Transfeminina
( ) Travesti
( ) Pessoa não-binária
( ) Outro: _____
( ) Prefiro não responder

3. Em conformidade com a Resolução nº1, de 13 de junho de 2018, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD/LGBT), órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos, que reconhece travestis e pessoas transsexuais como sujeitos de direitos com identidade de gênero distinta daquela designada ao nascimento, cabendo a cada indivíduo o direito à autodeclaração, optamos pela separação entre os campos "mulher trans" e "travesti" no presente questionário. A adoção de tal postura visa garantir o respeito à forma como cada pessoa deseja ser reconhecida, promovendo a dignidade, a visibilidade e a inclusão conforme os princípios da Política de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica.

- **Justificativa detalhada:** esta pergunta é o cerne da nossa proposta de uma coleta de dados sobre gênero que seja respeitosa e teoricamente embasada. Em consonância com a teoria da performatividade de gênero de Judith Butler (2003, 1990), que postula que o gênero não é uma essência interna ou um dado biológico, mas uma construção social e uma reiteração estilizada de atos, esta pergunta desloca a autoridade da classificação do pesquisador para o participante, conferindo centralidade à autoidentificação. Ao oferecer um leque de opções que contemplam tanto identidades cisgênero quanto uma gama de identidades transgênero e não-binárias, este item visa respeitar a pluralidade das experiências de gênero e romper com a normatividade cisgênera que impregnou as metodologias anteriores. A separação das categorias "Mulher trans" e "Travesti" é uma decisão metodológica consciente, que reconhece a singularidade histórica, política e identitária do termo "travesti" no contexto brasileiro (BENTO, 2006), respeitando a agência desses sujeitos em nomear a própria existência. O campo "Outro" é, novamente, vital para garantir que nenhuma identidade seja excluída *a priori*.

3. Quais pronomes você quer que as pessoas utilizem para se referirem a você? (Ex: ele/dele, ela/dela, elu/delu, ile/dile, outros)

Pronomes principais: _____
(Se utilizar mais de um conjunto ou tiver outras especificações, por favor, indique): _____
( ) Prefiro não responder

- **Justificativa detalhada:** os pronomes são elementos carregados de significado social e profundamente englobados na construção, afirmação e reconhecimento da identidade de gênero das pessoas. Como discutido por teóricas como Deborah Cameron (2008), a linguagem é um terreno em que o poder se manifesta,

e o uso (ou recusa) dos pronomes corretos pode ser um ato de validação ou de apagamento simbólico da identidade de uma pessoa. A inclusão desta pergunta é, portanto, um ato ético que podemos enquadrar como um dado sociolinguístico de grande relevância para as pesquisas, permitindo que sejam conduzidas de forma respeitosa e abrindo caminhos para a investigação de novos fenômenos como a emergência e a difusão de pronomes neutros ou não-binários (como "elu/delu", entre outros), que representam práticas linguísticas inovadoras, refletindo a agência dos falantes e as transformações culturais em curso, como já apontava Leap (1996) sobre as escolhas linguísticas não serem neutras.

4. Qual é a sua orientação sexual ou afetivo-sexual?

( ) Heterossexual
( ) Homossexual (Lésbica ou Gay)
( ) Bissexual
( ) Pansexual
( ) Assexual
( ) Outra: _____
( ) Prefiro não responder

- **Justificativa detalhada:** é fundamental, como já ressaltamos, esclarecer e a distinção conceitual-metodológica da orientação sexual em relação à identidade de gênero. Autores como Berenice Bento (2006) têm insistido na importância dessa distinção para evitar equívocos e para uma compreensão mais abrangente das experiências da comunidade LGBTQIAPN+, portanto, reforçamos o quanto esta pergunta visa mapear a diversidade das atrações afetivo-sexuais, sem impor nenhum tipo de hierarquia entre elas ou reforçar a heterossexualidade como norma implícita. A inclusão de um leque mais vasto de opções busca contemplar as identidades mais frequentemente

reconhecidas, enquanto o campo «Outra» assegura espaço para a liberdade do entrevistado em se autodeclarar com outras formas de autoidentificação (como *queer*, demissexual, etc.).

5. Há alguma outra informação sobre sua identidade de gênero ou sua experiência que você considera importante compartilhar conosco e que não foi contemplada nas perguntas anteriores?

( ) Sim. Espaço aberto para resposta: _____
( ) Não, obrigado(a/e).
( ) Prefiro não responder.

- **Justificativa detalhada:** esta pergunta final é de natureza aberta e materializa o princípio da escuta ativa para tentar reconhecer os limites que são inerentes a qualquer questionário estruturado. Ao oferecer um espaço livre para que os participantes possam expressar nuances, complexidades ou aspectos de sua identidade que não se encaixaram ou foram inclusos nas categorias propostas, o instrumento se abre, transformando o participante de mero respondente a um potencial coautor na construção do conhecimento, permitindo que sua voz seja ouvida em seus próprios termos. As respostas aqui obtidas, embora de natureza mais qualitativa, podem auxiliar na interpretação de dados quantitativos e para a compreensão mais profunda dos fenômenos sociolinguísticos investigados.

Considerações finais

A construção deste modelo de questionário e a reflexão sobre seus princípios orientadores partem de um compromisso com a Sociolinguística apresentado durante toda a trajetória deste capítulo, a reconhecendo não apenas como um campo de produção de conhecimento científico, mas também como uma prática ao mesmo tempo social e política. Uma Sociolinguística que, ao investigar a linguagem, a reconheça como prática

performativa que interfere na constituição das identidades (Butler, 1990) e como um espaço privilegiado de disputa simbólica e de (re)existência, como nos sugere Spivak (1999) ao discutir a voz das minorias. Portanto, indo além de somente coletar dados sobre as variáveis sociais, a Sociolinguística trata de criar as condições metodológicas e éticas para que as vozes, as experiências e as identidades historicamente e majoritariamente marginalizadas e/ou invisibilizadas possam ser ouvidas, registradas e analisadas com o máximo de rigor científico e, paralelamente, com o merecido respeito ético.

A inclusão de opções que contemplam a linguagem neutra, como os pronomes não-binários, e o reconhecimento da fluidez das identidades são o reflexo de transformações sociais, culturais e epistêmicas que necessitam urgentemente ser abordadas, pois, ao incorporá-las a um instrumento científico, de forma refletida e crítica, reconhecemos que a própria linguagem é um campo em que se disputa o reconhecimento, a inteligibilidade e o direito à existência plena. Esperamos que este questionário, portanto, sirva como um convite à contínua reflexão e ao aprimoramento de nossas práticas, na busca por uma Sociolinguística cada vez mais atualizada, justa e humanamente aplicada.

Referências

ADLER, Rachel L.; MORDAUNT, Monique; ADLER, Sandy. Voice and Communication Therapy for the Transgender/Transsexual Client: **A Comprehensive Clinical Guide**. San Diego: Plural Publishing, 2007.

BARBUIO, Eduardo. Percepção da orientação sexual de homens gays e heterossexuais por meio de características acústicas da fala. 2016. 137 f. Tese (Doutorado em Linguística) - **Universidade Federal da Paraíba**, João Pessoa, 2016.

BARBUIO, Eduardo; PAULINO, Suzana Ferreira. Percepção de gênero por meio de características acústicas da fala e variabilidade do pitch. **Alfa**: Revista de Linguística, São José do Rio Preto, v. 65, p. e13450, 2021.

BARRETT, R. Seria a teoria queer importante para a teoria sociolinguística? Tradução de Eduardo Spinola. *In*: BORBA, R. **Discursos Transviados**: por uma linguística queer. São Paulo: Cortez, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2 v. 1970.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 674.370/SP.** Relator: Ministro Rogerio Schietti Cruz. Julgado em 15 mar. 2022. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 17 mar. 2022. Disponível em: https://processo.stj.jus.br. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL**.** Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/DF e Mandado de Injunção nº 4733/DF.** Relator: Ministro Celso de Mello. Julgado em 13 jun. 2019. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 20 jun. 2019. Disponível em: https://www.stf.jus.br. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Trans e travestis poderão usar nome social em formulários do INSS.** Disponível em: Trans e travestis poderão usar nome social em formulários do INSS — Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Acesso em 28 jun. 2025.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of "sex". New York: Routledge, 1993.

CAMERON, Deborah. **Verbal hygiene**. London: Routledge, 1995.

CAMERON, Deborah. Performing gender identity: young men's talk and the construction of heterosexual masculinity. *In*: JOHNSON, Sally; MEINHOF, Ulrike H. (ed.). **Language and masculinity**. Oxford: Blackwell, p. 47-64. 1997.

CAMERON, Deborah; KULICK, Don. **Language and sexuality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

COATES, Jennifer. **Women, men and language**: a sociolinguistic account of gender differences in language. 3. ed. Harlow: Pearson Longman, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, art. 8, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins**: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

ECKERT, Penelope. **The whole woman**: sex and gender differences in variation. Language Variation and Change, Cambridge, v. 1, n. 3, p. 245-267, 1989.

ECKERT, Penelope. **Linguistic variation as social practice**: the linguistic construction of identity in Belten High. Malden, MA: Blackwell, 2000.

ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. **Language and gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the body**: gender politics and the construction of sexuality. New York: Basic Books, 2000.

FREITAG, Raquel Meister Ko. (Re)Discutindo Sexo/Gênero na Sociolinguística, p. 17-74. *In*: FREITAG, Raquel Meister Ko.; Severo, Cristine Gorski (Org). **Mulheres, Linguagem e Poder - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira.** São Paulo: Blucher, 2015.

LABOV, William. **The social stratification of English in New York City**. Cambridge University Press, 2006.

LABOV, William. **Principles of linguistic change**: social factors. v. 2. Malden, MA: Blackwell, 2001.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LEAP, William L. (ed.). **Beyond the lavender lexicon: authenticity, imagination, and appropriation in lesbian and gay languages**. New York: Gordon and Breach, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MILANI, Tommaso M. (ed.). **Language and masculinities**: performances, intersections, and subversions. New York: Routledge, 2015.

MOTSCHENBACHER, Heiko. **Language, gender and sexual identity**: an introduction. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2010.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**: Chicago, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

TRUDGILL, Peter. Sex, covert prestige and linguistic change in the urban British English of Norwich. **Language in Society**: Cambridge, v. 1, n. 2, p. 179-195, 1972.

WEEKS, Jeffrey. **Making sexual history**. Cambridge: Polity Press, 2000.

WENGER, Etienne. **Communities of practice**: learning, meaning, and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ZIMMAN, Lal; DAVIS, Jenny L.; RACLAW, Joshua (ed.). **Queer excursions**: retheorizing binaries in language, gender, and sexuality. New York: Oxford University Press, 2014.

EU SOU QUEM EU DIGO: ATOS DE FALA E INFERÊNCIAS NA NEGOCIAÇÃO DE IDENTIDADES DE MULHERES TRANS NA INTERAÇÃO COTIDIANA

Alice Sauruk de Andrade
Sebastião Lourenço dos Santos
Kiminay de Oliveira

1. Introdução

Iniciamos esta seção referenciando a linguagem como, antes de tudo, forma de ação, na qual dizer algo é fazer algo e, nesse fazer, o sujeito se constitui, se posiciona e é reconhecido. Para pessoas transgênero, especialmente mulheres trans, esse ato de dizer é atravessado por várias dinâmicas de poder, resistência e reconhecimento que acabam ultrapassando o simples uso da linguagem, se tornando um ato político, existencial e, de certa forma, performativo.

O presente artigo busca analisar, de forma sintética, como as mulheres trans constroem e negociam suas identidades de gênero por meio de estratégias linguísticas e discursivas nas interações cotidianas, partindo da premissa de que a linguagem não apenas reflete a realidade, mas a produz (AUSTIN, 1990; BUTLER, 2018). Assim, quando uma mulher trans afirma "eu sou quem eu digo", ela acaba realizando um ato de fala de autoafirmação que desafia estruturas linguísticas e sociais normativas e pré-estabelecidas.

Ao longo das últimas décadas, a pragmática tem se mostrado como um campo fértil para descrever as relações entre linguagem, ação e identidade. Com base na Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1990) e nos apontamentos dos Estudos de Polidez (BROWN; LEVINSON, 1987) buscamos descrever como as interações cotidianas envolvem não somente a troca de informações, mas também o gerenciamento de faces, intenções e inferências de mulheres trans. Os estudos contemporâneos sobre gênero

e performatividade (BUTLER, 2018; BORBA, 2016) ampliam essa discussão ao evidenciar como o reconhecimento social é construído e mantido linguisticamente dentro da sociedade.

Desta forma, o objetivo deste artigo é descrever de que modo os Atos de Fala e as inferências se articulam na negociação da identidade de mulheres trans, ou seja, buscamos descrever as estratégias discursivas utilizadas por esse grupo de mulheres para se autodeterminarem. Concluímos que as implicaturas envolvidas nos contextos de aceitação ou hostilidade catalisam os efeitos pragmáticos da linguagem na validação de suas identidades.

2. Fundamentação teórica

2.1. A linguagem como ação: a Teoria dos Atos de Fala

Austin (1990) propõe que a linguagem não se limita a descrever o mundo, mas o transforma. Na obra intitulada "Quando dizer é fazer", o autor define os Atos de Fala como enunciados que, ao serem proferidos, realizam ações, portanto, podemos entender que dizer "eu prometo" é prometer; e dizer "eu sou" é, consequentemente, instituir uma realidade social.

No contexto das identidades trans, o ato de dizer "eu sou uma mulher" ultrapassa a dimensão descritiva do enunciado: trata-se, então, de uma declaração performativa bastante ampla, que busca instaurar reconhecimento aos interlocutores. Contudo, tal ato, frequentemente irá depender do aceite social, isto é, de uma rede de convenções e inferências que possam sustentar a sua eficácia. Quando o interlocutor acaba recusando a leitura do gênero afirmado pelo falante, propositalmente ou não, infelizmente, há uma ruptura no pacto comunicativo.

Essa falha performativa, frequentemente observada em casos de *misgendering*[1], evidencia o quanto a linguagem pode ser considerada e/ou

1. *Misgendering* refere-se ao ato de se referir a uma pessoa trans com pronomes ou designações de gênero incorretos, o que pode gerar impacto negativo em seu bem-estar psicológico. (GLAAD, 2023).

vista como um terreno de disputa. O ato de fala da mulher trans, como mencionado anteriormente, pode ser perfeitamente bem formulado, mas, se o interlocutor não reconhece sua legitimidade, o ato perde sua força ilocucionária, sendo nesse o ponto em que a pragmática se cruza com as dimensões éticas e as políticas da comunicação.

2.2. Polidez, inferência e face na interação

A Teoria da Polidez proposta por Brown e Levinson (1987) oferece alguns instrumentos para compreendermos como os interlocutores gerenciam a "face", ou seja, a imagem pública que desejam preservar, neste caso a da falante. Em interações que envolvem identidades de gênero divergentes das expectativas sociais normativas, a preservação da face acaba se tornando um desafio constante, que pode afetar diretamente a interpretação do interlocutor.

A recusa em usar o nome social ou os pronomes corretos, por exemplo, constitui um ato de ameaça à face (*FTA – face-threatening act*[2]). Além de acabar rompendo com as máximas de cortesia, esse tipo de ação carrega implicaturas discriminatórias na comunicação e na interação, que revelam uma postura ideológica pessoal por parte do interlocutor.

Do ponto de vista pragmático, a negociação da identidade trans envolve um jogo inferencial que pode ser considerado como algo complexo. A mulher trans se vê com o papel, com a obrigação e com a constante necessidade de administrar o que diz e o que o outro infere a partir de seu dizer. Quando a inferência do interlocutor contradiz o ato de fala, por exemplo, ao tratar uma mulher trans como homem, ocorre uma colisão inesperada entre intenções comunicativas e interpretações sociais.

2. Os atos ameaçadores à face (Face-Threatening Acts – FTA) são enunciados que ameaçam a imagem social do falante ou do ouvinte, podendo comprometer a harmonia interacional. (BROWN, P.; LEVINSON, S. C., 1987; GOFFMAN, E., 1967).

2.3. Performatividade e identidade de gênero

A noção de performatividade, desenvolvida por Judith Butler, constitui uma das principais referências contemporâneas para compreender o gênero como uma prática discursiva, histórica e social. Em sua obra intitulada "Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade", Butler (2018) argumenta que o gênero não é uma expressão exterior de uma identidade interior, mas sim um efeito produzido pela repetição de atos, normas e signos regulatórios que se fundem culturalmente. Seu ponto de partida é uma espécie de releitura do conceito previamente implementado por Simone de Beauvoir (1949/2016), segundo a qual "não se nasce mulher: torna-se". Butler acabou radicalizando esse princípio ao afirmar que o gênero não apenas se torna, mas é permanentemente produzido; isto é, "o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura regulatória altamente rígida" (BUTLER, 2018, p. 54).

Dessa forma, o gênero não se apresenta como essência, mas como ato performativo, realizado e reiterado no tempo, de modo que sua inteligibilidade sempre irá depender das normas que o sustentam. Dito isso, consideramos que o enunciado "eu sou mulher" não descreve um estado anterior: ele faz algo, produz uma posição de sujeito e reivindica reconhecimento dentro de uma matriz normativa que decide se tal afirmação será acolhida ou rejeitada. Como questiona Butler, "seria a "naturalidade" constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas?" (BUTLER, 2018, p. 8). A resposta para essa pergunta deve ir muito além, apontando para o fato de que essa suposta naturalidade é produzida performativamente: ela é, então, simultaneamente, linguística, corporal e política.

A consequência dessa formulação para a análise de identidades trans é bastante importante: se o gênero é feito no ato, e não descoberto, então as pessoas trans de forma alguma 'mentem' sobre quem são, mas as vezes realizam atos performativos para atingirem uma compara-

ção com pessoas cisgênero, a passabilidade[3]. O problema é que esses atos são frequentemente recusados por estruturas normativas que determinam quem pode ser reconhecido como "legítima mulher" ou "legítimo homem". Butler (2018) denomina essa estrutura de "matriz de inteligibilidade" como um regime que delimita quais corpos e quais discursos podem ser reconhecidos como sujeitos de gênero. Quando um enunciado identitário não se ajusta ao preceito normativo da interlocução, corre o risco de ser classificado/interpretado como errado, falso ou confuso, o que explica, do ponto de vista teórico, a comum experiência de *misgendering* vivida por mulheres trans.

Essa vulnerabilidade da performatividade acaba se tornando ainda mais evidente quando consideramos que o gênero se materializa não apenas na linguagem verbal, mas nas micropráticas, como os gestos, roupas, modos de se mover, entonação da voz, expressões faciais e marcadores corporais. Por isso, a performatividade acaba não sendo apenas uma declaração (eu sou mulher), mas um conjunto de práticas que juntas visam tornar a identidade inteligível dentro da esfera social, o que evidencia também a centralidade da linguagem nessa constituição.

Nesse ponto, as reflexões de Borba (2016) permitem ampliar a discussão ao trazer uma perspectiva mais etnográfica e interacional que dialoga de uma forma empírica com a teoria butleriana. Em "O (Des) Aprendizado de Si: transexualidades, interação e cuidado em saúde", Borba investiga interações entre pessoas trans e profissionais da saúde, mostrando como o gênero é produzido, tensionado e, muitas vezes, negado em práticas conversacionais concretas. O autor reforça e destaca que, para pessoas trans, a identidade não se limita a uma afirmação individual, mas acaba dependendo da responsividade do outro.

3. Passabilidade refere-se ao grau em que uma pessoa trans é socialmente percebida como pertencente ao gênero com o qual se identifica, sem que sua transgeneridade seja lida ou questionada. Trata-se de um conceito relacional e contextual, atravessado por normas cisnormativas que regulam a inteligibilidade dos corpos e das expressões de gênero. A passabilidade, portanto, não é uma característica individual, mas um efeito social produzido por expectativas normativas de aparência, comportamento e corporeidade (SERANO, 2016; JOHNSON, 2016).

Essa afirmação é particularmente significativa porque desloca a performatividade de um plano exclusivamente teórico para um plano pragmático e relacional. Ao analisar consultas médicas, atendimentos, diálogos informais e narrativas de vida, Borba mostra que a performatividade trans frequentemente encontra obstáculos concretos: desconfiança, interrogatórios, olhares de suspeita, correções implícitas ou explícitas, e até mesmo formas de violência simbólica. Baseado nisso, é possível entender que ser trans, no contexto da saúde, envolve constantemente ensinar, explicar e justificar sua própria existência, reforçando a tese de que o ato performativo na esfera trans não apenas se realiza, mas precisa se defender para ser reconhecido.

A interseção entre Butler e Borba revela uma dinâmica bem interessante: se a performatividade depende da repetição, ela também depende de um público que a reconheça como válida. Uma mulher trans que afirma "eu sou uma mulher" realiza uma ato de fala ilocucionário; porém, para que esse ato tenha efeito, ele precisa ser interpretado como verdadeiro, algo que frequentemente é negado por interlocutores que se baseiam em marcadores corporais cisnormativos. Borba mostra que esse processo se manifesta na conversação, como as reformulações de pronomes, as repetições de nomes sociais, os reparos feitos por profissionais de saúde, e até mesmo nos silêncios e hesitações interpretadas como dúvida. Assim, o que Butler descreve como "falha performativa" se torna concreto: uma falha não porque a pessoa trans não performou "corretamente" o gênero, mas sim porque o interlocutor se recusa a reconhecer.

Nesse sentido, as noções de corpo inteligível e corpo ilegível, formuladas por Butler, são complementadas pela noção de (des)aprendizagem de si, proposta por Borba. Para Butler, corpos que não correspondem às expectativas normativas são tratados como "não-corpos", isto é, como identidades cuja existência não é reconhecida pela matriz cultural. Borba demonstra como esse mecanismo opera no cotidiano, quando pessoas afirmam, por exemplo, que uma mulher trans "não parece mulher" ou que um homem trans "ainda não é homem". Esses atos não são neutros:

eles produzem efeitos perlocucionários profundos, como perda de confiança, retração discursiva ou necessidade de justificar-se repetidamente.

Além disso, Borba identifica que a própria linguagem institucional, como as fichas de cadastro, prontuários, protocolos médicos, atuam como uma máquina de produção de inteligibilidades. Os campos estritamente binários masculino/feminino frequentemente obrigam pessoas trans a negociar suas identidades em ambientes formais, processo que evidencia a dimensão política da performatividade, demonstrando que a institucionalidade funciona como filtro e condição de possibilidade para o reconhecimento identitário, algo já presente em Butler, mas aprofundado empiricamente por Borba.

Dessa maneira, ao articular Butler e Borba, sustamos que a performatividade de gênero das mulheres trans envolve um duplo movimento: a autoafirmação, realizada por meio de Atos de Fala e práticas corporais reiteradas, e a heteroatribuição, dependente da leitura inferencial do interlocutor e das normas sociais vigentes. O gênero, portanto, não se efetiva apenas no dizer, mas no reconhecimento do dizer. Assim, como aponta Butler, "o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos." (BUTLER, 2018, p. 187).

Portanto, compreender a performatividade de mulheres trans exige integrar teoria e empiria: de um lado, a explicação conceitual e crítica de Butler sobre como as normas de gênero regulam vidas e corpos; de outro, a demonstração etnográfica de Borba sobre como essas normas são aplicadas, contestadas e reproduzidas na interação cotidiana. Juntas, essas perspectivas iluminam o caráter vulnerável, mas também profundamente resistente, dos Atos de Fala identitários trans. Ao afirmar "eu sou mulher", a pessoa trans não apenas reivindica uma posição de sujeito, mas também desafia regimes de inteligibilidade que historicamente negaram a sua existência. Nessa tensão entre dizer e ser reconhecida, entre performar e negociar, entre afirmar e reiterar, está localizada a complexa relação entre linguagem, corpo e identidade que fundamentamos neste estudo.

2.4. Estudos empíricos e abordagens contemporâneas sobre linguagem e transgeneridade

Nos últimos anos, as pesquisas sobre linguagem e transgeneridade ampliaram seu campo, incorporando metodologias etnográficas, análise de discurso e estudos de interação conversacional. Autoras e autores como Cameron (2010), Bucholtz e Hall (2005) e Levon e Holmes (2015) destacam também que a identidade linguística é um processo dinâmico, composto por fatores sociais, institucionais e pessoais.

Essas abordagens enfatizam que o gênero e, consequentemente, a identidade trans, se realiza em contextos específicos, cada qual marcado por normas comunicativas particulares: ambientes institucionais como saúde e educação, interações burocráticas, espaços digitais, redes sociais e conversas informais. Em cada situação, diferentes convenções de fala moldam a produção e o reconhecimento das identidades, influenciando diretamente a eficácia dos Atos de Fala performativos discutidos por Austin e retomados por Butler.

A literatura também aponta a relevância de analisar micropráticas (pequenos ajustes de pronome, entonação, correções) como indicadores de conflito ou aceitação. Por exemplo, estudos de análise de conversação (CA)[4] demonstram que a reformulação de nomes e pronomes em turnos subsequentes pode operar como um mecanismo de correção e de reparação de face, ou, dependendo do andamento, como reafirmação hostil.

A seguir, apresentamos um exemplo simples, de uma situação hipotética, que ilustra o que a literatura entende como "reafirmação hostil" na reformulação de pronomes durante a interação:

> Mulher trans:
> "Meu nome é Maria, e eu gostaria que você se referisse a mim no feminino, com o pronome "ela"."
> Interlocutor 1 falando com interlocutor 2:
> "Certo... João, ele pode esperar um pouco ali, né?

4. A Análise da Conversação (Conversation Analysis – CA) é uma abordagem desenvolvida por Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson nos anos 1960, que investiga de forma empírica como os participantes organizam a fala em turnos e constroem ações sociais por meio da linguagem, considerando a conversação como uma prática estruturada e situada (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974).

Nesse caso, a recusa do interlocutor em ajustar o pronome, mesmo após a solicitação explícita, não representa apenas uma falha discursiva, mas um ato hostil deliberado, que utiliza a estrutura conversacional para reafirmar uma interpretação identitária que acabou sendo contrária à performatividade reivindicada pela falante. Em termos da CA, trata-se de um reparo retornado em forma de resistência: em vez de corrigir o termo inadequado, o interlocutor reproduz a versão recusada, acionando um mecanismo de reafirmação da categorização indesejada.

Esses achados sustentam a necessidade de um olhar microanalítico para complementar as perspectivas teóricas de Butler e Austin, uma vez que a efetividade dos atos performativos acaba dependendo diretamente do modo como os interlocutores respondem, ajustam e negociam os termos identitários apresentados na interação com a falante.

3. Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, voltada à análise de práticas discursivas de mulheres trans em diferentes contextos. O *corpus* utilizado é composto por dois recortes de narrativas de vivências trans femininas publicadas por Borba (2016). Dessa forma, buscamos compreender não apenas o que é dito, mas também como esses enunciados se realizam e/ou são inferidos como Atos de Fala performativos, bem como a forma como os interlocutores inferem e respondem a essas afirmações.

A análise pragmática concentra-se em examinar, de maneira integrada, os Atos de Fala de autoafirmação de gênero, as respostas inferenciais dos interlocutores, os casos de

misgendering e suas implicaturas, e as estratégias de polidez e preservação da face que permeiam as interações analisadas. Frisamos que o foco não está apenas nos elementos linguísticos isolados, mas também na relação entre identidade, fala e interpretação, considerando como escolhas o uso de pronomes, nomes sociais e recursos discursivos contribuem

para a construção da identidade de gênero e para a negociação do reconhecimento social.

A leitura dos dados é orientada pelas categorias da Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1990) e por princípios da Teoria da Polidez (BROWN; LEVINSON, 1987), articuladas à noção de performatividade de gênero proposta por Butler (2018). Essa articulação, portanto, permite compreender os Atos de Fala como ações sociais complexas, cujos efeitos dependem tanto da intenção da falante quanto da leitura inferencial do interlocutor, destacando aqui o caráter ético, político e social que são perpetuadas nas interações analisadas.

4. Análise e discussão

4.1. Atos de Fala de autoafirmação, inferências dos interlocutores e validação da identidade

Nos Atos de Fala das mulheres trans, a afirmação do nome social ou do pronome não se limita a uma simples escolha linguística; se trata também de uma declaração de identidade que, como já discorrido, requer reconhecimento social para alcançar efetividade. Reforçamos e voltamos ao exemplo do ato de dizer "eu sou quem eu digo", mencionado no início do artigo, o qual é, simultaneamente, uma um convite à validação externa, cuja recepção depende da leitura inferencial do interlocutor.

Trazemos na sequência o primeiro recorte a ser analisado, este se encontra na narrativa de Borba (2016), em que Bianca (mulher trans) e Leandro (homem trans) formam um casal. O trecho descreve:

> Bianca e Leandro formavam um casal. 'Bianca exibia um corpo com formas arredondadas decorado por vestidos, maquiagem e saltos altos, mas ainda tinha o pênis; Leandro usava faixas para apertar os seios e uma meia enrolada na cueca para fazer volume nas calças. Uma mulher com pênis; um homem sem?' (Borba, 2016, p. 87).

Aqui, existe a evidência da tensão entre a autoafirmação e as expectativas sociais normativas. Embora ambos realizem atos performativos de gênero e micropráticas ao se

vestirem, se expressarem e se apresentarem de acordo com sua identidade, a legitimidade social ainda depende de como seus sinais corporais e escolhas expressivas são interpretados por terceiros. Em termos pragmáticos, há um desencontro entre o ato ilocucionário (a declaração "sou mulher" ou "sou homem") e a inferência perlocucionária feita pelo interlocutor, que na maioria das vezes se baseia em marcadores físicos para categorizar o gênero dos falantes.

A discrepância entre o ato de fala e a interpretação alheia demonstra que a autoafirmação, isoladamente, acaba não garantindo reconhecimento. O valor social da fala é mediado por normas culturais e expectativas compartilhadas, configurando o que Butler (2018) descreve como a materialização do gênero por meio da repetição de performances reconhecíveis. Quando a performance não se ajusta ao padrão considerado "legítimo" pelo interlocutor, ocorre, portanto, uma falha pragmática que compromete o ato de fala como ação efetiva.

Dessa forma, o enunciado identitário de Bianca e Leandro acaba se chocando com um regime de inteligibilidade social que associa gênero a determinados atributos corporais. O reconhecimento não é automático; resulta de um processo interacional em que linguagem, corpo e inferência do outro se entrelaçam. Austin (1990) já afirmava que nem todo ato de fala "faz o que diz", ele só é bem-sucedido quando as condições de "felicidade do enunciado" são atendidas, e, no caso das identidades trans, essas condições estão profundamente vinculadas à escuta e percepção social.

Outro excerto a ser analisado e que ilustra essa dinâmica é o relato a seguir sobre Rebeca:

> Depois de entreolhar Rebeca com desconfiança, Gilda avisou a Vitória que se ela adentrasse o consultório exibindo seus visíveis signos de masculinidade, como pelos curtos

> da barba, voz grave e seios pouco visíveis, o médico 'não acreditaria que ela era uma trans' (Borba, 2016, p. 87).

Aqui, a interpretação equivocada do gênero pelo interlocutor representa uma falha pragmática bastante clara, rompendo o princípio básico da cooperação comunicativa: interpretar o enunciado de acordo com a intenção do falante (Grice, 1975). O ato de autoafirmação de Rebeca, quando materializado em sua apresentação e forma de se identificar, só se concretiza plenamente quando há certa leitura adequada por parte do outro. Quando isso não ocorre, o reconhecimento é negado e o enunciado acaba perdendo sua força ilocucionária, onde o "dizer" não se transforma em "fazer".

A narrativa evidencia que a validação da identidade trans é mediada por expectativas normativas de gênero, que associam autenticidade a sinais corporais específicos e ostensivos. Traços considerados "masculinos" são interpretados como contradição, e não como variação legítima da experiência trans, fazendo com que essa leitura equivocada siga uma lógica binária que vincula gênero à coerência corporal idealizada, e, consequentemente, ignorando a complexidade da performatividade apontada por Butler (2018).

Do ponto de vista pragmático, o episódio demonstra que o sucesso de um ato de fala acaba dependendo tanto da intenção do falante quanto do contexto interpretativo e do horizonte inferencial do interlocutor, levando em consideração a ostensão de sua fala. Ao supor que o médico "não acreditaria" em Rebeca, Gilda antecipa o fracasso comunicativo: gerando uma recusa a aceitar o ato de fala como legítimo, onde esse "não acreditar" atua como um ato perlocutório de deslegitimação, com efeitos visíveis sobre a subjetividade da falante.

O excerto mostra ainda que a inferência incorreta pode se transformar em violência simbólica, pois nega o direito à palavra e à existência social. O corpo de Rebeca é lido não como expressão de identidade, mas como desvio de norma, revelando a dimensão política

da pragmática: onde é considerado toda interpretação como também uma forma de poder.

Portanto, as cenas descritas por Borba (2016) sintetizam a tensão entre fala, corpo e reconhecimento, demonstrando que a identidade de gênero, no caso das mulheres trans, é um ato linguístico vulnerável à interpretação alheia. A falha inferencial não apenas impede a eficácia comunicativa, mas perpetua desigualdades e reforça fronteiras simbólicas entre quem é reconhecido como "legítimo" e quem permanece à margem do inteligível.

4.2. *Misgendering* e falhas pragmáticas

O *misgendering,* como abordado anteriormente, constitui uma falha pragmática que rompe o pacto comunicativo. Quando um interlocutor recusa ou distorce a leitura o holograma da identidade afirmada pelo falante, ocorre não apenas uma deslegitimação do ato de fala, mas também uma forma de preconceito/violência simbólica que reforça estigmas sociais e desigualdades comunicativas.

Nos trechos analisados nos parágrafos anteriores, destacamos que a falha inferencial não é neutra, mas sim uma transmissora de rejeição, desconfiança e negação da legitimidade da identidade da pessoa trans, tornando evidente a dimensão ética da comunicação e a responsabilidade do ouvinte em reconhecer o outro.

4.3. Estratégias discursivas e resistência

Diante de hostilidade ou falhas inferenciais que podem ocorrer, as mulheres trans, como percebido nos enxertos, utilizam diversas estratégias discursivas que lhes permitem, de certa forma, reafirmar sua identidade de gênero. Entre essas estratégias estão a reiteração constante do ato de afirmação, os apelos explicativos sobre sua identidade e os gestos performativos que reforçam a leitura desejada do interlocutor.

Essas práticas evidenciam não apenas o planejamento e a resistência, mas também uma consciência perlocutória que é considerada sofisticada, demonstrando mais uma vez que o ato de falar "eu sou quem eu digo" exige esforço contínuo e constante negociação com o outro, tornando a comunicação, nesse contexto, como um espaço de resistência simbólica e de reafirmação de legitimidade social, com evidência na dimensão ética e política da linguagem.

4.4. Síntese interpretativa

Portanto, a análise dos dois excertos indica que a validação da identidade de uma mulher trans depende do alinhamento entre o seu ato de fala e a inferência realizada pelo interlocutor. Quando este ajuste não ocorre, o *misgendering* se apresenta como uma forma de violência, invalidando a autoafirmação e reforçando diversos estigmas sociais.

As estratégias discursivas observadas refletem a consciência pragmática das falantes, evidenciando como a linguagem atua como uma ferramenta política capaz de construir ou negar identidades. Desta forma, a pragmática, portanto, permite compreender não apenas os efeitos diretos da comunicação, mas também as implicações sociais e éticas de reconhecer ou ignorar a identidade alheia.

5. Considerações finais

Compreender a linguagem como uma ação permite reconhecer que a identidade de gênero não se limita à expressão individual, mas se manifesta como um fenômeno de interação social e reconhecimento linguístico. Os Atos de Fala realizados por mulheres trans constituem afirmações de existência e convites ao reconhecimento, cuja eficácia depende da leitura inferencial adequada dos interlocutores. Quando há alinhamento entre o dizer e a interpretação, a comunicação fortalece a validação da identidade e promove dignidade.

Por outro lado, quando surgem desalinhamentos, as falhas pragmáticas geram exclusão e sofrimento, onde dessa forma, a pragmática serve para analisar as disputas simbólicas que atravessam as identidades trans, evidenciando o poder do dizer e a responsabilidade ética do ouvir e reconhecer o outro em sua própria voz.

Desta forma, a análise dos Atos de Fala e das inferências no contexto das interações trans revela que profissionais de saúde, educação e serviços sociais desempenham um papel bastante importante na validação identitária. O uso adequado de pronomes e nomes sociais, aliado à leitura atenta das estratégias discursivas das mulheres trans, contribui para reduzir falhas pragmáticas que geram exclusões, favorecendo ambientes mais inclusivos, diversificados e seguros, apoiando políticas públicas que reconheçam a diversidade linguística e de gênero. Além disso, este breve estudo evidencia também a necessidade de capacitação contínua dos profissionais dessa área, sensibilizando-os para compreender que a linguagem é uma ação social e política, e que falhas inferenciais não são neutras, mas têm consequências diretas sobre a dignidade e o bem-estar, neste caso, das pessoas trans.

Entretanto, entendemos que este estudo apresenta limitações. A pesquisa se baseou predominantemente em dois excertos de Borba (2016), o que implica que o *corpus* não contempla a totalidade das experiências de mulheres trans, especialmente aquelas de contextos rurais, periféricas, negras, indígenas ou de baixa renda. Além disso, as interações analisadas concentraram-se principalmente no contexto de saúde, podendo não refletir integralmente situações cotidianas em contextos familiares, laborais ou comunitários. A análise, embora detalhada e reflexiva, permanece de caráter qualitativo e interpretativo, necessitando de complementação quantitativa que poderia medir padrões de reconhecimento ou incidência de *misgendering* em larga escala.

Os resultados reforçam ainda a relevância da pragmática para compreender diversas disputas identitárias. Cada ato de fala de uma mulher trans constitui não apenas um enunciado, mas uma performance ética e

política que desafia normas sociais e linguísticas estabelecidas. Essa perspectiva amplia o debate sobre identidade, inclusão e reconhecimento social, mostrando que a linguagem pode ser ferramenta de resistência, permitindo que identidades minoritárias se afirmem, e, além disso, a análise pragmática possibilita identificar microviolências simbólicas, como o *misgendering*, que muitas vezes passam despercebidas, e evidencia a importância de compreender as inferências do interlocutor para a formulação de estratégias comunicativas mais eficazes e respeitosas.

Para aprofundar a compreensão das interações trans, futuras pesquisas poderiam realizar estudos etnográficos que observem mais interações tanto no contexto abordado neste estudo, como em contextos não mencionados, bem como investigações comparativas sobre percepção e inferência entre diferentes faixas etárias e classes sociais. Ademais, análises que incluam outros grupos trans, como homens trans e pessoas não-binárias, poderiam identificar diferenças e semelhanças nos Atos de Fala e nas inferências.

Finalmente, estudos sobre políticas linguísticas institucionais e seus impactos na validação de identidades de gênero podem contribuir para ampliar a compreensão das práticas comunicativas e dos mecanismos reconhecimento social.

Referências

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Guidelines for Psychological Practice with Transgender and Gender Nonconforming People.** Washington, DC: APA, 2015.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer.** Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BORBA, R. **O (Des)Aprendizado de Si: transexualidades, interação e cuidado em saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language use.** New York: Cambridge, 1987.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DE BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. (Obra original publicada em 1949).

GLAAD. **Media Reference Guide – Transgender.** 11th ed. New York: GLAAD, 2023.

GOFFMAN, E. **Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior.** New York: Pantheon Books, 1967.

GRICE, H. P. "Lógica e conversação", in DASCAL, M. (org.) **Fundamentos metodológicos da lingüística** (IV). Tradução de João Wanderley Geraldi. Campinas, Unicamp, 1975.

JOHNSON, Austin H. **Transnormativity: A new concept and its validation through documentary film about transgender men. Sociological inquiry**, v. 86, n. 4, p. 465-491, 2016.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. **A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation**. Language, v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974.

SERANO, Julia. **Whipping girl: A transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity.** Hachette UK, 2016.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS NO CURSO DE LETRAS: ALGUNS SABERES DOCENTES SOBRE O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL

Catarina Zarochinski de Oliveira
Lucimar Araujo Braga

1. Introdução

Os cursos de formação de professores são constantemente atualizados para atender às novas demandas da educação que vêm surgindo na sociedade. No rol desses cursos está a Licenciatura em Letras, que entre suas principais preocupações estão as teorias linguísticas, as teorias literárias, as abordagens de ensino de língua materna e de línguas adicionais, interculturalidade e demais temas que habilitam os seus formados para lecionar língua portuguesa (como língua materna), literatura e línguas adicionais conforme o currículo de cada curso. Para Almeida ***et al***. (2020) as mudanças econômicas, sociais e migratórias, que vêm acontecendo no Brasil nos últimos anos, estão trazendo novas demandas para o os cursos de Letras, entre elas, o ensino de português como língua adicional para imigrantes.

Na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que oferece em seu curso de licenciatura em Letras as linhas de formação de português inglês, português espanhol, português francês e português libras (esta última a partir de 2023), foi criado o projeto de extensão de Português como Língua Adicional (PLA) como opção de formação complementar, de caráter teórico prático para os alunos de todas as habilitações do curso de Letras. O PLA foi desenvolvido, sobretudo, para suprir parte das necessidades da cidade de Ponta Grossa com imigrantes adultos e trabalhadores que chegam à cidade desconhecendo a língua portuguesa. Porém, no ano de 2022, o projeto recebeu uma demanda com a qual

não estava habituado: três crianças vindas do Senegal, matriculadas nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino da cidade. Para receber esses três alunos, o PLA teve que se adaptar e considerar não apenas o arcabouço teórico metodológico de português como língua adicional, mas também teorias e abordagens de ensino que auxiliassem os acadêmicos de Letras a atenderem esse público específico: as crianças.

Nesse contexto, levando em conta o nome do projeto em questão, que considera o ensino de português como língua adicional, é importante ressaltar que aqui se entende como língua adicional uma língua que se adiciona, que se aprende por acréscimo, considerando como ponto de partida a língua materna do aprendiz e outras línguas que ele já sabe. Quando se pensa no ensino de uma língua adicional, há uma tendência metodológica de valorizar o contexto em que o aprendiz está inserido, sua cultura e sua comunidade (Leffa e Irala, 2014).

Metodologicamente, se trata de uma pesquisa de cunho qualitativo e para a análise dos dados foram utilizados os resultados do projeto de extensão Português Como Língua Adicional, realizado no ano de 2022, na Universidade Estadual de Ponta grossa, no Paraná. Para este artigo utilizou-se apenas a parte dos resultados apresentados pelos participantes em idade infanto juvenil, uma vez que eram crianças entre seis e dez anos de idade.

Dessa forma, esse artigo apresenta o resultado de uma experiência prática que analisa as intervenções feitas por alunas de Letras que atuaram no PLA, especificamente com o público infantil. Primeiramente foi feita uma análise sobre a formação de professores nos cursos de Letras, tendo como base a Matriz Curricular – Currículo 3 do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, levando em conta os diferentes saberes docentes envolvidos, de acordo com o aporte teórico de Tardif (2016). Logo após discutiu-se sobre diferentes conceitos para nomear uma língua "não primeira", justificando a escolha

pelo conceito de língua adicional, com base nos textos de Leffa e Irala (2014) e Lôpo Ramos (2021). Na mesma seção discorreu-se sobre como funcionava o projeto Português como Língua Adicional na UEPG e sua importância para a formação de professores nessa área, a luz de Almeida et al. (2020). Em seguida, discutido sobre o ensino de línguas para crianças, com base em Leffa (2016) e no Guia Curricular para a Língua Inglesa do Município de Londrina, postulado por Bernardelli et al. (2013). E enfim, faremos uma análise das intervenções realizadas com as três crianças senegalesas que foram atendidas pelo projeto PLA em 2022.

2. Os saberes docentes e a formação de professores no curso de Letras

Quando se pensa no curso de Letras como um curso de formação de professores pode surgir a pergunta "Quais saberes são essenciais para a atuação pedagógica do formado em Letras?". Essa pergunta pode ser pensada a partir da obra "Saberes Docentes e Formação Profissional" (2016), de Tardif, que faz uma reflexão sobre os diferentes saberes dos professores. Para o autor, o saber está estritamente ligado ao contexto de docência que cada professor está inserido. Este é subjetivo, ao passo que está relacionado à identidade e às experiências de cada professor e ao mesmo tempo é social, pois pode ser partilhado por diferentes grupos de agentes em determinados contextos (professores que se formaram na mesma universidade ou professores que trabalham na mesma escola), e também porque os professores trabalham com sujeitos sociais: os alunos.

Estes saberes, nas suas dimensões subjetiva e social, podem ser adquiridos por meio de diversas fontes, como na formação inicial dos cursos de licenciatura, mas também na experiência em sala de aula. Tardif (2016) afirma que a aquisição de saberes pelos professores ocorre conforme condicionantes no contexto de docência, assim, podese dizer que as necessidades que cada professor tem em sua prática os levam a adquirir diferentes saberes. Para observar melhor essa questão, o autor

classificou os chamados "saberes docentes" em quatro: saberes de formação profissional, saberes disciplinares, saberes curriculares, e saberes experienciais.

Segundo Tardif (2016), os saberes de formação profissional compreendem o conjunto de saberes transmitido pelas instituições de formação de professores, inclusive pelas universidades. Estes fazem parte da formação inicial, ou seja, do que se aprende primeiro, e também da formação continuada dos professores. Esses saberes são legitimados pelas instituições, que não se limitam apenas a produzilos, mas também a incorporálos na prática docente. Os saberes de formação profissional se relacionam com os saberes disciplinares, que correspondem aos diversos campos de conhecimento da sociedade e da tradição cultural e também são selecionados pela universidade. Já os saberes curriculares encontramse nos conteúdos e nos métodos pelos quais a instituição escolar apresenta os conhecimentos da sociedade, estes se concretizam nas grades curriculares, que são diferentes em cada instituição. E por fim, há os saberes experienciais, que "brotam da experiência e por ela são validados" (Tardif, 2016, p.39), eles são baseados no trabalho e nas habilidades cotidianas e no conhecimento de seu meio.

Esses quatro saberes se relacionam entre si e todos eles são necessários para a formação de um professor de línguas. Os saberes de formação profissional, principalmente os adquiridos na formação inicial, devem oferecer uma base para a prática pedagógica dos professores, porém, os saberes selecionados pela universidade, podem apresentarse de maneira generalizada de acordo com a grade curricular de cada universidade, por isso, os saberes experienciais, que são adquiridos em um contexto específico de experiência profissional, vêm complementar os sabres dos professores conforme suas necessidades profissionais.

Para Tardif (2016), os saberes experienciais não vêm das instituições de formação em nem dos currículos, tampouco estão sistematizados nas teorias ou doutrinas. Pelo contrário, eles são adquiridos e necessários no âmbito da prática da profissão docente, ao

formarem um conjunto de representações e conhecimentos a partir do qual os professores interpretam e orientam sua profissão. Esses conhecimentos estão baseados no fato de que o ensino se desenvolve em um contexto de diversas interações que atuam como condicionantes no trabalho do professor. Os condicionantes não se tratam de problemas técnicos e abstratos, pelo contrário, para um professor os condicionantes aparecem em situações concretas no cotidiano de sua função, situações estas que não são passíveis de definições prontas e acabadas, mas que exigem improvisações de habilidades pessoais. É como cita o autor:

> Ora, lidar com condicionantes e situações é formador: somente isso permite ao docente desenvolver os *habitus* (isto é, certas disposições adquiridas na e pela prática real), que lhe permitirão justamente enfrentar os condicionantes e imponderáveis da profissão. Os *habitus* podem transformar-se num estilo de ensino, em "macetes" da profissão e até mesmo em traços da "personalidade profissional": eles se manifestam, então, através de um saber-ser e de um saber-fazer pessoais e profissionais validados pelo trabalho cotidiano (Tardif, 2016, p.49).

Desse modo, pode-se perceber que os saberes experienciais são adquiridos por meio de situações concretas no trabalho cotidiano dos professores e assim como os saberes de formação profissional, disciplinares e curriculares, os saberes experienciais fazem parte da formação e dos diversos conhecimentos que constituem cada docente. Durante minha jornada como estudante, já ouvi alguém dizer que "Não se aprende tudo na universidade" e por mais que a universidade e os saberes de formação profissional ofereçam conhecimentos base essenciais para atuação docente, o professor pode encontrar lacunas de conhecimento durante sua atuação pedagógica. É aí que entram os saberes experienciais, com um aprendizado que se realiza pela prática com situações imprevisíveis, o que é formador, como citou Tardif (2016).

Levando em conta os diferentes saberes postulados por Tardif (2016), será feita uma breve observação na Matriz Curricular do curso de Licenciatura em Letras Português/ Inglês e respectivas literaturas[1], que estava vigente em 2022. Observa-se que no que se refere a disciplinas obrigatórias, há duas que são majoritariamente responsáveis pela formação do docente de língua portuguesa: **Prática I – Língua e Literaturas de Língua Portuguesa**, oferecida no primeiro ano do curso, e **O estágio e a formação do docente de língua portuguesa e literatura**[2], oferecida no terceiro ano do curso. Suas ementas estão, respectivamente, abaixo:

> **Ementa Prática I – Língua e Literaturas de Língua Portuguesa:** Estudo de documentos oficiais orientadores da prática pedagógica e os conceitos que os sustentam; reflexão sobre o ensino de língua portuguesa e literaturas de língua portuguesa no Ensino Básico (Fundamental e Médio), contemplando os temas transversais, como: educação ambiental, educação em direitos humanos, direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, por meio de práticas mediadas pela leitura e escrita (Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015, p.91).
>
> **Ementa O estágio e a formação do docente de língua portuguesa e literatura:** Concepções de linguagem e ensino. Letramento, gêneros textuais e ensino. Sequências Didáticas. Literatura e ensino. Planejamento: sequências didáticas e planos de aula. Avaliação em Língua Portuguesa e Literatura. Análise e reflexão das concepções metodológicas e implicações legais vigentes no ensino de Língua Portuguesa e Literatura. Estudo do meio educacional. Observações participativas. Planejamento das ações docentes. Direções de classe. Reflexões teórico-

1. Aqui foi escolhido como referência o currículo da habilitação em português/inglês, porém é importante ressaltar que as disciplinas referentes ao ensino de língua portuguesa eram as mesmas para as três habilitações vigentes no ano de 2022.

2. Foi utilizado negrito para destacar as disciplinas mencionadas.

> metodológicas sobre o ensino de Língua Portuguesa e Literatura, no Ensino Fundamental e Médio, na perspectiva do/a professor/a pesquisador/a. O ensino de Língua Portuguesa e Literatura, no Ensino Fundamental e Médio e o papel da diversidade etnicorracial e cultural (Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015, p.93).

As disciplinas contemplam saberes curriculares, provenientes dos documentos oficias. Também estão presentes os saberes disciplinares, referentes a conhecimentos específicos sobre o ensino de língua portuguesa. E são igualmente observáveis os saberes de formação profissional, que abrangem desde a elaboração de planos de aula e sequências didáticas a concepções de linguagem e ensino. Pode-se dizer que a segunda disciplina abre espaço para que os alunos adquiram saberes experienciais, por se tratar de uma disciplina de estágio supervisionado e suas atividades incluírem estudo do meio educacional, observações participativas e ações docentes.

No entanto, um ponto importante a ser levantado sobre as duas ementas é de que ambas direcionam seus conteúdos, exclusivamente, para a atuação pedagógica no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, que embora não esteja explícito no documento, tratam-se apenas dos Anos Finais do Ensino Fundamental (do 6ºano ao 9ºano), desconsiderando a possibilidade de atuação e a necessidade de reflexão sobre o ensino de língua portuguesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1ºano ao 5ºano). E apesar de a primeira ementa demonstrar preocupação com temas transversais e da segunda ementa dar uma atenção particular a diversidade etnicorracial e cultural, nenhuma delas cita o ensino de português como língua adicional em seus desdobramentos.

Levando em conta que para atuar com as crianças do Senegal junto ao projeto PLA, as alunas de letras participantes precisavam de saberes docentes acerca do ensino de português como língua adicional e também sobre o ensino de línguas para crianças, encontra-se uma lacuna em seus saberes de formação profissional no que se refere a essas necessida-

des. Essas lacunas foram preenchidas por meio das formações do projeto PLA e também dos saberes experienciais adquiridos durante as intervenções práticas. Desse modo, as duas próximas seções desse artigo trarão reflexões acerca do ensino de português como língua adicional pela perspectiva do projeto PLA e do ensino de línguas para crianças, seguidas da seção de análise das intervenções feitas durante o projeto.

3. O projeto de Português como Língua Adicional (PLA) na UEPG

Compreendendo a existência da falta de discussões sobre o ensino de português como língua adicional nas disciplinas obrigatórias do curso Letras, é eminente que essas discussões deveriam ser feitas em outro espaço, de forma que o projeto PLA atuava nesse âmbito. O próprio nome do projeto Português como Língua Adicional revela sua posição democrática em relação ao processo de ensino e aprendizagem de línguas, levando em conta o público ao qual era direcionado. Antes de comentar sobre como funcionava a dinâmica do PLA na UEPG, é relevante fazer uma reflexão acerca dos diferentes conceitos que podem ser atribuídos a uma língua não-primeira e sobre os motivos que levaram a escolha do conceito de língua adicional.

Segundo Lôpo Ramos (2021), há certo consenso dentro da linguística no que se refere ao conceito de língua materna ou primeira língua, correspondendo a uma língua adquirida naturalmente como primeira, que integra o desenvolvimento de cada indivíduo desde o seu nascimento. Porém, a autora destaca que há uma diversidade de conceitos que podem designar uma língua considerada não-primeira. Cada conceito tem sua especificidade, por isso devem ser observados com atenção ao serem utilizados.

Dois dos conceitos mais conhecidos para definir uma língua não-primeira, são o conceito de língua estrangeira e o conceito de segunda língua, que se distinguem tradicionalmente pelo contexto geográfico no

qual se encontra quem está aprendendo a língua em questão. Língua estrangeira é uma língua não falada pela comunidade no contexto em que o aluno está inserido, sendo considerada como língua do outro. Em contrapartida, a segunda língua é falada pela comunidade no contexto em que o aluno está inserido, como por exemplo, um brasileiro que vai trabalhar nos Estados Unidos e lá está aprendendo a língua inglesa (Leffa e Irala, 2014; Lôpo Ramos, 2021).

Partindo desses pressupostos, seria contraditório usar o conceito de língua estrangeira para ensinar a língua portuguesa para imigrantes que vivem no Brasil, pois de certa forma eles já convivem com uma sociedade falante da língua portuguesa. Também é importante ressaltar que o termo *estrangeiro*[3] sugere afastamento e estranhamento, o que se opõe à proposta de aproximação da sociedade que um projeto de ensino de língua portuguesa para imigrantes deve ter. Apesar de o conceito de segunda língua parecer adequado, ele é impreciso e pode causar certa confusão terminológica por sugerir um escalonamento. Muitos imigrantes vêm de comunidades que falam mais de uma língua, de maneira que a língua portuguesa não ocupará a posição de segunda língua, mas sim de terceira, quarta ou até mesmo quinta língua, dependendo da realidade de cada imigrante.

Assim, nem o conceito de língua estrangeira, tampouco o conceito de segunda língua são os mais adequados para designar um projeto de ensino de língua portuguesa para imigrantes. Um conceito que teria sido interessante é o de língua de acolhimento. Para Lôpo Ramos (2021), esse conceito surgiu em oposição ao conceito de língua estrangeira, que carrega traços de colonialismo e de estranhamento, sendo desrespeitoso com os imigrantes. Em contrapartida, o conceito de língua de acolhimento traz uma concepção humanitária e considera que, geralmente, os imigrantes deixam seu país de origem forçosamente, por motivos alheios à sua vontade, de maneira que a aprendizagem da língua da pátria acolhedora

3. Foi utilizado itálico para destacar o termo.

se torna urgente para que eles se insiram na sociedade como cidadãos, o que lhes garante dignidade e direito a trabalho, escola, saúde e segurança.

Embora o conceito da língua de acolhimento seja uma excelente opção para designar um projeto de ensino da língua portuguesa para imigrantes na cidade de Ponta Grossa, o conceito de língua adicional também não é inadequado. Segundo Leffa e Irala (2014), língua adicional é uma língua que os alunos aprendem por acréscimo, adicionando essa língua aos seus conhecimentos. Esse conceito leva em conta que os alunos já conhecem uma ou mais línguas e não supõe um escalonamento de que seja a segunda, terceira ou quarta língua que o aluno está aprendendo. O ensino de uma língua adicional procura partir da língua materna do aluno e valorizar o contexto em que o aluno está inserido.

Lôpo Ramos (2021) defende que o conceito de língua adicional é um hiperônimo que pode ser utilizado em qualquer situação de aprendizagem de uma língua não-primeira. A autora ainda reforça que, em oposição à língua estrangeira, a língua adicional não exige uma reprodução de marcas linguísticas de um falante nativo, respeitando a identidade dos falantes não-nativos:

> A inserção de um sujeito e sua(s) identidade(s) linguística(s) em uma nova cultura, as relações sociais decorrentes dessa inserção concorrem para que se perceba o falante não-nativo nas suas particularidades, não lhe exigindo performance similar à de um falante nativo em sotaque e traços supras segmentais típicos da língua-meta, por exemplo (Lôpo Ramos, 2021, p.253).

Levando em conta esses preceitos, utilizar o conceito de língua adicional para definir o projeto de ensino de língua portuguesa para imigrantes na UEPG é adequado, ao ponto que compreende que os alunos estão adicionando essa nova língua aos seus conhecimentos. O ensino de uma língua adicional valoriza o contexto em que os alunos estão inseridos, considerando suas necessidades na aprendizagem dessa nova língua,

de forma que também não se faz necessário estabelecer um escalonamento da língua que está sendo aprendida, já que muitos imigrantes já chegam à cidade conhecendo mais de uma língua.

Diante desse cenário, o PLA se caracterizava como um projeto teórico-prático do curso de Letras, que estava atento às novas demandas de formação de professores no que se refere ao ensino de português como língua adicional. Almeida et al. (2020) afirmam que projetos como esse são essenciais para a formação docente, por oferecerem oportunidades de investigação, levando o aluno de Letras a ter uma compreensão crítica da relação das dinâmicas sociais, políticas e econômicas da sua área de formação. Segundo as autoras, os projetos teórico-práticos devem contemplar o aprendizado e a investigação nesses dois âmbitos. Por isso, é ressaltada a importância da realização de reflexões teóricas, rodas de conversa e leituras sobre o tema de investigação, o que proporciona um engajamento dialético entre a teoria e a prática.

Essa posição vai ao encontro das atividades realizadas no projeto PLA. Os alunos de Letras participantes do projeto realizavam leituras e tinham encontros quinzenais com discussões teóricas acerca do ensino de português como língua adicional. As discussões englobavam temas como concepções de ensino de línguas, interculturalidade e as necessidades dos alunos imigrantes atendidos pelo projeto. Uma das necessidades apontadas era a preparação para a prova do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS), que é uma exigência para a naturalização de imigrantes no Brasil.

Intercaladamente com os momentos teóricos, os alunos de Letras tinham momentos práticos, divididos em grupos. O primeiro grupo realizaria intervenções em uma turma de adultos na Escola de Línguas, Literaturas e Culturas (ESLIN), o segundo grupo realizaria intervenções com uma turma de adultos que tinha aulas no campus central da UEPG, e o terceiro grupo atenderia as três crianças senegalesas semanalmente na escola municipal em que elas estavam matriculadas.

Esse último grupo era composto por três alunas de Letras, uma delas era da habilitação português/inglês e já possuía experiência de trabalho com crianças, e as outras duas alunas eram da habilitação português/francês. Visivelmente, o público a ser atendido por elas tinha necessidades diferentes dos demais grupos que iriam atender adultos, como por exemplo, interação com os colegas e professores da escola, conhecimento da cultura da cidade e repertório linguístico para auxiliar na alfabetização em língua portuguesa e na compreensão dos conteúdos das demais disciplinas que eles aprendiam na escola.

Ensinar uma língua adicional para crianças é diferente de fazer o mesmo com adultos. Os adultos são mais experientes em bagagem social, cultural e educacional e aprendem de forma diferenciada das crianças. Assim, será preciso olhar com carinho para como as crianças pensam, para como elas aprendem e para como elas vêm o mundo. Para que o PLA pudesse receber esses pequenos aprendizes, os estudos e discussões tiveram que se aprofundar em questões teóricas metodológicas de como ensinar línguas para crianças. Este tema será discutido na seção seguinte.

4. A criança como aprendiz de línguas adicionais

O conhecimento de uma nova língua pode ocasionar diversas implicações no âmbito do ensino e do aprendizado. Para Leffa (2016), o início desse processo pode causar certo estranhamento, por conta da nova língua geralmente apresentar diferenças estruturais e culturais da língua materna do aprendiz. Porém, o sentimento de estranhamento não deve permanecer por muito tempo durante o aprendizado e deve dar lugar ao *entranhamento*[4], que corresponde a um sentimento de familiarização com esta nova língua. Para isso, é preciso que o professor conheça e considere a cultura e as necessidades de seus aprendizes.

Tratando-se de ensino de línguas para crianças, esta compreensão não pode ser diferente, o professor deve considerar as necessidades e a

4. Foi utilizado itálico para destacar o termo proposto pelo autor.

história de vida das crianças a quem está ensinando. Bernardelli et al. (2013) afirmam que a aprendizagem de uma nova língua pelas crianças acontece em processos de participação de atividades culturais coletivas que implicam negociação de sentidos. Nessas atividades, o professor atua como mediador e facilitador e as crianças vão gradativamente aumentando sua autonomia no uso da língua. Para que isto aconteça, os autores citam alguns princípios importantes, que devem ser levados em conta sobre o ensino de línguas para crianças. Dentre eles destacam-se: o princípio da ludicidade, o princípio da aprendizagem significativa e o princípio da interculturalidade.

Para Bernardelli et al. (2013), o princípio da ludicidade é percebido em atividades como brincar, jogar, cantar, ouvir histórias e desenhar. Estas atividades despertam o interesse das crianças sobre a língua-alvo e promovem a sua participação nas ações pedagógicas e linguísticas. Além disso, a ludicidade, quando usada como recurso pedagógico, propicia um ambiente de aprendizagem em que a criança possa se sentir segura para utilizar a língua:

> Este documento parte do pressuposto de que o "brincar" com objetivo didático-pedagógico, ao ser utilizado no ensino de línguas estrangeiras para crianças, pode trazer segurança para os pequenos aprendizes, uma vez que é prática conhecida dessa faixa etária e, portanto, pode promover um ambiente seguro de aprendizagem (Bernardelli et al., 2013, p.13).

Dessa forma, entende-se que atividades intencionais com jogos e brincadeiras, partindo do princípio da ludicidade, são fundamentais para a diminuição do estranhamento e o aumento do entranhamento da criança com a língua, o que é um grande motor para o seu aprendizado.

Outro princípio a ser destacado é o princípio da aprendizagem significativa, que corresponde ao modo como as novas informações são recebidas pelas crianças, fazendo conexões com os conhecimentos prévios

e com a realidade em que elas estão inseridas. Para que este princípio seja visível na aula de línguas adicionais, é preciso que novos conceitos sejam ancorados em conceitos já existentes e que os interesses dos alunos estejam contemplados nas atividades (Bernardelli et al., 2013).

E por fim, o princípio da interculturalidade é baseado na consciência que o uso de uma língua é considerado uma prática cultural e o aprendizado de uma nova língua vem a trazer uma conexão entre a cultura da língua materna do aprendiz e a cultura da nova língua que ele está aprendendo. Desse modo, a criança poderá refletir sobre a sua própria cultura e realidade e ao mesmo tempo conhecer diferentes visões de mundo expressas através da língua. Para que isso aconteça, é importante que o professor apresente para a criança uma variedade de artefatos culturais na língua-alvo, tais como livros infantis, cantigas e brincadeiras tradicionais (Bernardelli et al., 2013).

Tomando como base esses três princípios para ensinar línguas para crianças e tendo o objetivo de passar do sentimento de estranhamento para o entranhamento com a língua portuguesa, foram realizadas as intervenções com as três crianças senegalesas. Essas intervenções serão analisadas na seguinte seção.

5. As intervenções

Como ocorreram as intervenções de aulas de português como língua adicional para as três crianças do Senegal? Primeiramente, é importante reforçar que essas três crianças foram atendidas por um grupo de três alunas de Letras, como já mencionado anteriormente, uma delas era da habilitação português/inglês e as outras duas eram da habilitação português/francês. As crianças participavam das aulas semanalmente na biblioteca de sua escola, com revezamento entre as alunas de letras.

Nem sempre o professor de PLA tem a sorte de conhecer a língua materna de seus alunos. Nesse caso, havia um menino de dez anos, uma menina de oito anos e um menino de seis anos. O menino mais velho

falava várias línguas, incluindo inglês e francês, de forma que o português não poderia ser considerado a sua segunda língua, como foi comentado na terceira seção deste artigo. As crianças mais novas falavam somente Wolof, uma língua africana comum na região do Senegal.

O real primeiro passo foi conhecer as crianças. Para este encontro inicial procurou-se utilizar o princípio da ludicidade, proposto por Bernardelli et al. (2013). Então, as alunas de letras prepararam jogos e brincadeiras para que as crianças pudessem interagir com elas. Assim, foi possível descobrir assuntos pelos quais as crianças se interessavam e também suas necessidades de aprendizado. O princípio da ludicidade foi utilizado ao longo de todas as aulas, com atividades que incluíam desenhos, jogos e músicas. Com base no primeiro contato, foram definidos os conteúdos para as próximas aulas, que entre eles estavam: vocabulário de materiais escolares, espaços da escola, membros da família, partes do corpo, animais, o alfabeto, numerais e outros conteúdos que iriam auxiliar no desempenho escolar das crianças.

Durante as aulas, a equipe também cumpriu com o princípio da interculturalidade (Bernardelli et al., 2013), que foi palpável na seleção de vocabulário conforme descrito, a seguir. Na aula sobre animais, por exemplo, foram apresentados alguns animais típicos do Paraná, como a gralha-azul, o lobo guará e capivara, com o intuito que as crianças conhecessem elementos da cultura local. Ao mesmo tempo, a equipe sempre abria espaço para as crianças compartilharem experiências do seu país de origem, como na aula sobre materiais escolares, elas comentaram sobre como era a escola que estudavam no Senegal. Além disso, artefatos culturais em língua portuguesa foram utilizados durante as intervenções, tais como livros de literatura infantil brasileira e também canções de dia dos pais que seriam apresentadas com as demais turmas da escola. Este processo também se utilizou do princípio da aprendizagem significativa (Bernardelli et al., 2013), pois procurou fazer uma conexão com os conhecimentos prévios dos alunos, contemplando seus interesses de aprendizado e um propósito para aprender os conteúdos determinados.

Para as crianças, essas trocas, mediadas pelos princípios da ludicidade, interculturalidade e aprendizagem significativa, foram fundamentais para a diminuição do sentimento de estranhamento para com a língua portuguesa e o aumento do sentimento de entranhamento, que era extremamente importante para o dia a dia dessas crianças inseridas em uma sociedade falante da língua portuguesa. As alunas de Letras que dirigiram essas intervenções tiveram como base saberes de formação profissional (Tardif, 2016) provenientes das discussões teóricas nas reuniões do PLA. Durante as intervenções, as alunas de Letras tiveram um terreno fértil para a aquisição e o aproveitamento de novos saberes experienciais, provenientes da prática. O próprio contexto em que essas alunas estavam atuando providenciou condicionantes, com os quais elas mesmas foram descobrindo e formando sua identidade e os seus "macetes" sobre como ensinar português como língua adicional para crianças, tarefa que no princípio era desafiadora, mas que depois de ser realizada adicionou uma gama de novos saberes docentes provenientes da experiência para estas alunas.

6. Considerações finais

Fazendo um reencontro ao ponto inicial desse artigo, pode-se dizer que as demandas de formação para os cursos de Licenciatura em Letras podem surgir de maneiras inesperadas, como por exemplo, em um contexto de ensino de português como língua adicional para crianças em idade escolar correspondente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. E os cursos de Letras devem estar preparados para essas demandas? Com certeza sim, mas também se deve levar em conta que nem sempre é possível prever todas elas. O próprio Tardif (2016) afirma que as demandas são situacionais e estão encaixadas em um contexto específico. Por isso, dar oportunidades de atuação e investigação prática para os alunos de Letras é fundamental para que estes possam formular novos saberes experienciais.

Para essa empreitada, projetos de caráter teórico-prático são essenciais, para o aprofundamento de conhecimentos que muitas vezes não são contemplados na grade comum dos cursos de formação de professores, como Almeida et al. (2020) defendem, esses projetos devem proporcionar o engajamento dos alunos com base no diálogo entre a teoria e a prática. Nesse sentido, o projeto PLA foi um espaço de construção de novos saberes, tanto no âmbito da teoria, quanto no âmbito da prática, atendendo a uma nova necessidade de formação de professores para a sociedade.

Mesmo havendo diversas maneiras de designar uma língua não-primeira, o projeto optou pelo conceito de língua adicional, que não só é um hiperônimo para qualquer situação linguística, como afirma Lôpo Ramos (2021), mas também é um conceito democrático, que parte da língua materna do aluno, valoriza o contexto em que o aluno está inserido, respeita as marcas linguísticas dos falantes não-nativos e não exige um escalonamento da língua que está sendo aprendida. Tendo em vista esses pressupostos, utilizar o conceito de língua adicional para um projeto de ensino de português para imigrantes, prevê a aproximação desses imigrantes da sociedade de sua pátria-acolhedora, assegurando-lhes suas necessidades básicas nessa sociedade.

Conforme apontado anteriormente, ensinar português como língua adicional para adultos é diferente de realizar essa tarefa com crianças. Por isso, nas intervenções do projeto PLA com as crianças do Senegal, foi preciso considerar alguns princípios de ensino de línguas para crianças (Bernardelli et al., 2013), como ludicidade, interculturalidade e aprendizagem significativa. As aulas contemplavam atividades como jogos, desenhos e brincadeiras, que tornavam o ambiente de aprendizagem mais confortável para as crianças, promovendo uma maior aproximação com a língua que estavam aprendendo.

As crianças senegalesas atendidas puderam aprender sobre a língua portuguesa, enquanto as alunas de Letras tiveram a oportunidade de formação de novos saberes docentes (Tardif, 2016). Para um professor em formação, os saberes experienciais são verdadeiros formadores e

complementadores de outros saberes docentes. O contato com o ensino de português como língua adicional para crianças foi fazendo com que as alunas de Letras situadas nessa prática descobrissem a importância e a necessidade de utilizar os princípios da ludicidade, da aprendizagem significativa e da interculturalidade com o público que estavam trabalhando. Esses saberes experienciais, adquiridos nas experiências práticas, são tão importantes quanto os saberes de formação profissional, os saberes disciplinares, e os saberes curriculares, provenientes das universidades e das instituições de ensino e todos estes são fundamentais para a formação de um professor de Letras.

Referências

ALMEIDA, P. et al. AÇÕES DE POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PLE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. In: SCARAMUCCI, M. e BIZON, A. (Org.). **Formação inicial e continuada de professores de Português Língua Estrangeira/Segunda língua no Brasil.** Araraquara: Letraria, 2020, p. 137-159.

BERNARDELLI, G. et al. **GUIA CURRICULAR PARA A LÍNGUA INGLESA. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Subsídios para Professores e Gestores.** Londrina: 2013.

LEFFA, V. J.; IRALA, V. B. O ensino de outra(s) língua(s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas. In: LEFFA, V. J.; IRALA, V. B. (Org.). **Uma Espiadinha na Sala de Aula. Ensinando línguas adicionais no Brasil.** Pelotas: Educat, 2014, p. 21-48.

LEFFA, V. J. **Lingua Estrangeira: ensino e aprendizagem.** Pelotas: Educat, 2016.

LÔPO RAMOS, A. A. Língua adicional: um conceito "guarda-chuva". In: **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, [S. l.], v. 13, n. 01, p. 233–267, 2021. DOI: 10.26512/rbla.v13i01.37207. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/37207. Acesso em: 13 nov. 2025.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 17ª edição. Tradução: Francisco Pereira. Petrópolis: Vozes, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Estudos da Linguagem. Licenciatura em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas. Matriz Curricular – Currículo 3 – Para ingressantes a partir de 2015. In: **RESOLUÇÃO CEPE Nº 014**. Ponta Grossa: 2015, p. 86-96.

MEMES E RACISMO ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA DE ENUNCIADOS SOBRE A VIOLÊNCIA POLICIAL E RACISTA

João Victor Chiquetto Silva

1. Introdução: o contexto social e o fenômeno do meme

A linguagem atua como um espelho dos valores enraizados na cultura, sem, contudo, representá-los de forma direta. No século XX, Mikhail Bakhtin propôs uma abordagem reflexiva sobre a linguagem e sobre a comunicação, destacando a natureza dialógica da linguagem e a importância das múltiplas vozes na construção de significado. Essa perspectiva é fundamental para compreender como as mensagens são construídas e como afetam a percepção pública de questões sociais.

Nas redes sociais, os memes surgem como um gênero discursivo de grande repercussão, capazes de condensar e disseminar discursos complexos de forma relativamente simples. Um dos memes analisados neste trabalho surge em um momento de grande comoção global, desencadeado pelas mortes violentas de pessoas negras, como George Floyd, nos Estados Unidos, e João Pedro Mattos Pinto, no Brasil. Ambas as vítimas foram mortas por policiais e seus casos geraram protestos massivos contra o racismo estrutural e a violência institucionalizada.

Cinco anos depois, os memes que denunciam o racismo policial continuam circulando, como demonstra um conteúdo publicado em 21 de abril de 2025, também reproduzido e analisado neste trabalho, no qual um homem negro aparece lutando com a água de uma piscina, acompanhado da legenda "policiais descobrindo a existência do Mar Negro". A ironia do enunciado expõe a perseguição racial e remete diretamente à forma como a cor da pele é criminalizada no Brasil e em outros contextos ocidentais.

Esse cenário de violência foi novamente evidenciado com a morte recente (julho/2025) de Guilherme Ferreira, jovem negro assassinado pelas costas por um policial militar em São Paulo ao sair do trabalho carregando uma mochila com marmita e livro.[1]

Diante disso, o presente artigo[2] tem como objetivo analisar os memes citados a partir dos pressupostos bakhtinianos, com ênfase no dialogismo, na alteridade e na interdiscursividade. Buscamos compreender como esses enunciados, apesar de seu formato breve e aparentemente humorístico, articulam múltiplas vozes e valores ideológicos, ativando uma responsividade crítica no público. Além disso, a partir da distinção entre heterogeneidade constitutiva e representada, proposta por Authier-Revuz (1990), pretendemos também aprofundar a análise das vozes que se encontram nesses discursos, mostrando os mecanismos linguísticos e ideológicos que sustentam sua crítica frente ao racismo estrutural.

2. Fundamentação teórica: dialogismo bakhtiniano, heterogeneidade enunciativa e racismo estrutural

A teoria dialógica de Bakhtin nos possibilita compreender como os enunciados, inclusive aqueles produzidos no ambiente digital, como os memes, são construções sociais marcadas por múltiplas vozes e orientadas por valores ideológicos. Para o autor, a linguagem não é um sistema neutro e isolado, mas uma prática social que se atualiza nas interações concretas entre sujeitos historicamente situados: "[...] a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua" (Bakhtin, 2016, p. 16-17). Assim, todo discurso é dialógico por natureza,

1. https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/so-porque-e-um-jovem-negro-e-corria-para-pegar-onibus-diz-viuva-de-jovem-morto-por-pm-por-engano,103d9d022a49e36202024oa7ce84686e34ib5c35.html O agente alegou tê-lo confundido com um assaltante, revelando como o preconceito racial atravessa o julgamento policial e resulta na morte de inocentes.

2. Este capítulo de livro resulta de um trabalho final escrito para a disciplina Texto, Discurso e Subjetividade, ministrada pela Prof.ª Dr.ª Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh, no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGEL/UEPG), no primeiro semestre de 2025.

sempre atravessado por ecos de enunciados anteriores e orientado para enunciados futuros.

2.1. O enunciado e os gêneros do discurso

Para Bakhtin (2016), o enunciado é a unidade real da comunicação discursiva, delimitado pela alternância dos sujeitos falantes e carregado de intencionalidade e valor. O enunciado não se reduz a palavras ou orações isoladas: "o estudo do enunciado como unidade real da comunicação discursiva permitirá compreender de modo mais correto também a natureza das unidades da língua (enquanto sistema)" (Bakhtin, 2016, p. 22). Ao mesmo tempo, ele é inevitavelmente influenciado pelas condições culturais, históricas e sociais em que é produzido.

É nesse contexto que se insere a noção de gênero discursivo, uma forma relativamente estável de enunciado, que surge a partir das práticas comunicativas de uma dada esfera da vida. Para o autor, os gêneros "são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem" (Bakhtin, 2016, p. 20), sendo, portanto, atravessados por transformações sociais, políticas e culturais.

O meme, enquanto gênero discursivo emergente da cultura digital, condensa em sua forma breve e visual complexas relações interdiscursivas e sociais, evidenciando o modo como temas sociais (como o racismo policial) são apropriados, reinterpretados e tensionados pelo discurso popular.

Além disso, todo enunciado está inserido numa cadeia responsiva: ele é sempre resposta a outros discursos e se inscreve numa dinâmica de réplica que atravessa campos discursivos diversos. Como afirma Bakhtin, "todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva" (2016, p. 57). Assim, a linguagem dos memes, ainda que humorística, não é jamais inocente ou desprovida de carga ideológica. Ela convoca os leitores a uma resposta crítica e ativa: "cedo ou tarde, o que foi ouvido e

ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte" (Bakhtin, 2016, p. 25).

2.2. A heterogeneidade enunciativa e a alteridade

A noção de alteridade é central na teoria dialógica de Bakhtin: o sujeito só se constitui em relação ao outro, e toda enunciação é atravessada por múltiplas vozes que compõem o tecido social da linguagem. O *eu* só se torna compreensível a partir do reconhecimento de sua constituição relacional, já que toda fala é, desde a origem, uma resposta a enunciados anteriores e uma antecipação de respostas futuras. Como afirma o autor, "a obra, como a réplica do diálogo, está disposta para a resposta do outro (dos outros), para a sua ativa compreensão responsiva [...]" (Bakhtin, 2016, p. 34-35).

Essa multiplicidade de vozes presentes no discurso é abordada também, e com maior especificidade, por Authier-Revuz (1990) a partir do conceito de heterogeneidade enunciativa. A autora parte da constatação de que a imagem de uma mensagem unívoca, linear e homogênea já não dá conta da complexidade real dos enunciados. Como ela observa, "a 'complexidade enunciativa' está na moda: distanciamento, graus de comprometimento, desnivelamentos ou deslocamentos enunciativos, polifonia, desdobramentos ou divisão do sujeito enunciador... tantas são as noções que em quadros teóricos diferentes dão conta de formas linguísticas discursivas ou textuais alterando a imagem de uma mensagem monódica" (Authier-Revuz, 1990, p. 25).

Dessa maneira, a autora distingue dois planos da alteridade no discurso: a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada (ou representada). A primeira refere-se ao fato de que todo dizer se constitui necessariamente com e a partir do outro, ainda que de forma não explícita. Já a segunda se refere às marcas visíveis da presença de outras vozes no discurso, como as citações, ironias, modalizações, entre outras formas textuais observáveis. Nas palavras da autora: "heterogeneidade constitu-

tiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição" (Authier-Revuz, 1990, p. 32).

Ao analisarmos os memes selecionados para esta pesquisa como práticas discursivas que tematizam o racismo policial, percebemos a atuação simultânea dessas duas formas de heterogeneidade. De um lado, há a constitutiva, que molda o dizer a partir de experiências sociais coletivas, como o luto, o medo, a revolta e a resistência frente à violência racial. Do outro, a representada, que se manifesta em marcas textuais e imagéticas: a ironia explícita, os contrastes entre texto e imagem, o uso de estereótipos subvertidos e a evocação de discursos sociais como os da mídia, da polícia ou da opinião pública.

Essas múltiplas vozes, muitas vezes em tensão, conferem ao meme sua força crítica: não se trata de um discurso neutro ou apenas humorístico, mas de um enunciado que carrega a marca da luta simbólica em torno dos sentidos da violência, da identidade racial e da justiça social. Por isso, o meme é, como qualquer outro enunciado, um espaço de disputa ideológica e, nesse caso, de denúncia do racismo estrutural por meio da sátira e da ironia.

2.3. O racismo estrutural

Para compreender os enunciados analisados neste trabalho, é necessário partir do entendimento de que o racismo no Brasil não é episódico, mas sim compõe uma estrutura. Segundo Djamila Ribeiro (2019), "o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar".[3]

Trata-se de uma lógica que permeia as instituições, as práticas cotidianas e os discursos sociais, de forma naturalizada e invisibilizada para muitos.

3. Disponível em: https://sindojus-ce.org.br/noticias/reconhecer-o-racismo-e-a-melhor-forma-de-combate-lo-destaca-djamila-ribeiro/.

Esse racismo estrutural se manifesta, por exemplo, na seletividade penal, na desigualdade de acesso a direitos e na necropolítica, termo que foi cunhado por Achille Mbembe. O autor afirma:

> [...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (Mbembe, 2016, p. 123).

Tal conceito ajuda a explicar a política de segurança pública voltada à repressão e ao extermínio de jovens negros. Ainda, Djamila Ribeiro (2019, p. 31) reforça que

> infelizmente, o assunto só ganha destaque no debate público quando um caso muito violento chega aos noticiários [...]. O que muitas dessas pessoas talvez ignorem é que esse não foi um caso isolado: ele integra uma política de segurança pública voltada para a repressão e o extermínio de pessoas negras, sobretudo homens.

Além disso, a autora ressalta que "a inação contribui para perpetuar a opressão (Ribeiro, 2019, p. 6)". Ou seja, mesmo quem se diz "não racista", se não se posiciona ativamente, participa da manutenção desse sistema, sendo conivente com sua existência e perpetuação. Como ela afirma: deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente e por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas (ibidem, p. 5).

Essas reflexões se conectam aos conceitos de dialogismo e responsividade de Bakhtin e nos permitem compreender o meme não apenas como uma crítica pontual, mas como parte de uma cadeia discursiva que

denuncia e busca desestabilizar o racismo naturalizado nas estruturas sociais.

3. Contexto de produção dos memes analisados: acontecimentos aos quais eles respondem

Os memes analisados neste trabalho não são criados de forma isolada: eles são uma resposta a uma sequência de eventos trágicos marcados por racismo institucionalizado e violência policial. Como aponta Bakhtin (2016, p. 26), "cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados". Nesse sentido, os acontecimentos que envolvem as mortes de pessoas negras por forças policiais, como George Floyd,[4] João Pedro Mattos Pinto[5] e Guilherme Ferreira[6] constituem enunciados anteriores que os memes reiteram, contestam e ressignifica por meio da linguagem humorística e crítica.

A fim de contextualizar esses contextos de produção, vale relembrar alguns fatos sobre os três acontecimentos:

O assassinato de George Floyd, em 25 de maio de 2020, nos Estados Unidos, provocou indignação global após imagens capturadas por pedestres mostrarem o então policial Derek Chauvin ajoelhado sobre seu pescoço por mais de oito minutos, enquanto Floyd dizia repetidamente: "Eu não consigo respirar". A brutalidade policial teve como justificativa o fato de que ele teria tentado passar uma nota falsa de 20 dólares. O caso revelou, além da letalidade desproporcional das abordagens policiais contra pessoas negras, o histórico de abusos dos agentes envolvidos, sendo Chauvin alvo de 18 denúncias anteriores.

Poucos dias antes, em 18 de maio de 2020, João Pedro Mattos Pinto, um garoto negro de apenas 14 anos, foi morto durante uma operação con-

4. https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/george-floyd-como-negro-morto-pela-policia-inspira-hoje-luta-antirracista/

5. https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/caso-joao-pedro-justica-do-rio-absolve-pms-acusados-pela-morte-do-adolescente/

6. https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/so-porque-e-um-jovem-negro-e-corria-para-pegar-onibus-diz-viuva-de-jovem-morto-por-pm-por-engano,103d9d022a49e36202024oa7ce84686e34ib5c35.html

junta das Polícias Federal, Civil e Militar no Complexo do Salgueiro, no Rio de Janeiro. João estava dentro da casa de seus tios quando foi alvejado. O desaparecimento temporário do corpo e a posterior denúncia do Ministério Público sobre manipulação da cena do crime pelos agentes reforçam o padrão de encobrimento e impunidade em ações que vitimam jovens negros nas periferias brasileiras.

Por fim, o caso mais recente é o de Guilherme Ferreira, um jovem de 26 anos morto com um tiro na cabeça em julho de 2025, enquanto voltava do trabalho na zona sul de São Paulo. Carregando uma mochila com sua marmita, Guilherme foi confundido por um policial à paisana com um assaltante. Segundo relatos da família, ele não tinha antecedentes criminais. A ausência de apuração imediata e a negligência com o corpo até a manhã seguinte revelam a persistência do descaso estatal diante de corpos negros.

Essas três mortes, separadas por tempo e espaço, estão unidas por uma mesma lógica discursiva e social: a do racismo estrutural e da necropolítica, conceitos já destacados anteriormente. Lógica essa em que o Estado exerce controle sobre quem pode viver e quem será deixado morrer.

Como destaca Djamila Ribeiro (2019), "o racismo estrutura a sociedade brasileira e está em todo lugar", inclusive nas abordagens policiais e nos julgamentos automáticos que vinculam a negritude à criminalidade. Para a autora, o projeto é de "uma polícia militarizada, em guerra, na qual morrem predominantemente pessoas negras". A autora ainda afirma que "quando a gente fala de racismo, é sobretudo do racismo estrutural", que define quem ocupa posições de poder e quem é descartável.

Assim, como afirma Bakhtin (2016, p. 34-35), "a obra é um elo na cadeia da comunicação discursiva [...] disposta para a resposta do outro, para a sua ativa compreensão responsiva". A responsividade desses enunciados também se dá por meio da heterogeneidade que ele carrega. Como explica Authier-Revuz (1990, p. 32), "a heterogeneidade constitutiva do discurso e a heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidade diferentes".

Os memes analisam, mostram e inscrevem vozes sociais em conflito: a da crítica antirracista, a da indignação pública e a da denúncia simbólica, em um enunciado aparentemente leve, mas atravessado por denúncia. A violência que motivou esses assassinatos ecoa no texto do meme, ainda que por caminhos indiretos, revelando, assim, sua complexidade enunciativa (Authier-Revuz, 1990, p. 25).

4. Análise dos memes

4.1. "Policiais quando desligam a TV e a tela fica preta"

Imagem 1 – Meme 1



Fonte: Publicação no *X*. (https://x.com/hoodlilnigga/status/1271213884108570625?t=tZTZ6QnahGn4wi9GCwgnQg&s=19)

O meme em questão mostra a imagem de um homem branco disparando contra uma televisão com a tela preta em pedaços, acompanhada da

legenda: "Policiais quando desligam a TV e a tela fica preta". O enunciado aparentemente engraçado se torna crítico quando analisamos seu conteúdo semântico, sua estrutura e os significados ideológicos que carrega.

4.1.1. Gênero do discurso e contexto de produção

O meme se insere no que Bakhtin chama de gêneros secundários do discurso. Como uma forma exclusiva da comunicação digital, o meme visa a incorporar e reprocessar figuras primárias, legendas, comentários e ironia visual para produzir um texto crítico e responsivo. Além disso, o meme em questão foi produzido em um contexto histórico específico – em junho de 2020, pouco depois dos assassinatos de George Floyd, nos Estados Unidos, e de João Pedro, no Brasil, e dos protestos decorrentes da violência policial sofrida por pessoas negras.

Portanto, existe no enunciado um conteúdo axiológico e ideológico claro. Bakhtin afirma que "o discurso, ou seja, a língua na forma de enunciados, existe realmente de fato, só na forma de enunciados concretos de um indivíduo determinado" (2016, p. 28). O meme, portanto, se forma justamente a partir desse dado singular, materializando-se enquanto ato de fala.

4.1.2. Intertextualidade do meme

A intertextualidade do meme é construída de forma sutil, mas bastante sugestiva. A imagem da tela preta da televisão, alvo do tiro, é uma metáfora visual para o corpo negro. Aqui, a linguagem verbal ("quando a TV fica preta") e visual (a imagem do disparo e do televisor) se mesclam para formar um enunciado crítico.

Assim, esse meme responde, de forma satírica, a outros enunciados que circulam socialmente, como os discursos que naturalizam o racismo e a violência policial. Além disso, seu humor ácido depende da memória discursiva compartilhada pelo público, configurando o que Authier-Revuz (1990, p. 32) nomeia como "heterogeneidade mostrada

no discurso": o enunciado mostra e representa vozes sociais múltiplas, ainda que indiretamente.

4.1.3. Interdiscursividade: o discurso racista

A interdiscursividade é indispensável na análise desse meme. Ela aparece a partir da crítica de discursos enraizados na sociedade, especialmente o discurso racista que associa negros à criminalidade. A tela preta se torna, assim, a imagem metafórica de uma pessoa negra, enquanto o gesto de atirar simboliza a reação violenta da polícia.

O meme mostra na prática o que Bakhtin afirma: "nosso discurso [...] é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade [...] que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos" (2016, p. 54). O humor aqui não é neutro: é uma tomada de posição ideológica, que denuncia o racismo estrutural por meio da ironia e da associação de imagens. O enunciado se constitui como uma réplica dialógica dentro de uma cadeia de discursos, e o autor do meme assume uma posição ativa, alinhando-se a uma crítica antirracista.

4.1.4. Avaliação e responsividade: a crítica direta e o efeito no público

A estrutura do enunciado é construída para provocar uma resposta. Como afirma Bakhtin, "o ouvinte, ao perceber e compreender o significado do discurso, ocupa simultaneamente uma posição responsiva" (2016, p. 24-25). A expectativa é que o leitor reconheça o absurdo e a violência representados na ironia do meme. A forma como a frase é construída sugere que, ao ver algo "preto", o policial automaticamente reage com violência, o que denuncia a naturalização do racismo no imaginário social.

Dessa forma, o meme se endereça a um destinatário ativo, como exige a natureza do enunciado dialógico: "é como se todo enunciado se construísse ao encontro dessa resposta" (Bakhtin, 2016, p. 62). O público é convocado a interpretar, refletir e, finalmente, a indignar-se.

Essa análise também permite evidenciar a natureza ideológica do discurso. O meme não é apenas um comentário social, mas um gesto discursivo que se inscreve numa luta por sentidos e memórias. A ironia e o humor não anulam a seriedade da crítica, mas a tornam mais acessível aos leitores. Como destaca Bakhtin, "todo enunciado é a posição ativa do falante [...] centrada no objeto e no sentido" (2016, p. 46-47). O objeto do meme pode ser entendido como o próprio racismo, enquanto seu sentido é o da denúncia.

Por fim, ele revela um importante aspecto da teoria de Authier-Revuz (1990): a multiplicidade de vozes e níveis de compromisso enunciativo. O autor do meme se esconde sob a camuflagem do humor, mas assume uma clara posição ideológica. As alteridades constitutiva e mostrada do discurso mostram que o enunciado é constituído por outras vozes e esse discurso, em específico, as exibe de forma crítica. 11

4.2. "Policiais descobrindo a existência do Mar Negro"

O segundo meme é um vídeo de um homem branco em uma suposta luta com o mar, com a legenda irônica "Policiais descobrindo a existência do Mar Negro", conforme captura de tela representada abaixo.

A composição visual e verbal do meme opera com base em um duplo deslocamento: de um lado, utiliza-se uma metáfora geopolítica (o Mar Negro) e, de outro, contextualiza-se esse termo para remeter à cor da pele da população negra e à lógica policial racista que associa automaticamente negritude (seja ela qual for) à criminalidade, e em virtude disso, à necessidade de repressão por meio da violência, a qual é representada a partir do homem "lutando" embaixo da água.

O meme, portanto, ao ironizar a presença e a reação policial diante do "Mar Negro", assume-se como um enunciado responsivo que critica por meio do humor o discurso dominante sobre segurança pública, reforçando a necessidade de visibilidade das vidas negras e provocando reflexão social.

Imagem 2 – Meme 2



Fonte: Publicação no *Instagram*. (https://www.instagram.com/reel/DItxCexsrzx/?igsh=MXlhMnNjdjJ3b2Qw)

4.2.1. Gênero do discurso e contexto de produção

Como o anterior, esse meme também se destaca como uma "correia de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem" (Bakhtin, 2016, p. 20). O meme, como gênero discursivo digital, neste caso em forma de vídeo, se consolida como resposta a acontecimentos sociopolíticos e à própria estrutura social.

Embora esse meme não tenha sido produzido no contexto das manifestações de 2020, como o anterior, ele remete diretamente à permanência de uma lógica racista na atuação policial. É possível aproximá-lo de acontecimentos mais recentes, como o caso anteriormente citado neste trabalho, de Guilherme Ferreira, jovem negro morto por um policial em São Paulo em 2025, que destaca a urgência desse tipo de crítica social. Assim, o meme não apenas representa uma tomada de posição retrospectiva, mas inscreve-se em uma cadeia discursiva que ressoa outros enunciados (Bakhtin, 2016).

4.2.2. Intertextualidade do meme

A intertextualidade do meme opera de modo sutil, mas significativo. Ao unir o termo "Mar Negro" (entendido geograficamente) com o racismo policial (entendido socialmente), cria-se uma ambiguidade semântica que exige do leitor a ativação de memórias discursivas para compreender a crítica trazida por ele. A cena do homem dentro da água representa um policial em aparente luta (com o próprio "Mar Negro") e remete à permanência da violência física e simbólica contra corpos negros.

A legenda "Policiais descobrindo a existência do Mar Negro" nos faz concluir que qualquer presença do "negro", mesmo metafórica, desencadeia uma reação violenta. Assim, o meme instaura um campo de significação que não está explicitamente nomeado, mas que depende da leitura irônica para ser plenamente compreendido.

4.2.3. Interdiscursividade: racismo estrutural e violência policial

A interdiscursividade do meme revela a internalização e o funcionamento do racismo estrutural. A figura do policial, embora não apareça claramente, é ativada discursivamente como uma instância de controle social que atua com base em estereótipos racializados. A interdiscursividade está, portanto, na apresentação implícita da lógica do discurso institucional policial. O "Mar Negro" é um jogo de linguagem que ironiza a forma como qualquer traço de negritude parece ser percebido por policiais como uma ameaça.

Esse tipo de crítica revela a heterogeneidade constitutiva do enunciado, tal como discutida por Authier-Revuz (1990, p. 32), segundo a qual "os processos reais de constituição de um discurso" são sempre atravessados por outras vozes e discursos. O meme é construído a partir dessa rede invisível, mas presente: ele só adquire sentido pleno se o leitor comparti-

lha o conhecimento das práticas racistas que ocorrem sistematicamente nas abordagens policiais.

4.2.4. Avaliação e responsividade: o meme como denúncia

O humor presente no meme não é neutro; ao contrário, tem função crítica. A estrutura do enunciado "Policiais descobrindo a existência do Mar Negro" imita o formato de memes baseados em "reação exagerada", típico da linguagem digital, mas o redireciona para um campo sociopolítico. O riso que o meme provoca está, espera-se, carregado de tensão: ele evidencia, por meio do absurdo da própria situação demonstrada no vídeo, o absurdo real da letalidade policial racializada.

A responsividade esperada não é apenas cômica, mas crítica. Como destaca Bakhtin (2016, p. 25), "cedo ou tarde o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte". Esse meme busca provocar justamente essa resposta: não apenas o compartilhamento humorístico, mas a reflexão indignada. Ele visa a reafirmar uma posição e consolidar laços discursivos com aqueles que reconhecem a problemática dessa estrutura social.

O uso da linguagem ambígua e irônica, semelhante à do primeiro meme, exige do interlocutor a ativação de uma memória discursiva e ideológica. Como aponta Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade mostrada é sempre um risco interpretativo: "é oferecida ao reconhecimento do interlocutor com risco de seu não reconhecimento". Contudo, é justamente esse risco que intensifica a força enunciativa desse enunciado: ao trazer a crítica por meio do humor, o meme desafia o leitor a posicionar-se de alguma forma diante desse conteúdo.

5. Considerações finais

A análise dos dois memes selecionados para este estudo permite constatar como os discursos digitais, ainda que breves, efêmeros e frequentemente revestidos de humor, operam como ferramentas de crítica social e denúncia política. Longe de serem manifestações discursivas superficiais, esses enunciados se configuram como práticas significantes complexas, atravessadas por disputas ideológicas e por processos históricos de produção de sentido. Embasados nos pressupostos teóricos de Bakhtin e Authier-Revuz, buscamos demonstrar que os memes, assim como todos os enunciados que circulam socialmente, são marcadamente dialógicos, constituídos por múltiplas vozes e posicionamentos axiológicos, funcionando como respostas a discursos hegemônicos que tendem a naturalizar o racismo e a violência policial.

Os memes analisados evidenciam a complexidade enunciativa de um discurso que, à primeira vista, pode ser interpretado como leve ou meramente humorístico, mas que se revela carregado de sentido. Recursos como a ironia, a metáfora visual, a intertextualidade e a ambiguidade lexical são mobilizados para produzir uma crítica contundente ao racismo estrutural, compreendido aqui não como um conjunto de ações isoladas ou intencionais, mas como um sistema que se reproduz cotidianamente nas instituições e nas práticas sociais (Ribeiro, 2019). Nesse contexto, o humor não atua como atenuador da violência discursiva, mas como estratégia de intensificação do efeito crítico, desestabilizando sentidos naturalizados e expondo contradições profundas da ordem social.

A figura do policial, recorrente nos memes analisados, é construída discursivamente como agente da violência e da vigilância racializada. Tal representação não emerge de forma aleatória, mas dialoga com uma memória discursiva marcada pela recorrência de casos de violência policial contra a população negra. Nesse sentido, os memes atualizam e ressignificam discursos já sedimentados socialmente, inscrevendo-se em uma lógica que Mbembe (2016) denomina de necropolítica, na qual determinados corpos são sistematicamente expostos à morte e à precarização

da vida. Os corpos negros, nesses discursos, aparecem como corpos passíveis de eliminação, o que evidencia a dimensão estrutural da violência denunciada.

Ao se constituírem como enunciados responsivos, os memes não apenas reagem aos assassinatos de George Floyd, João Pedro e, posteriormente, Guilherme Ferreira, mas também se inserem em uma cadeia discursiva mais ampla, que mantém viva a memória coletiva sobre a persistência da violência policial e do racismo institucional. Esses enunciados dialogam tanto com discursos midiáticos quanto com narrativas oficiais que, muitas vezes, tentam justificar ou minimizar tais violências. Assim, os memes funcionam como respostas críticas que tensionam versões hegemônicas dos fatos, colocando em circulação sentidos alternativos e contra-hegemônicos.

Assim, mais do que simples produtos de entretenimento digital, os memes analisados podem ser compreendidos como gestos discursivos ideológicos, que articulam linguagem, imagem e posicionamento político. Ao circular amplamente nas redes sociais, esses enunciados ampliam o alcance das denúncias e potencializam a mobilização afetiva dos sujeitos, convocando o público não apenas ao riso, mas também à indignação e à reflexão crítica. O riso, nesse contexto, assume um caráter ambíguo: ao mesmo tempo em que provoca identificação, também produz desconforto, ao evidenciar a violência que atravessa o cotidiano de determinados grupos sociais.

Compreender o meme como gênero discursivo implica, portanto, reconhecer seu papel político na disputa por sentidos na esfera pública digital. A partir da perspectiva bakhtiniana, é possível afirmar que esses enunciados participam ativamente da luta simbólica por significação, revelando que o espaço digital não é neutro, mas um campo de embates ideológicos. Os memes analisados demonstram que o discurso humorístico pode representar, para além do simples objetivo de provocar riso, um espaço de resistência simbólica e de enfrentamento à invisibilização

das violências que acometem os corpos negros no Brasil e em outros contextos globais.

Por fim, este estudo aponta para a necessidade de aprofundar investigações que articulem discurso, mídia digital e questões raciais, considerando a centralidade dos memes na circulação contemporânea de sentidos. Pesquisas futuras podem ampliar o corpus analisado, explorar outros contextos sociopolíticos ou ainda investigar os efeitos de leitura desses enunciados junto aos sujeitos que os consomem e compartilham. Ao evidenciar a criticidade dos memes, este trabalho contribui para o fortalecimento de abordagens discursivas comprometidas com a análise das desigualdades sociais e com a compreensão da linguagem como prática social historicamente situada.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Cad. Est. Linguísticos, 19, 25-42, 1990.**

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo de Bezerra; notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019. 16

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 2016. Disponível em: https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

AS ORAÇÕES RELATIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ATITUDE LINGUÍSTICA EM RELAÇÃO ÀS VARIANTES PADRÃO, CORTADORA E COPIADORA

João Victor Chiquetto Silva
Julia Ribeiro Chiquetto

1. Introdução

O presente trabalho[1] se concentra no amplo campo da Sociolinguística, que inclui, entre outros, o campo da sociolinguística variacionista e os conceitos de (i) *variação linguística*, definida por Tarallo (2003, p. 7) como "o fenômeno sistemático e natural que ocorre pela diversificação dos sistemas de uma língua natural em relação às possibilidades de mudança de seus elementos"; (ii) *variantes linguísticas*, "as diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com um mesmo valor de verdade" (Tarallo, 2003, p. 8); e (iii) *variáveis linguísticas*, ou "um conjunto de variantes" (Tarallo, 2003, p. 8).

Definimos, portanto, que nosso trabalho busca estudar a avaliação linguística em relação à variável dependente chamada de *estratégias de relativização em orações relativas no Português Brasileiro* (daqui em diante, PB), associando-a às seguintes variáveis independentes extralinguísticas: *faixa etária*, *sexo/gênero*, *escolaridade* e *profissão*.

No que se refere a esse tema para a área da sociolinguística, que são as atitudes linguísticas, trazemos o conceito de Lambert (1967), que afirma que a atitude se compõe de três elementos no mesmo nível: a crença ou saber (componente cognoscitivo); a valoração (componente afetivo) e a conduta (componente conativo). Isso quer dizer, portanto, que a atitude linguística de um indivíduo é o resultado da soma de suas

1. Este capítulo de livro resulta de um trabalho final escrito para a disciplina Tópicos Especiais em Estudos Linguísticos I, ministrada pela Prof.ª Dr.ª Márcia Cristina do Carmo, no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGEL/UEPG), no primeiro semestre de 2025.

crenças, afetos, conhecimentos e tendências de comportamento frente a uma língua ou a situações sociolinguísticas. Assim, verificamos que este é um conceito fundamental para o embasamento deste trabalho.

Justificamos a temática de nosso estudo, também, pelo fato de este já ser um fenômeno linguístico bastante pesquisado no PB (Camacho, 2013; Silva, 2007; Tarallo, 2003) e pelo fato de que, na comunidade linguística ampla e diversa do Brasil,[2] existem, dentro dessa variável dependente que selecionamos, três variantes linguísticas em coocorrência e em competição, nomeadamente a relativa padrão (representada aqui como RPad) a relativa cortadora (RCor) e a relativa copiadora (RCop), que serão exemplificadas posteriormente.

Este trabalho baseia-se nos pressupostos da teoria variacionista quantitativa laboviana (1994). O autor postula que os fatores extralinguísticos também motivam variação e mudança linguística. É preciso, segundo o autor, observar ainda as questões estruturais intrínsecas aos paradigmas que constroem cada língua – motivo pelo qual buscamos isolar, neste estudo, a avaliação dos falantes quanto ao uso das estratégias de relativização, que implicam diferentes estruturas linguísticas, neste caso em específico, sintáticas.

Objetivamos, assim, identificar se a variação na avaliação dessas variantes é essencialmente diastrática (social), conforme já apontam estudos anteriores, como o de Tarallo (2003), especialmente correlacionada com o fator escolaridade. Em específico, segundo ele, a aceitabilidade da variante RCop estaria relacionada a fatores extralinguísticos como menor nível de escolaridade. Portanto, a influência do maior nível de educação formal seria justamente a maior estigmatização (avaliação negativa) de RCop por parte do falante.

Para chegar a tal objetivo, na parte prática deste trabalho, posterior à revisão da literatura pertinente e à constatação da relevância do

2. Vale ressaltar que no português europeu também há uma variante estigmatizada chamada de "estratégia de relativização resumptiva", que se assemelha à copiadora do PB, como no exemplo a seguir: "temos lá, no meu ano, **rapazes** que **eles** parecem tolos", em que há duas expressões para a mesma função sintática, nesse caso, a de sujeito (Camacho, 2013, grifo do autor).

tema no que se refere à diversidade sociolinguística do Brasil, utilizamos as metodologias qualitativa e quantitativa, por meio de um estudo experimental via questionário na plataforma do Google, que será descrito detalhadamente no tópico "Metodologia e amostra", mais adiante.

2. Fundamentação teórica

As variantes mencionadas anteriormente são chamadas, segundo Tarallo (2003), de *estratégias de relativização*, pois são empregadas no processo de estruturação das orações subordinadas adjetivas, também chamadas de orações relativas (denominação adotada neste trabalho).

Nesse sentido, ainda segundo Tarallo (1983), o PB utiliza três tipos de estratégias distintas para formar orações relativas. São elas: (i) a *padrão*, em que o uso do pronome relativo (preposicionado ou não) segue a norma prescrita pela gramática tradicional (exemplo 1a); (ii) a *cortadora*, que se restringe aos casos em que o sintagma nominal relativizado é um objeto preposicionado e tem sua preposição omitida (cortada) na estrutura relativa (exemplo 1b); e (iii) a *copiadora* ou *relativa com pronome-lembrete*, quando uma forma pronominal correferente ao sintagma nominal relativizado aparece como lembrete, retomando tal sintagma e funcionando como uma repetição (exemplo 1c).

Exemplo 1:
a) O material **de que eu preciso** não está disponível.
b) O material **que eu preciso** não está disponível.
c) O material **que eu preciso dele** não está disponível.

As estratégias cortadora (também chamada *estratégia de lacuna*) e copiadora (também chamada *estratégia de retenção pronominal*), consideradas alternantes não-padrão, são tratadas pela maioria dos manuais de gramática tradicional como meros desvios de forma canônica que devem ser evitados. No entanto, isso não ocorre na língua em uso, uma vez que se comprova, em diversos estudos de corrente sociolinguística, a exis-

tência das três variantes mencionadas, especialmente na fala espontânea do PB, sendo que as relativas não-padrão são largamente empregadas por usuários da língua de diferentes níveis de escolaridade, inclusive em situações com algum grau de formalidade (Tarallo, 2003; Silva, 2007; Camacho, 2013).

Ainda de acordo com Tarallo (2003), a ocorrência de estratégias de relativização não-padrão em contextos preposicionados, mais especificamente da relativa cortadora, atinge uma média percentual acima de 70%, mesmo entre informantes com maior grau de escolaridade.

No que se refere ao estágio desse processo linguístico, verificamos o aparecimento dessas estruturas, especialmente a estratégia copiadora, em produções de falantes até mesmo em variedades chamadas cultas. Tarallo (2003) indica que essa já é uma mudança em curso bastante avançado no PB, sugerindo que o fenômeno teve início entre grupos sociais de menor prestígio, caracterizando o que Labov (1994) denomina como mudança de baixo para cima (Melo, 2010).

Isso comprova, portanto, que no PB as estratégias de cortar a preposição e/ou de utilizar um pronome-lembrete são bastante usuais. Tarallo (2003) também comprova que, no PB, as relativas cortadoras são mais presentes do que as copiadoras, o que nos leva a pensar que o registro mais ou menos formal pode ter alguma influência na produção dessas estruturas. Em outras palavras, que o contexto em que as orações relativas são utilizadas pode intervir de alguma forma nas escolhas (sejam elas conscientes ou inconscientes) dos falantes entre as duas variantes não-padrão ou, até mesmo, a padrão. Essa hipótese, no entanto, não é analisada neste trabalho, ficando reservada a possíveis pesquisas futuras.

Além disso, vale comentar que a variação linguística está, de acordo com Labov (1994), intrinsecamente relacionada a fatores linguísticos e extralinguísticos, o que leva à incorporação inevitável de chamadas variantes [-padrão] até nos usos mais formais da língua, como já se viu ser o caso das orações relativas, largamente utilizadas em registros formais na variante cortadora (não-padrão).

Esses dados mostram, portanto, que se encontram em concorrência no PB a relativa padrão e a cortadora, especialmente, mas não somente, em contextos de fala.

Silva (2007) aponta que o emprego da relativa padrão, muitas vezes, se faz porque os falantes a associam a estruturas linguísticas fixas, funcionando como "blocos semânticos", e não necessariamente porque eles têm, de fato, consciência metalinguística/gramatical de seus usos, embora o contexto sociocultural dos falantes possa, evidentemente, condicionar suas "escolhas" de variante.

Ainda segundo Silva (2007, p. 7), "o aprendizado da relativa padrão está muito associado à educação formal, mesmo porque sua frequência é quase nula na modalidade falada da língua", o que é visível nos usos cotidianos não-formais do PB, em que a relativa cortadora é muito mais frequente do que a padrão (Tarallo, 2003).

Outra discussão é a apresentada por Camacho (2013, p. 179), que sugere que as três estratégias de relativização enfocadas neste trabalho não constituiriam "realmente variantes de uma mesma variável sintática, mas escolhas reais do falante diante da necessidade de exercer diferentes funções discursivas e sociais".

Apesar dessa possibilidade, para fins metodológicos deste estudo, consideramos, de fato, que as três estratégias são variantes, conforme definido por Tarallo (2003), e já explicitado previamente.

Camacho (2013, p. 180) nos traz uma perspectiva sobre a construção das orações relativas no PB, especialmente o falado, que também nos serviu de fundamento para este trabalho. O autor afirma que a construção de uma relativa envolve "três aspectos relevantes: (a) a seleção do conectivo; (b) o emprego de preposições nos casos em que elas são requeridas; e (c) a marcação adicional de caso semântico".

A seleção do conectivo pode implicar a escolha de um pronome relativo ou estratégias com conjunções ou sintagmas preposicionais de posse. As estruturas em questão podem ser conferidas no exemplo 2:

Exemplo 2:
a) Entreguei o caderno para a menina **cuja mãe** trabalha na escola.
b) Entreguei o caderno para a menina **que** a mãe **(dela/ Ø)** trabalha na escola.

Já o emprego das preposições está relacionado ao fato de serem ou não requeridas pelos verbos, em funções sintáticas como a de oblíquo (3a). É comum, no PB, nas variantes não-padrão, que sejam apagadas tais preposições por meio da inserção de um complementizador (em geral, o pronome relativo "que", como em 3b) ou por meio da cópia do relativo com o uso de mecanismos como possessivos (dele, dela etc.), como em 3c. A seguir, apresentam-se exemplos de Camacho (2013, p. 180):

Exemplo 3:
a) A menina **de quem** você gosta mora na casa da esquina.
b) A menina **que** você gosta mora na casa da esquina.
c) A menina **que** você gosta **dela** mora na casa da esquina.

A inserção do pronome-lembrete recupera, portanto, o caso sintático e o caso semântico não-marcado na posição do relativo (Faria; Duarte, 1989; Kato, 1996 *apud* Camacho, 2013, p. 180).

Vale notar, ainda, que Dik (1997, *apud* Camacho, 2013, p. 181) afirma que a construção de cortadoras e copiadoras fornece uma "evidência segura para considerar o elemento conectivo 'que' como um Marcador de Relativização".

Ressaltamos, ainda, a importância dos estudos de Tarallo (1983, 2003) sobre as relativas não-padrão no PB, corroborada por Camacho (2003). Também na linguística portuguesa, segundo o autor, destacam-se os estudos de Brito (1991) e Raposo (1992) e Brito e Duarte (2003), todos citados por Camacho (2003).

Toda a fundamentação teórica que trouxemos nos revela que, cientificamente, são possíveis diversos olhares para um mesmo fenômeno – no caso do nosso trabalho, as estratégias de relativização.

Sobre a estratégia cortadora, esta só é considerada marginal em perspectivas puristas, pois seu uso já está plenamente reconhecido "como parte do registo oral de falantes altamente escolarizados, o que permite supor que estamos perante uma tendência de mudança, mesmo no português europeu" (Brito; Duarte, 2003, p. 667 *apud* Camacho, 2013, p. 191).

Vale destacar ainda, sobre a variante copiadora, que

> especulativamente, é possível sustentar a hipótese de que a repetição do objeto pelo pronome-lembrete na forma do oblíquo átono, ou mesmo de oblíquo tônico, como costuma ocorrer na variedade brasileira, implica uma retomada na produção, que **o falante sente a necessidade de fazer, para facilitar a interpretação do interlocutor**. Essa lembrança é acionada cognitivamente em função do fato de que a relação conectiva se manifesta mediante o uso do complementizador ou marcador de relativização "que". Como esse operador, em si mesmo, não faz retomada anafórica, na percepção cognitiva do usuário, é necessário retomar a primeira menção do antecedente na relativa, o que se faz na posição *in situ* de objeto (Camacho, 2013, p. 194, grifos nossos).

Por fim, ainda nos chama a atenção a restrição semântica ao emprego da estratégia cortadora característica das preposições lexicais, já atestada por Camacho (2013). A estratégia cortadora, portanto, não é uma variante possível a partir de determinadas preposições com valor semântico específico como "contra" e "sobre". Os exemplos de Camacho (2013, p. 201) possibilitam verificarmos tal característica:

Exemplo 4:

a) O advogado [**contra o qual/quem** você se posicionou no tribunal] desistiu do processo.
b) O advogado [**que** você se posicionou **contra (ele/Ø)** no tribunal] desistiu do processo.
c) * O advogado [**que** você se posicionou Ø] no tribunal desistiu do processo.

Exemplo 5:
a) O armário [**sobre o qual** João deixa o trabalho inacabado] não tem mais espaço.
b) O armário [**que** João deixa o trabalho inacabado **sobre (ele/Ø)**] não tem mais espaço.
c) (?) O armário [**que** João deixa o trabalho Ø] não tem mais espaço.

Com esses exemplos, verificamos que "a especificidade do valor semântico dessas preposições bloqueia automaticamente a estratégia cortadora em função da ambiguidade resultante" (Camacho, 2013, p. 202). Essa ambiguidade tem relação com o fato de *armário* ser uma entidade locativa tridimensional (não se sabe se João deixa o trabalho inacabado *dentro*, *sobre* ou *ao lado* do armário). Desse comportamento, o autor conclui que há certo grau de especialização funcional no uso das estratégias de relativização no PB (Camacho, 2013).

Por fim, a partir desse panorama teórico, constatamos a importância da análise da atitude linguística em relação ao fenômeno selecionado para estudo, e passamos, então, à apresentação da metodologia de nosso estudo e descrição da amostra utilizada.

3. Metodologia e amostra

Como mencionado anteriormente, a metodologia do presente trabalho consistiu em um estudo experimental via questionário na plataforma do Google. O formulário foi um teste de julgamento subjetivo/aceitabilidade das três variantes linguísticas "alvo": relativa padrão, cortadora e copiadora (baseado em Tarallo, 2003), realizado com falantes de PB (conforme consta nos apêndices A e B). O questionário solicitou que os participantes avaliassem, a partir de doze situações de interação hipotéticas, o uso das relativas (representadas pelos enunciados em negrito). O questionário *online* foi disponibilizado aos falantes durante três dias e o *link* era aberto a qualquer pessoa que desejasse acessá-lo e responder ao

questionário, desde que indicasse aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – cf. apêndice A.

A primeira parte do questionário consistia em perguntas diretas para determinação das variáveis independentes extralinguísticas dos informantes (faixa etária, sexo/gênero, nível de escolaridade e profissão). Não se levou em conta, para efeitos desse estudo, fatores contextuais como a formalidade e a tensão discursiva, uma vez que realizamos um teste com análise de sentenças escritas, diferente daquele que seria possível com análise de sentenças faladas, por exemplo.

Por fim, na segunda parte do questionário, composta por doze questões, os informantes tinham que marcar a(s) sentença(s) que representava(m) sua avaliação correspondente a cada enunciado. As opções de avaliação, conforme apêndice B, eram as seguintes, incluindo quatro avaliações "positivas" (+) e seis "negativas" (–).

- A pessoa que disse isso é inteligente. (+)
- A pessoa que disse isso sente vergonha de falar assim. (–)
- A pessoa que disse isso fala corretamente. (+)
- A pessoa que disse isso sofre preconceito social. (–)
- A pessoa que disse isso tem pouco estudo. (–)
- Essa frase seria inadequada em um ambiente de trabalho. (–)
- Essa maneira de falar compromete a clareza da mensagem. (–)
- Essa frase soa natural no dia a dia. (+)
- Esse jeito de falar revela falta de cuidado com a língua portuguesa. (–)
- Eu me sentiria confortável falando desse jeito em público. (+)

Metodologicamente, vale considerar que, em nosso experimento, testamos a atitude linguística dos falantes frente a variação linguística (manifestada nas três variantes mencionadas) por meio da língua escrita (questionário escrito), e consideramos, de fato, que essa possa ser uma restrição do estudo, por não ter sido feito a partir de amostras reais de fala espontânea (gravações).

Antes de seguir para a apresentação da amostra, consideramos importante mencionar que estamos cientes da falta de estratificação social entre os participantes do experimento, e é justamente por isso que, nas análises feitas, buscamos destacar certos aspectos (focando a análise em certos informantes, por exemplo) que pudessem ser comparados, apesar da falta de estratificação.

Quanto à amostra, após o encerramento do experimento, obtivemos quarenta respostas de informantes que manifestaram estar de acordo com o TCLE (reproduzido no apêndice A) e desejar responder às perguntas (gráfico 1). Optamos por não fazer um recorte específico quanto à participação de informantes que pertencem a determinadas áreas de conhecimento, como a própria área de Letras, por exemplo. Ou seja, não houve nenhuma restrição à participação de informantes de acordo com sua área de estudos.

Gráfico 1 – Acordo com o TCLE



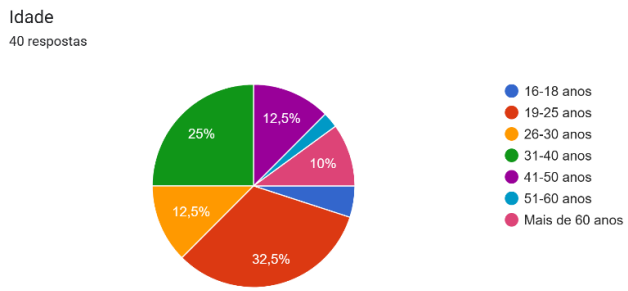
Fonte: extraído dos resultados fornecidos pelo Google sobre o questionário aplicado.

Classificamos, a seguir, os informantes de acordo com a faixa etária, sexo/gênero, escolaridade e profissão. Seguem-se os gráficos com as porcentagens e suas respectivas descrições com números absolutos para maior clareza.

Quanto à faixa etária (gráfico 2), 2 (dois) informantes têm de 16 a 18 anos; 13 (treze), de 19 a 25 anos; 5 (cinco) de 26 a 30 anos; 10 (dez) de 31 a 40 anos; 5 (cinco), de 41 a 50 anos;

1 (um) de 51 a 60 anos; e 4 (quatro), mais de 60 anos. Aqui, verificamos a diversidade de idades obtida pelo experimento, sendo que a maior concentração de informantes está na faixa etária entre 19 e 25 anos.

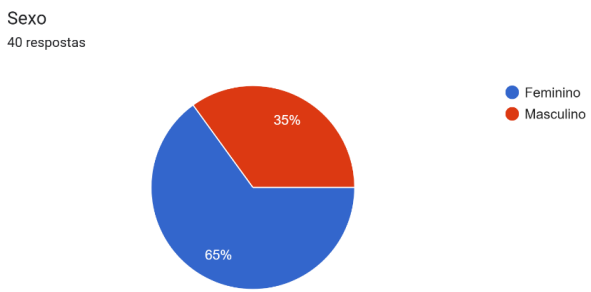
Gráfico 2 – Faixa etária dos informantes



Fonte: extraído dos resultados fornecidos pelo Google sobre o questionário aplicado.

No que se refere ao sexo/gênero (gráfico 3), a maioria dos informantes é mulher. Foram 26 (vinte e seis) informantes do sexo feminino; e 14 (quatorze) do sexo masculino.

Gráfico 3 – Percentual de informantes agrupados por sexo/gênero



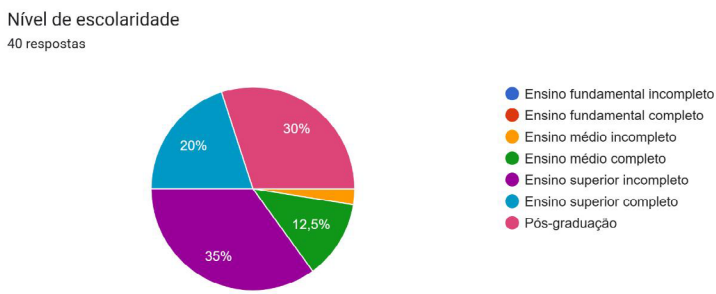
Fonte: extraído dos resultados fornecidos pelo Google sobre o questionário aplicado.

As opções para a variável escolaridade (gráfico 4) foram organizadas em grupos de acordo com o sistema educacional brasileiro, sendo

que havia a possibilidade de o informante marcar, dentro de cada nível, a opção "completo" ou "incompleto" (que, em geral, indica que determinada etapa ainda está em curso, ou não foi finalizada). Os níveis escolares em questão são: ensino fundamental; ensino médio; ensino superior; e posteriores níveis de estudo, como especializações, mestrado e doutorado, todos agrupados sob o rótulo de "pós-graduação".

Nenhum informante tem apenas o ensino fundamental (seja completo ou incompleto). Obtivemos 1 (um) informante com ensino médio incompleto; 5 (cinco) informantes com ensino médio completo; 14 (quatorze) com ensino superior incompleto; 8 (oito) com ensino superior completo; e 12 (doze) com pós-graduação. Por questões metodológicas, agrupamos, na descrição dos resultados, os níveis de escolaridade em três grupos maiores, reunindo (a) ensino médio incompleto ou completo, com 6 (seis) informantes; (b) ensino superior incompleto, com 14 (quatorze) informantes; e (c) ensino superior completo (incluindo posteriores níveis), com 20 (vinte) informantes.

Gráfico 4 – Percentual de informantes agrupados por nível de escolaridade

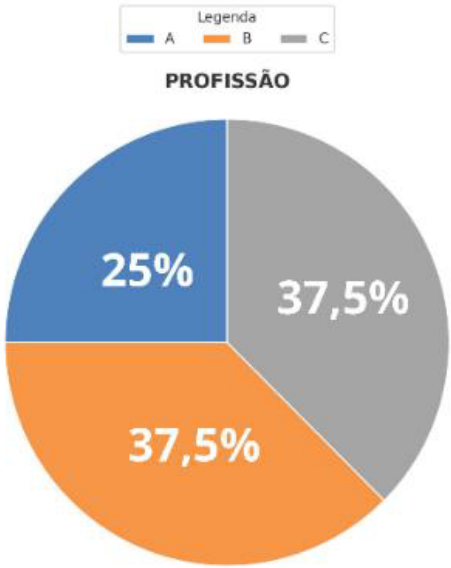


Fonte: extraído dos resultados fornecidos pelo Google sobre o questionário aplicado.

Por fim, incluímos no questionário a variável profissão (gráfico 5). No entanto, identificamos, por meio da análise dos dados, que devido a já estar englobada na variável escolaridade (uma vez que nossa análise comprovou que ambas guardam estreita relação, de modo geral), não seria significativo analisá-la separadamente. Essa variável foi respondida

abertamente pelos informantes. As respostas foram bastante variadas, então, apenas para representá-las estatisticamente, decidimos agrupá-las em três grandes grupos, nomeadamente: (A) estudantes (independentemente do nível de ensino), com um total de 10 (dez) participantes; (B) trabalhadores dos quais é exigida formação superior (entre eles: professor, engenheiro, esteticista, publicitário, músico, designer, pedagogo, médico), com 15 (quinze) participantes; e (C) trabalhadores de quem não é exigida formação superior (entre eles: agente de viagens, auxiliar administrativo, açougueiro, confeiteiro, do lar, estoquista, massoterapeuta), com 15 (quinze) participantes.

Gráfico 5 – Percentual de informantes agrupados por profissão, separadas em três grupos descritos acima



Fonte: elaboração própria, a partir dos resultados fornecidos pelo Google sobre o questionário aplicado.

4. Resultados e discussão

Vale destacar, antes de apresentar nossos resultados, que temos consciência das limitações do estudo e da possibilidade de certo enviesamento nas respostas do questionário devido a ser uma análise de sentenças escritas e a não haver estratificação dos informantes, especialmente no que se refere à variável "escolaridade", em que predominam informantes com ensino superior. No entanto, consideramos ter feito análises adequadas levando em conta essas limitações.

Destacamos que os enunciados completos utilizados em cada situação comunicativa, que possibilitam melhor compreensão desta seção de análise, estão disponíveis no apêndice B.

Genericamente, observamos no experimento que, em nenhum dos quatro enunciados com a estratégia RPad, as avaliações foram 100% positivas. Por exemplo, em relação à situação de interação 2, houve dezessete avaliações negativas ao todo (cerca de 26%).

Cada uma das avaliações (positivas ou negativas), em cada situação comunicativa, poderia receber até 40 marcações (indicando concordância do participante com aquela avaliação). A partir dessa constatação, destacamos alguns dados relevantes numericamente: na situação 3 (RCor), 30 informantes assinalaram a avaliação "essa frase soa natural no dia a dia", indicando que não reconhecem nenhum problema no uso da estratégia cortadora, como já apontado por Tarallo (2003). Ainda, quanto à situação 7 (RCop), 29 informantes assinalaram a mesma avaliação "essa frase soa natural no dia a dia", indicando que, mesmo essa variante estigmatizada (copiadora) pode ser reconhecida como natural e cotidiana, especificamente num contexto em que substitui o uso do pronome relativo "cujo", já reconhecidamente ausente dos usos cotidianos do PB (Santos Silva, 2007).

De fato, as situações com uso da variante padrão (**RPad**) – 2, 4, 8 e 11 – foram avaliadas positivamente pelos informantes, no geral, porém, na situação 2, em que há o uso da estrutura "em que", com o verbo "confiar", por exemplo, sete informantes assinalaram que "esse jeito de falar revela

falta de cuidado com a língua portuguesa" (avaliação negativa), demonstrando que, mesmo sendo essa uma sentença compatível com o prescrito pela gramática normativa, alguns falantes a reconhecem como problemática numa situação real de comunicação.

Quanto às situações 4 e 8, em que há o uso do relativo "cujo", chamam a atenção as avaliações positivas, como "a pessoa que disse isso fala corretamente" (24 e 26 informantes, respectivamente), "eu me sentiria confortável falando desse jeito em público" (16 e 11 informantes, respectivamente) e "a pessoa que disse isso é inteligente" (15 e 10 informantes, respectivamente), o que parece indicar a já apontada associação entre o uso de variantes padrão e o prestígio sociolinguístico.

Na situação 11, em que temos a presença de um verbo que exige preposição (referir-se a algo), as avaliações que predominam são também positivas, por exemplo, "a pessoa que disse isso fala corretamente" (também com 26 informantes).

Quanto ao uso de **RCor** (situações 3 – já destacada anteriormente, 5, 9 e 10), destacamos os seguintes resultados: na situação 5, em que ocorre a omissão da preposição "com", 25 informantes consideraram que "essa frase soa natural no dia a dia", enquanto 12 assinalaram que "esse jeito de falar revela falta de cuidado com a língua portuguesa".[3]

Quanto à situação 9, em que se evita usar o pronome *cuja* (indicando "casa **da** tia"), e, portanto, apaga-se semanticamente a preposição *de*, 22 informantes assinalaram que "o enunciado soa natural no dia a dia", embora 12 tenham afirmado que "essa maneira de falar compromete a clareza da mensagem", o que parece indicar que, apesar de poder gerar algum estranhamento, o uso da RCor em substituição ao pronome *cujo* é avaliado positivamente pela maioria.

Na situação 10, em que foi eliminada a preposição "com" (exigida pelo verbo "conversar"), também houve maioria de avaliações positivas, como 28 informantes que assinalaram que "essa frase soa natural

3. Vale ressaltar que tais respostas podem ter sido enviesadas pelo uso da forma verbal "tava", que optamos por utilizar no enunciado numa tentativa de aproximá-lo da fala espontânea cotidiana.

no dia a dia", 19 que afirmaram que se sentiriam confortáveis falando assim em público e 17 que assinalaram que "a pessoa que disse isso fala corretamente", demonstrando bons níveis de aceitação dessa estrutura com uso de RCor.

Por fim, quanto ao uso das estratégias **RCop** (situações 1, 6, 7 – já apresentada anteriormente – e 12), destacamos os seguintes resultados: em 1, em que a estrutura padrão "em cuja" é substituída pelo pronome-lembrete "dela" ("a menina **que** eu fiquei na casa **dela**"), para 25 informantes a frase soa natural no dia a dia (maioria), enquanto 15 informantes assinalaram que essa maneira de falar compromete a clareza da mensagem, sendo que, desses 15, a maioria (11) tem níveis mais altos de escolaridade, o que corrobora a correlação já apontada por Silva (2007), e mencionada anteriormente, entre maiores escolaridades e avaliação mais negativa da estratégia copiadora, mais estigmatizada socialmente, além de aprendizado formal da relativa padrão.

Na situação 6, em que há a cópia do referente "pessoa que eu entreguei o livro" por meio do uso da estrutura "pra ela", indicando o destinatário da "entrega", a avaliação que predomina é a negativa (44, contra 26 positivas), em especial a de que "essa maneira de falar compromete a clareza da mensagem", assinalada por 22 informantes, demonstrando que, aparentemente, essa estrutura com a repetição da preposição "p(a)ra" é menos aceita do que aquelas em que se repete a preposição "de", como nas situações 1 e 7. Além disso, cabe destacar que o contexto dessa interação se dá com uma suposta professora utilizando a estratégia copiadora, o que pode ter influenciado nas avaliações negativas dos informantes, uma vez que se sabe que a expectativa que recai sobre uma professora é a de um uso normativo da língua portuguesa.

Por fim, em 12, há a cópia do referente "aquele abrigo" por meio do uso da estrutura "pra ele". Nessa situação, predomina a avaliação positiva (47), apesar de haver 23 avaliações negativas. Ainda, 25 informantes assinalaram que "essa frase soa natural no dia a dia", o que representa um resultado diferente daquele obtido na situação 6, embora nesta também

haja a presença da preposição "p(a)ra", talvez influenciada novamente pelo contexto de informalidade, já que esta parece ser uma conversa entre amigos, diferentemente da situação[4].

Cabe notar, também, que, especificamente nas situações 3, 5 e 10, em que foi utilizada a estratégia cortadora, e nas quais predominaram as avaliações positivas, o foco para as estratégias de relativização era a mesma preposição: "com", sendo que, em 3, o verbo era "sair" (em que a preposição introduz companhia); em 5, "fazer" (em que a preposição introduz instrumento usado para fazer a atividade); e, em 10, "conversar" (em que a preposição introduz companhia/destinatário da mensagem), o que pode indicar uma facilidade de os falantes aceitarem a eliminação dessa preposição, visto que tanto "de" como "com" são comumente omitidas em orações relativas no PB, especialmente no uso cotidiano, conforme já apontado por Tarallo (1983).

Além disso, no que se refere à aceitabilidade da variante copiadora (RCop), uma de nossas hipóteses era a de que esta passa a ser mais aceita quanto maior o sintagma nominal que a estratégia de relativização retoma, ou ainda, se o pronome-lembrete está distante do elemento retomado (ou seja, em posição final na sentença). No entanto, neste experimento, não conseguimos confirmar essa hipótese, uma vez que os dados não mostraram padrões significativos que indiquem qualquer correlação entre tais fatos. Essa é uma hipótese que precisaria ser comprovada com um estudo de processamento mais pormenorizado especificamente com essa variante, utilizada em diferentes estruturas sintáticas.

4. Ainda que o foco de nosso estudo não tenha sido abordar a variação diastrática ou a influência de situações pragmático-contextuais, consideramos relevante trazer essas observações, que surgiram apenas no momento da análise, e não foram causadas propositalmente quando da elaboração do teste (formulário).

5. Considerações finais

Observando todo o aporte teórico e os resultados expostos e analisados, ratificamos o fato já apontado por Tarallo (1983) e mencionado anteriormente de que as alternantes em uso nas variedades do PB, como a copiadora e a cortadora, são variantes sociolinguísticas, ou seja, formas distintas de se dizer a mesma coisa.

Também há outras hipóteses de análise, como a já mencionada de Camacho (2013), de que tais alternantes são estratégias diferentes para facilitar o processamento cognitivo. Apesar disso, sustentamos nossa análise sociolinguística com base em Tarallo (1983), que comprova a relevância das variantes não-padrão em uso no PB, como a cortadora (considerada pelo autor mais neutra socialmente).

Ademais, consideramos que a predominância da estratégia cortadora em relação à copiadora, também demonstrada pela maior aceitabilidade daquela em relação a esta em nossos resultados, pode ter uma motivação social, uma vez que a cópia do pronome é fortemente estigmatizada no PB (Camacho, 2013).

Portanto, depois de analisar os resultados do experimento, vemos uma necessidade de aprofundar os estudos nessa área, especialmente na análise das orações relativas e de suas estratégias de relativização, que atraem nossa atenção, principalmente por estarem tão presentes em nosso cotidiano linguístico.

Nesse âmbito, o presente estudo contribui para ampliar a discussão sobre a avaliação do uso das estratégias de relativização. Além disso, cabe levantar o questionamento sobre o motivo da estigmatização da variante copiadora, e se o "peso" do sintagma retomado pelo pronome-lembrete contribui ou não para a aceitabilidade dos falantes.

Confirmamos, também, durante a elaboração das situações hipotéticas para o experimento, a existência de uma relevante restrição semântica ao emprego da estratégia cortadora característica das preposições lexicais, ou seja, há uma especialização funcional no uso das

estratégias de relativização no PB, já atestada por Camacho (2013) e mencionada em exemplos anteriores neste trabalho.

Assim, consideramos pertinente aprofundar tal discussão em trabalhos futuros, incluindo outros aspectos, como, por exemplo, a influência da variação diafásica no uso das variantes estudadas; e, ainda, a realização de estudos de análise linguística relativos a *corpora* representativos da fala espontânea de determinadas variedades do PB.

Referências

CAMACHO, R. G. Construções relativas nas variedades do português: uma interpretação discursivo-funcional. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 179-214, jun. 2013.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **A Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.

LABOV, W. **Principles of linguistic change**. Oxford: Blackwell, 1994. v. 1

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LAMBERT, W. E. A social psychology of bilingualism. Journal of Social Issues, v. 23, p. 91-109, 1967.

MELO, E. A. S. As estratégias de relativização padrão e não padrão no português culto carioca na década de 1990. **In: VI JEL UERJ**, 2010, Rio de Janeiro, RJ. Anais (on-line). Disponível em: http://www.pgletras.uerj.br/linguistica/jel/2010/resumos/VIJELUERJ_SC_XXII_R02.pdf. Acesso em: 9 jul. 2025.

SANTOS SILVA, H. dos. **Aprendizagem do pronome relativo cujo**: reflexões sobre a escrita. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.8.2007.tde-04102007-140538. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, H. C. da; AGUILERA, V. de A. O PODER DE UMA DIFERENÇA: um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas. **Alfa:** Revista de Linguística (São José do Rio Preto), [S.L.], v. 58, n. 3, p. 703-723, 2014. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1981-5794-1409-8. 16

SILVA, R. M. G. **A gramática invisível** - *o caso das orações relativas*. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

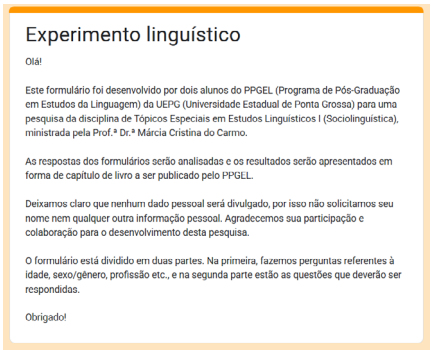
TARALLO, F. Relativization Strategies in Brazilian Portuguese, University of Pennsylvania, PhD Dissertation, 1983.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006. 17

APÊNDICES

Apêndice A – Primeira parte do questionário Google (apresentação, TCLE e perfil do participante)



Experimento linguístico

Olá!

Este formulário foi desenvolvido por dois alunos do PPGEL (Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem) da UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) para uma pesquisa da disciplina de Tópicos Especiais em Estudos Linguísticos I (Sociolinguística), ministrada pela Prof.ª Dr.ª Márcia Cristina do Carmo.

As respostas dos formulários serão analisadas e os resultados serão apresentados em forma de capítulo de livro a ser publicado pelo PPGEL.

Deixamos claro que nenhum dado pessoal será divulgado, por isso não solicitamos seu nome nem qualquer outra informação pessoal. Agradecemos sua participação e colaboração para o desenvolvimento desta pesquisa.

O formulário está dividido em duas partes. Na primeira, fazemos perguntas referentes à idade, sexo/gênero, profissão etc., e na segunda parte estão as questões que deverão ser respondidas.

Obrigado!

Nós, João Victor Chiquetto Silva e Julia Ribeiro Chiquetto, estamos te convidando a participar voluntariamente de uma pesquisa científica.

Sua participação é totalmente opcional. Caso decida não participar, não há qualquer problema: você não precisa justificar sua escolha, e não haverá nenhum tipo de prejuízo ou penalidade. Para recusar, basta selecionar a opção correspondente abaixo.

Se desejar participar, é necessário que você leia atentamente este termo e, ao final, selecione a opção de concordância. Este documento é o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa se intitula "As orações relativas no português brasileiro". Somos pós-graduandos no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Márcia Cristina do Carmo (UEPG). Este estudo segue todas as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regula pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

O objetivo da pesquisa é refletir sobre usos linguísticos do português brasileiro.

Os dados serão coletados por meio de um questionário online. Em nenhum momento seu nome será divulgado ou associado às respostas.

Ressaltamos que não há qualquer tipo de remuneração envolvida, uma vez que sua participação é voluntária.

Os riscos envolvidos são mínimos, podendo incluir leve cansaço ou frustração durante o preenchimento do questionário, que tem duração estimada de 10 minutos. Para minimizar qualquer desconforto, todos os participantes são informados previamente. Você poderá desistir da participação a qualquer momento, sem justificativa ou prejuízo. Basta comunicar aos pesquisadores.

Entre os benefícios, destaca-se a oportunidade de contribuir com uma pesquisa científica e com a área da Linguística. Os dados obtidos permitirão um melhor entendimento sobre o português brasileiro.

Os resultados obtidos serão apresentados em um capítulo de livro, a ser publicado pelo PPGEL/UEPG. Também poderão ser utilizados em apresentações acadêmicas e em artigos científicos, sempre garantindo o sigilo de seus dados pessoais e da sua imagem. Apenas as respostas ao questionário poderão ser divulgadas, de forma anonimizada.

Os pesquisadores asseguram o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas, conforme determina a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018).

Caso você ainda tenha dúvidas, pode entrar em contato pelo e-mail jvcsilva@uepg.br.

Estou de acordo com o TCLE acima e desejo prosseguir respondendo às perguntas da pesquisa. *

Perfil do participante

Idade *

- 16-18 anos
- 19-25 anos
- 26-30 anos
- 31-40 anos
- 41-50 anos
- 51-60 anos
- Mais de 60 anos

Sexo *

- Feminino
- Masculino

Nível de escolaridade *

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação

Profissão *

Sua resposta

Apêndice B – Segunda parte do questionário Google (variável linguística) – baseado em Tarallo (2003)

Evidentemente, as siglas que identificam as variantes constam apenas neste apêndice, para facilitar a compreensão, e não estão presentes no formulário respondido pelos informantes.

Experimento – Questionário

MODELO:

Relativa Padrão: *RPad* Relativa Copiadora: *RCop*
Relativa Cortadora: *RCor*
1- Essa aqui é a pessoa em cuja casa eu fiquei. (RPad)
2- Essa aqui é a pessoa que eu fiquei na casa dela. (RCop)
3- Essa aqui é a pessoa que eu fiquei na casa. (RCor)

Analise cada uma das situações de interação hipotéticas abaixo e **selecione**, a partir de cada uma delas, as afirmativas com as quais você **concorda**.

Deixe sem marcar as afirmativas com as quais você NÃO concorda.
Lembre-se de que não há respostas certas ou erradas. Seja sincero e leve em consideração apenas a sua própria avaliação **sobre cada frase em negrito nos diálogos.**

CONCORDO/DISCORDO (CAIXAS DE SELEÇÃO)
A pessoa que disse isso é inteligente.
A pessoa que disse isso sente vergonha de falar assim.
A pessoa que disse isso fala corretamente.
A pessoa que disse isso sofre preconceito social.
A pessoa que disse isso tem pouco estudo.
Essa frase seria inadequada em um ambiente de trabalho.
Essa maneira de falar compromete a clareza da mensagem.

Essa frase soa natural no dia a dia.
Esse jeito de falar revela falta de cuidado com a língua portuguesa.
Eu me sentiria confortável falando desse jeito em público.

12 frases – 4 RCop, 4 RCor e 4 RPad

1)
A: João, essa menina na foto é a Maria, tua prima?
B: Isso, é a menina que eu fiquei na casa dela na semana passada. (RCop)

2)
A: Quem é esse candidato?
B: Esse é o candidato à presidência em que eu confio. (RPad)

3)
A: Felipe, a menina que você tá saindo mora onde? (RCor)
B: Mora no meu bairro.

4)
A: Marcela, o que é amizade pra você?
B: Amizade é um sentimento cujo significado é muito pessoal. (RPad)

5)
A: Ludmila, você comprou outra caneta por quê?
B: Porque a caneta que eu fiz a outra atividade tava acabando. (RCor)

6)
A: Professora, com quem ficou o meu livro na aula passada?
B: Acho que a pessoa que eu entreguei o livro pra ela não veio hoje. (RCop)

7)
A: Lia, qual daqueles sorvetes é o seu preferido?
B: Gosto muito daquele sorvete que a embalagem dele é toda dourada. (RCop)

8)
A: Lucas, qual dos seus gatos morreu aquele dia?
B: Foi o gato cuja pata estava quebrada. (RPad)

9)
A: Roberto, com qual das suas tias você vai morar?
B: Vou morar com aquela tia que a casa fica em São Paulo. (RCor)

10)
A: O João é aquele menino que você conversa todo dia na aula? (RCor)
B: Sim, é ele mesmo.

11)
A: Que livro é esse?
B: Esse é o livro de semântica ao qual eu me referi na aula passada. (RPad)

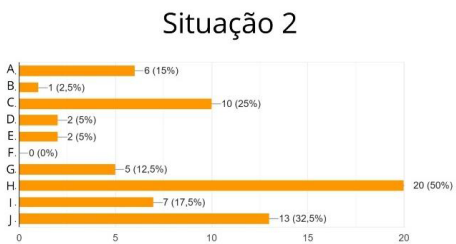
12)
A: Você me passa o contato daquele abrigo que você fez doação pra ele? (RCop)
B: Claro, passo sim. 20

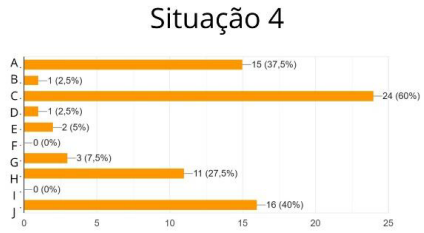
Apêndice C – Gráficos completos referentes a cada uma das doze situações avaliadas pelos 40 informantes, agrupados por tipo de estratégia (nesta ordem: RPad, RCop, RCor)

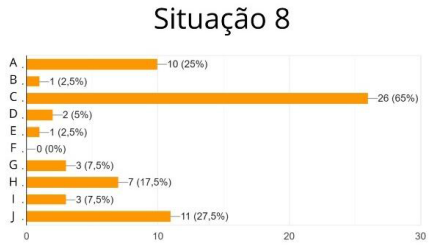
LEGENDA

A – A pessoa que disse isso é inteligente.
B – A pessoa que disse isso sente vergonha de falar assim.
C – A pessoa que disse isso fala corretamente.
D – A pessoa que disse isso sofre preconceito social.
E – A pessoa que disse isso tem pouco estudo.
F – Essa frase seria inadequada em um ambiente de trabalho.
G – Essa maneira de falar compromete a clareza da mensagem.
H – Essa frase soa natural no dia a dia.
I – Esse jeito de falar revela falta de cuidado com a língua portuguesa.
J – Eu me sentiria confortável falando desse jeito em público.

RPad:

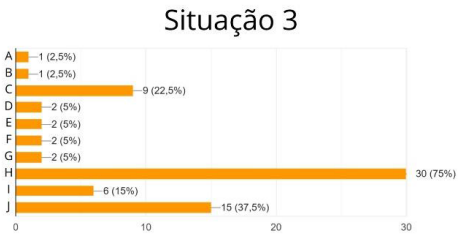




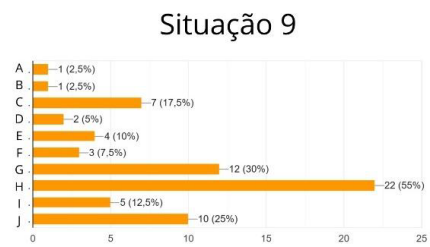




RCor:

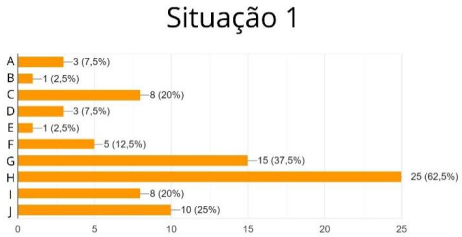

Situação 3
A 1 (2,5%)
B 1 (2,5%)
C 9 (22,5%)
D 2 (5%)
E 2 (5%)
F 2 (5%)
G 2 (5%)
H 30 (75%)
I 6 (15%)
J 15 (37,5%)
0 10 20 30

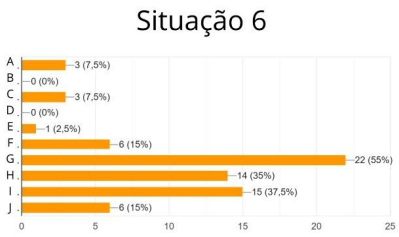

Situação 5
A 2 (5%)
B 1 (2,5%)
C 4 (10%)
D 1 (2,5%)
E 3 (7,5%)
F 6 (15%)
G 6 (15%)
H 25 (62,5%)
I 12 (30%)
J 9 (22,5%)
0 5 10 15 20 25

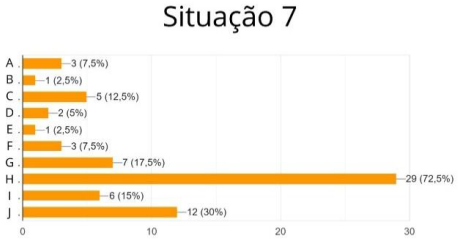

Situação 9
A 1 (2,5%)
B 1 (2,5%)
C 7 (17,5%)
D 2 (5%)
E 4 (10%)
F 3 (7,5%)
G 12 (30%)
H 22 (55%)
I 5 (12,5%)
J 10 (25%)
0 5 10 15 20 25

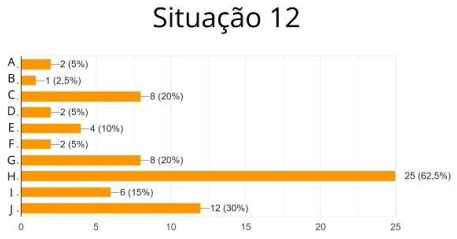

Situação 10
A 2 (5%)
B 2 (5%)
C 17 (42,5%)
D 1 (2,5%)
E 1 (2,5%)
F 0 (0%)
G 1 (2,5%)
H 28 (70%)
I 5 (12,5%)
J 19 (47,5%)
0 10 20 30

RCop:


Situação 1
A 3 (7,5%)
B 1 (2,5%)
C 8 (20%)
D 3 (7,5%)
E 1 (2,5%)
F 5 (12,5%)
G 15 (37,5%)
H 25 (62,5%)
I 8 (20%)
J 10 (25%)
0 5 10 15 20 25


Situação 6
A 3 (7,5%)
B 0 (0%)
C 3 (7,5%)
D 0 (0%)
E 1 (2,5%)
F 6 (15%)
G 22 (55%)
H 14 (35%)
I 15 (37,5%)
J 6 (15%)
0 5 10 15 20 25


Situação 7
A 3 (7,5%)
B 1 (2,5%)
C 5 (12,5%)
D 2 (5%)
E 1 (2,5%)
F 3 (7,5%)
G 7 (17,5%)
H 29 (72,5%)
I 6 (15%)
J 12 (30%)
0 10 20 30


Situação 12
A 2 (5%)
B 1 (2,5%)
C 8 (20%)
D 2 (5%)
E 4 (10%)
F 2 (5%)
G 8 (20%)
H 25 (62,5%)
I 6 (15%)
J 12 (30%)
0 5 10 15 20 25

SER FILHO NA CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA DE TEXTOS DE PAULINA FLORES E DYLLAN JOHNNY

Julia Ribeiro Chiquetto

1. Introdução: literatura chilena contemporânea

A delimitação da Literatura Chilena Contemporânea é importante para compreender as vozes literárias que surgiram nos últimos anos, estabelecendo uma ponte entre o passado e o presente. No marco temporal de 2000 a 2022, surgem tendências literárias distintivas que refletem a diversidade social, política e cultural do Chile no novo milênio.

Ao analisarmos esta corrente literária, é impossível ignorar o contexto histórico que a sustenta. A geração de escritores que foram crianças ou adolescentes durante a ditadura militar de Augusto Pinochet rearticulou suas experiências a partir da ficção novelística. Como assinala Franken Osorio (2017), essas novelas, embora não autobiográficas, pertencem às denominadas "literaturas do eu", desafiando as barreiras entre o real e o fictício.

1.1. Narrativa dos filhos

A "literatura dos filhos", ou "narrativa dos filhos", surgiu como um fenômeno literário significativo no contexto chileno contemporâneo, delineando uma perspectiva única sobre a experiência vivida durante a ditadura e a transição política no Chile. Essa corrente, além de ser um testemunho histórico, também se torna um veículo necessário para refletir sobre a sociedade atual, em consonância com as características do sistema político e econômico pós-ditadura.

Ferrarese (2021) contextualiza essa corrente ao destacar as dificuldades da transição para a democracia no Chile. A sociedade encontrou-se em uma posição incômoda, marcada pela precariedade, pela pobreza e

pela desilusão diante da expectativa de uma melhorasignificativa. A literatura dos filhos aparece como uma resposta reflexiva que faz com que os leitores olhem para além dos acontecimentos históricos, estabelecendo uma ponte entre o passado e o presente.

Franken Osorio (2017) mostra que essas obras, longe de serem uma "pós memória" de menor valor, representam outra forma de recordar e comunicar a experiência:

No fim das contas, nestas obras, não se trata da história dos filhos no sentido tradicional e moderno do conceito, mas da memória dos filhos construída a partir da ficcionalização da experiência infantil. Não é uma memória em segundo grau – pós memória, nos termos propostos por Marianne Hirsch (A geração da pós memória) – ou de menor valor que a dos pais, mas outra memória, diferente e articulada a partir do olhar do filho e sua necessidade atual de comunicar a experiência, visto que, para este, a infância e a ditadura, sentida como afeto, não terminaram ou não foram vividas de uma maneira desejada (Franken Osorio, 2017, p. 189, tradução própria).

A literatura dos filhos, segundo Ferrarese (2021), abrange uma geração de escritores que além de terem sido testemunhas diretas da ditadura, também estiveram envolvidos num conjunto de experiências e de sentimentos vividos indiretamente durante esse regime. Caracteriza-se pela exploração de temas como a identidade, a memória, a violência, a repressão e a resistência.

O olhar dos filhos para seus pais é um elemento distintivo dessa literatura. Nesse processo de escrita, os filhos não apenas contam a história de seus pais, mas a reinterpretam e a articulam a partir de sua própria perspectiva. Esse olhar reflete uma necessidade de compreender e comunicar a experiência, oferecendo uma nova camada de complexidade à relação entre as gerações e as formas de recordar o passado recente.

Nesse contexto, Álvarez (2013) assinala o retorno à autoridade dos pais na narrativa recente dos filhos, invocando sua capacidade de ordenar

a história. Este gesto, lido a partir do afeto ou do receio, revela a dificuldade de escrever a história e a relação entre as gerações.

Em resumo, a narrativa dos filhos funciona como um registro literário da ditadura chilena e se converte em um instrumento crítico e reflexivo para entender as dinâmicas contemporâneas da sociedade chilena. Por meio da construção da memória a partir do olhar do filho, esta literatura oferece uma compreensão da multiplicidade da experiência da ditadura e suas consequências a longo prazo.

2. Fundamentação teórica

2.1. A teoria do dialogismo em Bakhtin

A obra de Mikhail Bakhtin (2016) parte do princípio de que a linguagem humana nunca é neutra nem isolada. Para ele, toda palavra está carregada de sentido social, histórico e valorativo, e sempre se constrói em interação com as palavras dos outros. Não existe discurso solitário; todo enunciado é uma resposta, explícita ou implícita, a discursos anteriores, e ao mesmo tempo antecipa novas respostas.

Com base nessa perspectiva, o dialogismo é a base de toda comunicação humana. Cada enunciado nasce como resposta a outros discursos e participa de uma cadeia contínua de significados. Essa concepção permite compreender a literatura como um espaço de vozes em disputa, sobreposição, ressonância e tensão.

2.2. Alteridade: o "eu" em relação ao outro

Para Bakhtin, o "eu" não se constitui de forma isolada. Toda identidade é relacional: só nos reconhecemos enquanto sujeitos quando entramos em contato com o outro. Essa noção de alteridade refere-se à ideia de que nossa consciência é moldada pelas vozes dos outros, sejam elas vozes familiares, sociais, afetivas ou culturais, que assimilamos, resistimos ou transformamos:

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade ou de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos (Bakhtin, 2016, p. 54).

Nos contos de Paulina Flores, vemos como as protagonistas se constituem enquanto sujeitos a partir do momento em que reconhecem a humanidade e a complexidade de seus pais. A criança que vê a mãe ou o pai como figuras absolutas dá lugar a uma jovem que enxerga o outro como sujeito: com dores, escolhas, contradições e fragilidades. A literatura, nesse sentido, funciona como um espelho da alteridade: é olhando o outro que os personagens e leitores se transformam.

2.3. O enunciado como unidade viva do discurso

Bakhtin (2016) propõe que o enunciado é a unidade real da comunicação verbal: "[...] o discurso só pode existir de fato na forma de enunciados concretos de determinados falantes, sujeitos do discurso" (p. 28). Diferente de uma frase isolada usada para se explicar algum aspecto da gramática normativa, por exemplo, o enunciado está sempre vinculado a um sujeito falante, a um contexto social específico e a um interlocutor implícito ou explícito. Por isso, todo enunciado é responsivo, ou seja, uma resposta a algo que já foi dito, e uma antecipação de novas respostas. Ao considerar os contos e o poema como enunciados, percebemos que eles não falam em voz única ou isolada, mas ecoam discursos sociais sobre maternidade, paternidade, infância, abandono e amadurecimento.

2.4. Responsividade: toda palavra pede uma resposta

Para Bakhtin (2016), a comunicação só se realiza de fato quando há resposta ativa. Todo sujeito que fala ou escreve espera ser compreendido, respondido, completado, questionado. A responsividade é, portanto, um aspecto constitutivo da linguagem e da compreensão. Conforme o autor: "toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê)" (Bakhtin, 2016, p. 25).

Nos contos de Flores, as personagens reagem às ações (ou omissões) de seus pais de diferentes formas. Há ressentimento, dor, empatia, compreensão, mas, sobretudo, resposta. Essas personagens, ao recordarem suas infâncias ou refletirem sobre seus pais, oferecem respostas emocionais, subjetivas e sociais a enunciados que não foram completamente ouvidos no passado. O poema de Dyllan Johnny também pode ser lido como uma resposta poética à ausência de escuta entre mães e filhos.

2.5. Polifonia: presença de múltiplas vozes na narrativa

No estudo da linguagem literária, Bakhtin desenvolve o conceito de polifonia, principalmente em sua análise da obra de Dostoiévski. Para ele, uma obra polifônica é aquela que apresenta diferentes vozes com autonomia, sem que o autor as domine ou subordine ao seu ponto de vista. Conforme o autor, na relação criadora com a língua não existem palavras sem voz, palavras de ninguém. Em cada palavra há vozes às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais (as vozes dos matizes lexicais, dos estilos etc.), quase imperceptíveis, e vozes próximas, que soam concomitantemente (Bakhtin, 2016, p. 101).

Nos contos de Paulina Flores, embora a narração seja conduzida por uma perspectiva focalizada nos filhos, há abertura para que a voz dos pais também ressoe mesmo que de maneira indireta, por meio de gestos, memórias e silêncios. As figuras parentais não são caricaturadas ou completamente silenciadas: na verdade, suas presenças ambíguas e humanas

compõem a densidade narrativa dos textos. Isso configura uma polifonia sutil, em que diferentes visões de mundo convivem: a infância e a maturidade, o passado e o presente, o ressentimento e a empatia.

3. Resultados e discussão: análise dos contos e do poema a partir de uma perspectiva bakhtiniana

3.1. *Qué vergüenza e Olvidar a Freddy*

Os contos *Qué vergüenza* e *Olvidar a Freddy*, de Paulina Flores, destacam-se como exemplos representativos da literatura chilena contemporânea, explorando o olhar dos filhos para seus pais e a complexidade das relações familiares. Além de sua trama, ambas as narrativas podem ser analisadas como enunciados que dialogam com outros discursos sociais, culturais e familiares. Como afirma Bakhtin, "cada enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva" (Bakhtin, 2016, p. 26), o que implica que o discurso literário, assim como qualquer outro, não se produz no vazio, mas responde, se contrapõe e se projeta em relação a outros discursos anteriores e posteriores.

3.1.1. *Qué vergüenza*: a quebra da figura do pai como herói

Qué vergüenza apresenta uma situação aparentemente simples: a caminhada de um pai com suas duas filhas, Pía e Simona, em busca de emprego. O relato em terceira pessoa adota um tom sóbrio e contido, privilegiando a experiência sensorial dos personagens: o calor, o suor, o desconforto físico e emocional.

A transformação de Simona é chave: de um olhar infantil e admirativo para seu pai, ela passa a reconhecer sua fragilidade e, sobretudo, sua incapacidade de resposta afetiva. O seguinte fragmento resume essa mudança:

Sentia sua raiva. Porque já não estava nervoso ou tenso, algo havia se libertado nele. Mas não algo bom. Não para ela. Estava furioso. Ela

quase podia escutar as batidas do coração de seu pai martelando. Instintivamente olhou para o cinto de couro dele. Mas não lhe provocou medo, mas mais tristeza, porque parecia gasto e velho. (Flores, 2016, p. 12, tradução própria[1]

Do ponto de vista bakhtiniano, essa passagem expressa uma profunda alteridade: Simona já não vê seu pai como uma figura absoluta, mas como um outro com sua própria história, limitações e fracassos. Ela adota uma posição responsiva, não somente emocional, mas também discursiva, ao reinterpretar os gestos de seu pai a partir de um novo lugar. Como sustenta Bakhtin, "o discurso só pode existir em forma de enunciados concretos de sujeitos determinados" (2016, p. 28). Logo, a autora constrói o enunciado a partir da subjetividade de uma menina que começa a ver o mundo adulto com olhos desiludidos, o que condiciona a forma e o estilo do texto.

Ao abordarmos o conto *Qué vergüenza* pela ótica dos estudos bakhtinianos, especialmente no que se refere à sua obra *Os gêneros do discurso*, compreendemos que a literatura é constituída por uma rede de enunciados inseridos em um campo dialógico. Para Bakhtin, todo enunciado é um elo em uma cadeia de comunicação discursiva (Bakhtin, 2016, p. 26), isto é, não existe discurso isolado. Isso significa que a fala de cada personagem, bem como a própria estrutura narrativa da obra, está vinculada a enunciados anteriores e se orienta para uma resposta futura, mesmo que silenciosa.

Nesse sentido, *Qué vergüenza* se configura como um espaço em que múltiplos enunciados (sociais, familiares, ideológicos) se entrecruzam na constituição das subjetividades. As falas e os silêncios das personagens, especialmente de Simona e de seu pai, expressam posições sociais, afetivas e éticas distintas, revelando a tensão entre a expectativa infantil de reconhecimento e o silêncio ressentido de uma paternidade falida.

1. Todas as citações subsequentes dos contos e do poema analisados são feitas por meio de traduções próprias.)

A partir desse ponto de vista, o conto *Qué vergüenza*, de Paulina Flores, pode ser lido como um enunciado complexo, que dialoga com outros discursos familiares, sociais, institucionais e midiáticos, configurando uma arena de vozes que se entrelaçam e se confrontam. Essa perspectiva nos permite analisar a narrativa com base em cinco conceitos-chave do pensamento bakhtiniano: dialogismo, polifonia, responsividade, alteridade e enunciado.

3.1.1.1. Dialogismo: confronto de vozes e discursos

Segundo Bakhtin, "cada enunciado é um elo na cadeia complexamente organizada de outros enunciados" (2016, p. 26), e só pode existir "na forma de enunciados concretos de determinados falantes" (2016, p. 28). Em *Qué vergüenza*, as falas, ações e silêncios das personagens funcionam como respostas a discursos anteriores, internalizados ao longo da convivência e da experiência social.

A protagonista, Simona, ainda criança, atua como uma "intérprete" dos discursos que ouve: das brigas dos pais, das expectativas adultas, das regras do mundo. Quando ela diz à irmã: "Sabe no que eu penso para ficar triste? Que a mamãe e o papai vão se separar (Flores, 2016, p. 5)", sua fala revela mais do que uma tentativa de atuar: é uma resposta interpretativa e afetiva a discursos anteriores de conflito familiar, assimilados como verdades.

Para Bakhtin, o enunciado carrega marcas das falas precedentes e se constrói "ao encontro da resposta do outro" (2016, p. 62). Simona fala esperando uma reação do pai, da irmã, da realidade. Mas o que encontra, majoritariamente, é silêncio ou negação. O dialogismo, assim, se realiza não apenas entre os personagens, mas entre os discursos de uma infância que tenta compreender o mundo adulto que a cerca.

"Ela procurava no dicionário todas essas palavras que eles diziam e que para ela eram desconhecidas: fracassados, covarde, egoísta (Flores, 2016, p. 5)": essa atitude revela a assimilação ativa dos discursos alheios.

"Nosso discurso é pleno de palavras dos outros", escreve Bakhtin (2016, p. 54), o que nos permite concluir que Simona não repete passivamente o que ouve, mas transforma esses sentidos ao incorporá-los à sua própria experiência emocional.

O conto, enquanto obra literária, também se posiciona como enunciado, como afirma Bakhtin: "A obra é um elo na cadeia da comunicação discursiva; como a réplica do diálogo, está vinculada a outras obras-enunciados: com aquelas às quais ela responde, e com aquelas que lhe respondem" (2016, p. 34-35). A narrativa de Flores responde à tradição da literatura da transição chilena e, simultaneamente, convida à resposta crítica, afetiva e estética dos leitores.

3.1.1.2. Polifonia e subjetividade

Embora *Qué vergüenza* seja narrado a partir do ponto de vista de Simona, é evidente que as vozes das demais personagens não estão subordinadas à dela: elas têm autonomia, mesmo quando são silenciosas ou opacas. A voz do pai emerge com força. Ele não é apresentado como uma figura linear ou passiva, mas como um sujeito dividido entre o desejo de atender às expectativas sociais e a vergonha de não corresponder a elas. Ele tem uma voz própria, marcada por hesitações, ressentimentos e fracassos; uma voz que não se reduz à função de pai, mas que revela um sujeito em crise diante das exigências da masculinidade e da paternidade.

Essa polifonia é essencial na construção do conflito: Simona deseja ser ouvida, deseja que sua voz provoque uma resposta transformadora no pai. No entanto, o que recebe é silêncio ou violência discursiva. A narrativa, ao possibilitar que cada personagem enuncie a partir de sua própria posição, revela a coexistência conflitiva de subjetividades, característica central da polifonia, a qual se refere à presença de múltiplas vozes autônomas em um texto literário.

"Nunca podia sustentar os olhares dos outros e por isso tinha que se fazer de palhaço (Flores, 2016, p. 9)": esse recurso de encenação (se

fazer de "palhaço") é uma forma discursiva de sobrevivência. O pai atua socialmente dentro de um gênero discursivo próprio: o do fracassado resignado, do homem que perdeu o papel de provedor e não sabe mais como se posicionar. Como afirma Bakhtin, "todo enunciado é a posição ativa do falante em um campo de sentido" (2016, p. 46). Aqui, o pai enuncia sua dor e sua impotência na forma de um silêncio ressentido, de um gesto tenso, ou mesmo de um grito.

A multiplicidade dessas vozes, da filha, do pai, da mãe ausente, das instituições (escola, trabalho), cria uma polifonia que revela os conflitos de classe, gênero e geração em uma família comum do Chile pós-ditadura.

3.1.1.3. Responsividade e alteridade nas relações familiares

A ideia de que todo discurso é construído em direção à resposta é uma das mais importantes para a análise aqui proposta. Bakhtin afirma que "o ouvinte ocupa simultaneamente em relação a ele [o discurso] uma ativa posição responsiva" (2016, p. 24-25). No entanto, em *Qué vergüenza*, a expectativa de resposta se frustra continuamente. Simona age como alguém que espera ativamente ser compreendida, acolhida e validada, mas encontra apenas o desprezo e o silêncio como retorno.

"A olhou diretamente nos olhos, que eram da cor café avermelhado, iguais ao dele, e ela manteve o olhar e por fim pôde ver o desprezo de seu pai." (Flores, 2016, p. 13): neste momento de confronto, a resposta, antes esperada como um gesto de amor, revela-se como rejeição. O que ocorre é a quebra do circuito responsivo. A alteridade do pai, ao invés de oferecer espaço de diálogo, representa um muro intransponível, uma ausência afetiva profunda. O enunciado da filha não encontra eco. Isso está diretamente ligado à afirmação de Bakhtin de que "o enunciado carrega um conteúdo semântico relacionado ao objeto e à ideia que ele expressa" (2016, p. 47). No caso de Simona, o objeto de sua fala é o desejo de reaproximação; o sentido que ela busca construir é o de pertencimento. Já

o pai, tomado pela vergonha e pela impotência, responde com o silêncio e o afastamento físico e simbólico.

3.1.2. *Olvidar a Freddy*: os silêncios maternos e a memória fragmentada

Em *Olvidar a Freddy*, a narrativa em terceira pessoa também se concentra no olhar de uma filha, mas desta vez em relação à sua mãe. O estilo introspectivo e a estrutura fragmentada demonstram a heterogeneidade das lembranças e a dificuldade de nomear afetos enterrados no tempo. Nesse conto, Paulina Flores constrói uma narrativa centrada na experiência subjetiva da protagonista, que revisita fragmentos de sua infância e juventude a partir da lembrança de Freddy, seu primeiro namorado. O conto, entretanto, não se limita à relação amorosa: à medida que a memória se abre, a figura da mãe emerge como ponto de tensão e inquietação. O discurso da protagonista tenta compreender a mulher que esteve à sua frente toda a vida, mas cujas motivações e dores permanecem, em grande parte, inacessíveis. Essa tentativa de compreender a mãe coloca a narrativa sob a luz de uma construção dialógica e responsiva, conforme conceitua Bakhtin.

"Era-lhe quase impossível imaginar a mãe jovem, mas a viu. Sua mãe, que desde menina sempre lhe parecera possuidora de um caráter tão forte" (Flores, 2016, p. 55). Aqui, a filha tenta assumir uma posição discursiva ativa, construindo um enunciado que busca compreender o passado materno. Em termos bakhtinianos, o enunciado se projeta para um destinatário complexo: uma mãe que não responde, que não conta, que cala. Como explica Bakhtin: "a composição e, em particular, o estilo do enunciado dependem de como o falante concebe seu destinatário" (2016, p. 63). Por isso, a estrutura fragmentada, os vazios narrativos e a repetição de "não me lembro" refletem não apenas o esquecimento, mas também uma resposta frustrada, uma expectativa de sentido que não se cumpre plenamente.

3.1.2.1. Dialogismo: a memória como encontro de vozes

A narrativa, neste conto, é construída como uma tentativa de diálogo entre presente e passado, entre lembrança e esquecimento, entre filha e mãe. Bakhtin (2016) afirma que um enunciado está sempre inserido dentro de uma cadeia de outros enunciados, e isso se expressa justamente na forma como a narradora se posiciona frente à figura materna: ela não apenas relata o que viveu, mas busca responder, interpretar e preencher as lacunas deixadas pelo silêncio materno. A memória da filha não é uma reconstrução objetiva, mas uma interpretação responsiva aos discursos não verbalizados da mãe.

A alternância de tempos verbais e a fragmentação da narrativa refletem essa ambivalência: a personagem não tem acesso direto ao discurso da mãe, mas tenta compreendê-la a partir de gestos, silêncios e imagens. Assim, o texto revela sua natureza dialógica: ele "se constrói ao encontro da resposta" (Bakhtin, 2016, p. 62), mesmo que essa resposta nunca venha plenamente como é esperada.

3.1.2.2. Polifonia: vozes que coexistem no silêncio

Embora o foco narrativo permaneça na filha, a figura da mãe é construída com densidade e ambiguidade, compondo uma narrativa polifônica. Para Bakhtin, "o discurso só pode existir na forma de enunciados concretos de determinados falantes" (2016, p. 28), e, ainda que a mãe pouco fale, seu silêncio e suas ações se tornam, também, enunciados. A filha interpreta os gestos maternos como portadores de sentido, preenchendo os vazios com hipóteses, afetos e dúvidas.

A coexistência de vozes (a da filha, a da mãe ausente, a das lembranças de Freddy, e até mesmo a da avó) compõem um tecido narrativo em que nenhuma consciência se sobrepõe à outra. Como em uma verdadeira polifonia, cada sujeito é apresentado com autonomia de valores, ainda que a perspectiva da filha predomine. A narrativa não reduz a mãe

a um símbolo ou arquétipo; ao contrário, ela é construída em sua complexidade contraditória.

3.1.2.3. Responsividade: a filha diante de um enunciado incompleto

A protagonista de *Olvidar a Freddy* age como um sujeito responsivo, no sentido bakhtiniano. Ao revisitar lembranças da infância, do abandono do pai, do sofrimento da mãe, ela tenta elaborar uma resposta possível àquilo que nunca foi plenamente explicado. A protagonista pergunta, imagina e narra, mas não obtém respostas diretas. Sua narrativa é, portanto, um enunciado que tenta dialogar com um outro que não respondeu no tempo devido.

Bakhtin observa que "o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva" (2016, p. 24-25). No conto, a filha assume essa posição ao tentar interpretar o que a mãe viveu. Quando afirma que era "quase impossível imaginar a mãe jovem", ela dá forma ao esforço de se colocar diante da alteridade da figura materna, reconhecendo que existe nela uma experiência que lhe escapa, mas que deseja alcançar.

3.1.3. Uma narrativa da alteridade

Ambos os contos, ao centrarem seus relatos no olhar dos filhos, constroem enunciados que evidenciam o caráter dialógico da experiência familiar. Nem o pai nem a mãe, figuras de autoridade na infância, permanecem inalterados frente ao passar do tempo e à maturidade emocional dos protagonistas. Como afirma Bakhtin, "todo enunciado reflete o processo do discurso, os enunciados dos outros, e sobretudo os elos precedentes da cadeia" (2016, p. 60). As filhas criadas por Paulina Flores falam do presente, mas seus discursos estão cheios das palavras dos pais, dos gestos herdados, dos silêncios aprendidos.

Nesse sentido, esses relatos não são unicamente histórias íntimas, mas também posições discursivas dentro de uma cadeia social e cultural mais ampla, que questiona o autoritarismo, a precariedade e os modelos de família. Por isso, como diria Bakhtin, trata-se de "enunciados plenos de palavras de outros [...] que reelaboramos, reacentuamos e ressignificamos" (2016, p. 54). As filhas desses contos herdam não só afetos, mas também discursos.

3.2. Poema sem título, de Dyllan Johnny: escuta, afeto e alteridade

O poema sem título do escritor e influenciador brasileiro Dyllan Johnny oferece uma voz lírica que complementa, por contraste, e também por aproximação, as narrativas de Paulina Flores. Trata-se de um texto íntimo, reflexivo e afetivo que tematiza a relação entre mãe e filho a partir da percepção da mãe como sujeito, e não apenas como figura funcional. O eu lírico reconhece que frequentemente esquece que sua mãe também foi criança, adolescente, jovem, sonhadora, e que também chorou, dançou, sofreu e amou. Essa reconexão com a história da mãe constitui um enunciado responsivo e ético, nos termos de Bakhtin.

A seguir, o poema (Johnny, 2013):

> *Esqueço de que minha mãe não é sozinha e não tem sido só minha mãe Esqueço de que minha mãe também foi criança Mas eu me lembro de quando ela pula de felicidade por alguma coisa Quando ela anda com pressa pra chegar em um lugar que deixa ela emocionada E quando ela pede um abraço sem dizer uma palavra Às vezes quando damos as mãos não tenho certeza de quem está cuidando de quem E esses são os momentos onde acredito em que somos apenas duas crianças se descobrindo no mundo Esqueci que minha mãe também foi uma adolescente Mas me lembro de quando ela canta músicas antigas enquanto dirige Quando ouço ela rindo com suas amigas Quando ela olha pela janela e me per-*

gunto no que ela está pensando Nas raras vezes em que ela chora e me deixa testemunhar sua chuva Se derramam por suas bochechas também os anos e surge em seus olhos um montaréu de lembranças Eu me esqueço que minha mãe não é apenas e não foi apenas minha mãe Que ela também dançou, curtiu, desfrutou, sonhou Que ela também se despediu de lugares, de pessoas Que ela também se apaixonou Seu coração se partiu e ela o consertou de novo e de novo e de novo Eu me esqueço que minha mãe foi muito mais que minha mãe Mas quando eu lembro, eu abraço a gente Porque talvez seguimos sem entender nada Sem ter noção de nada Mas nós estamos nos acompanhando Estamos sendo um montão de coisas Juntos

3.2.1. Dialogismo e ressonância afetiva

O poema se constrói a partir de um jogo contínuo entre esquecimento e lembrança. Cada verso apresenta uma alternância entre aquilo que o eu lírico "esquece" e o que, em contrapartida, "lembra". Essa estrutura evidencia o caráter dialógico da construção poética: o sujeito se dirige à figura materna com consciência de sua parcialidade e de suas limitações, tentando alcançar algo que lhe escapa: o passado da mãe, suas emoções, seus silêncios.

Para Bakhtin, "todo enunciado se constrói ao encontro da resposta" (2016, p. 62). No poema, o eu lírico não busca uma resposta verbal da mãe, mas um gesto de escuta mútua, de reconhecimento recíproco. O poema é uma resposta a um enunciado que nunca foi plenamente formulado, talvez apenas vivido, e, como tal, assume um lugar na cadeia de comunicação discursiva da vida familiar.

3.2.2. Polifonia e coexistência de consciências

Embora esse texto seja inteiramente articulado em primeira pessoa, há uma dupla presença discursiva: a do eu lírico e a da mãe, que se revela por meio das imagens, dos gestos e dos fragmentos do passado. A mãe não fala diretamente, mas sua presença é construída com densidade: é alguém que caminha, canta, chora, olha pela janela, e, sobretudo, tem um mundo interior que não é acessado por completo. O poema, portanto, constrói uma narrativa polifônica, em que duas consciências coexistem: a do filho e a da mãe, sem que uma se submeta à outra.

Nas palavras de Bakhtin, "o discurso só pode existir na forma de enunciados concretos de determinados falantes" (2016, p. 28). Mesmo sem fala direta, a mãe no poema tem sua individualidade preservada, sugerida pelas ações e pelo olhar atento do filho. O poema não a reduz a um arquétipo: ela é múltipla, complexa, cheia de camadas.

3.2.3. Responsividade e escuta poética

O eu lírico se posiciona com uma escuta sensível e responsiva diante da mãe. Ao reconhecer que ela viveu, sentiu, perdeu e amou, o sujeito poético constrói um enunciado que não pretende explicar, corrigir ou ocupar o lugar do outro. Ao contrário: trata-se de um gesto de afeto que aceita a incompletude da compreensão.

Bakhtin nos lembra que "o ouvinte ocupa uma posição responsiva ativa" (2016, p. 25). O poema é justamente essa escuta transformada em fala, essa compreensão silenciosa que se converte em palavra. Diferentemente das protagonistas dos contos de Flores, que buscam respostas e muitas vezes enfrentam o silêncio ou o desprezo, o poema oferece uma forma de encontro, mesmo que imperfeito. Há aceitação, há ternura e, sobretudo, há um "acompanhar-se", como diz o próprio poema.

3.2.4. Alteridade e reconciliação

Talvez o aspecto mais poderoso do poema de Johnny seja a sua capacidade de reconhecer a mãe como outra, como alguém que existia antes da maternidade, que sentiu o mundo de formas próprias e que, apesar do vínculo, permanece parcialmente inacessível. Essa percepção é, para Bakhtin, central, já que a alteridade é a condição para a construção de enunciados.

A última estrofe do poema, "estamos sendo um montão de coisas / juntos", não tenta resolver a distância entre mãe e filho. Ao contrário, assume que o entendimento total talvez nunca aconteça. Mas o afeto, o gesto, o abraço, são formas válidas de encontro. O enunciado poético aqui não é uma demanda, mas uma doação: um dizer que compreende a imperfeição e ainda assim permanece com o outro.

3.3. Intertextualidade e memória: três enunciados em diálogo

A análise conjunta dos contos *Qué vergüenza* e *Olvidar a Freddy*, de Paulina Flores, e do poema sem título de Dyllan Johnny, revela um diálogo literário que ultrapassa fronteiras geográficas, linguísticas e de gênero discursivo. Cada um desses textos pode ser entendido como um enunciado que se posiciona dentro de uma longa cadeia de comunicação sobre o vínculo entre pais e filhos, sobre a memória e sobre os processos de crescimento emocional.

Comprova-se, então, o que Bakhtin (2016) fala sobre um enunciado estar dentro de uma cadeia discursiva, ou seja, sobre o fato de que todo texto se vincula a outros, anteriores e posteriores, tanto pela linguagem quanto pelos temas e valores. Ao aproximar essas três obras, evidencia-se um campo de ressonância dialógica, em que os sujeitos do discurso buscam compreender os pais não apenas enquanto figuras de autoridade, mas enquanto seres humanos complexos, com passado, desejos e falhas.

Diferentemente dos contos, em que os pais não respondem ou não se mostram plenamente, o poema oferece um modelo de reconciliação

simbólica, de presença e escuta, mesmo dentro da imperfeição. Aqui, há um endereçamento claro, amoroso e aberto, e o enunciado é construído para acolher, mesmo sem entender completamente.

Ao dialogarem entre si, *Qué vergüenza*, *Olvidar a Freddy* e o poema sem título de Dyllan demonstram que a experiência de ser filho está muito marcada por um processo dialógico contínuo: aprendemos e tentamos falar com os nossos pais, compreender quem são, responder aos seus silêncios, buscar sentido em seus gestos e muitas vezes nem percebemos que reacentuamos seus discursos. Nas palavras de Bakhtin, "a composição estilística do enunciado é determinada pela intenção comunicativa do falante" (2016, p. 47), e os filhos, nesses textos, falam para tentar existir, para construir identidade e para elaborar a dor da incompreensão. Se não encontramos resposta no outro, buscamos essa resposta em outros lugares, inclusive, na literatura.

4. Considerações finais

A literatura chilena contemporânea, em sua exploração do olhar dos filhos para seus pais, encontra em Paulina Flores uma voz bastante dialógica, capaz de revelar a pluralidade dos vínculos familiares a partir de uma perspectiva sensível e crítica. Através de seus contos *Qué vergüenza* e *Olvidar a Freddy*, a autora constrói enunciados que não apenas representam experiências individuais, mas que também respondem a discursos sociais, históricos e afetivos que conformam o imaginário familiar no Chile pós-ditadura.

Em uma perspectiva bakhtiniana, as narrativas de Flores não podem ser compreendidas como discursos isolados, mas como parte de uma cadeia comunicativa na qual cada voz, a da filha, a do pai, a da mãe, entra em relação com outras, numa lógica de constante resposta e reacentuação. As protagonistas de ambos os contos se configuram como sujeitos responsivos: não repetem nem imitam os discursos herdados,

mas os interpelam, os ressignificam e, ao fazê-lo, constroem sua própria identidade discursiva.

Nesse sentido, o olhar dos filhos para seus pais converte-se em um espaço de alteridade radical. Já não se trata de figuras idealizadas, mas de outros concretos, marcados por sua história, seus fracassos e seus silêncios. A filha que observa com tristeza a decadência de seu pai em *Qué vergüenza* e aquela que reconstrói, entre fragmentos, o passado mudo de sua mãe em *Olvidar a Freddy*, são vozes que buscam compreender o outro.

A inclusão do poema de Dyllan Johnny na análise proposta neste trabalho amplia ainda mais o horizonte dialógico da proposta, conectando as obras de Flores com uma reflexão intertextual sobre a figura materna, a perda da inocência e a dor herdada. Nessa rede de vozes que se cruzam e se respondem, a literatura manifesta-se como um espaço privilegiado de polifonia e de compreensão humana.

Em última análise, a obra de Paulina Flores contribui de maneira significativa para o campo literário ao dar forma a um discurso humano e dialógico sobre a experiência de ser filhos. Seus contos são enunciados abertos que convidam à interlocução e à reflexão sobre a identidade, a memória e o vínculo com os outros.

Referências

ÁLVAREZ, I. **Vuelven los padres**: niños, historia y autoridad en la narrativa chilena reciente. Jornadas: En el país de nunca jamás. Narrativas de infancia en el Cono Sur. Pontificia Universidad Católica de Chile, Instituto de Estética. 2013.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo de Bezerra; notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

FERRARESE, L. **La literatura de los hijos en Chile entre memoria y testimonio**. Università Ca' Foscari Venezia. 2021. Disponível em http://hdl.handle.net/10579/19224. Acesso em: 10 jul. 2025.

FLORES, P. **Qué vergüenza**. Seix Barral. 2016.

FRANKEN OSORIO, M. A. **Memorias e imaginarios de formación de los hijos en la narrativa chilena reciente**. Revista Chilena De Literatura, 96(2), 187–208. 2017. Disponível em https://revistaliteratura.uchile.cl/index.php/RCL/article/view/47627. Acesso em: 10 jul. 2025.

JHONNY, D. **Sem título.** Disponível em https://www.instagram.com/reel/Cz4Izich-uf/?igshid=ZWI2YzEzYmMxYg==. 2023. Acesso em: 10 jul. 2025.

MALDONADO, L. G. **Paulina Flores: la revolución chilena es feminista y de clase obrera**. El español. 2016. Disponível em https://www.elespanol.com/cultura/libros/20160915/155735342_0.html. Acesso em: 10 jul. 2025.

REDUÇÃO DO DITONGO NASAL ÁTONO /ẽj/ EM VERBOS E NOMES NA FALA ESPONTÂNEA

Kiminay de Oliveira
Rictor de Oliveira Dantas
Heloisa Kosinski

1 Introdução

A análise de um banco de dados linguísticos da fala, sobretudo aquela fundamentada na perspectiva da Sociolinguística Variacionista, constituiuem recursos centrais para a análise e descrição do português brasileiro (daqui em diante, PB). Essa abordagem busca compreender como os diferentes fatores sociais, como idade, gênero, classe social e grau de escolaridade influenciam o uso da língua, evidenciando padrões de variação e mudança linguística dentro de uma comunidade de fala.

Como destaca Bagno (2017), os estudos de variação linguística vêm se ampliando e ganhando espaço nas pesquisas e nas discussões sobre ensino, contribuindo para superar concepções rígidas e normativas da língua. Essa expansão dialoga diretamente com os pressupostos da Sociolinguística Variacionista, especialmente com as contribuições de Labov (2008 [1972]), que demonstrou, ao longo de seus estudos, que a variação é estruturada e socialmente condicionada. Assim, reconhecer a legitimidade das variedades faladas por diferentes grupos torna-se essencial para combater o preconceito linguístico e promover uma educação linguística mais crítica e inclusiva.

Para este estudo,[1] utilizaremos os conceitos de variação e mudanças linguísticas propostos por Trask (1999) e Mollica (2009), em especial a teoria variacionista, que envolve a percepção de regras variáveis do sistema, que manipulam o modo como as pessoas interagem, discutidas por

1. Artigo resultante de trabalho final apresentado à disciplina Tópicos Especiais em Estudos Linguísticos I (PPGEL/UEPG), ministrada pela Prof.a Dr.a Márcia Cristina do Carmo no primeiro semestre de 2025.

Labov (2008 [1972]). Essa abordagem é particularmente relevante para o nosso estudo, pois permite identificar padrões de uso fonético em diferentes contextos sociais e culturais, oferecendo evidências empíricas sobre a estabilidade ou mudança da realização de /ẽj/ final.

Neste artigo, propomo-nos a investigar o fenômeno fonético da redução de ditongo nasal nas terminações /ẽj/, observando suas variações na fala de jovens entre 16 e 25 anos subdivididos entre masculino e feminino, conforme a própria ficha social do banco de dados. Nosso estudo discute a redução em duas classes de palavras diferentes: verbos e nomes. Assim, o objetivo é não apenas descrever a ocorrência do fenômeno, mas também analisar sua distribuição entre os falantes e verificar possíveis correlações com fatores sociais como sexo e faixa etária.

A análise será baseada em um banco de dados Iboruna (Gonçalves, 2019) composto por gravações de falantes do noroeste paulista, que apresentam perfis sociais diversos, abrangendo diferentes níveis de escolaridade (do ensino fundamental ao superior completo) e faixas de renda que variam de dois até vinte e cinco salários mínimos. A partir desse material empírico, espera-se compreender como esse processo de redução de ditongo pode refletir dinâmicas de variação e mudança linguística em curso na variedade do noroeste paulista articulando aspectos fonético-fonológicos e sociais. Assim, esta investigação busca contribuir para o mapeamento de um fenômeno na fala cotidiana e no banco de dados, ampliando o entendimento da relação entre língua e sociedade.

2 Referencial teórico

O referencial teórico, que fundamenta esta pesquisa, está organizada em três partes principais. Inicialmente, discute-se a noção de heterogeneidade linguística e os pressupostos da Sociolinguística Variacionista, que orientam a análise dos dados. Em seguida, dedica-se uma subseção à descrição detalhada sobre o fenômeno estudado e por fim a apresentação breve de estudos já realizados sobre essas manifestações linguísticas, aqui proposto em outras variedades do PB.

2.1 Heterogeneidade, variação e mudança linguística

A heterogeneidade é uma das marcas fundamentais da linguagem e constitui o ponto de partida da Sociolinguística Variacionista. Como afirma Labov (2008 [1972]), a variação linguística não é um ruído ou um desvio do sistema, mas uma propriedade essencial das línguas naturais. Em uma mesma comunidade, ou até mesmo em um único falante, é possível encontrar diferentes formas de expressar uma mesma ideia, dependendo do contexto, da intenção comunicativa ou do perfil social do interlocutor. A diversidade linguística, portanto, é o dado empírico a ser investigado, e não o problema a ser corrigido, como apontam Bagno (2007) e Bortoni-Ricardo (2004).

A partir da heterogeneidade linguística, devemos nos atentar que, na variação linguística (fenômeno pelo qual passam todas as línguas naturais), temos dois fatores que influenciam uma variedade linguística os linguísticos e os sociais (Weinreich; Labov;Herzog, 2006, [1968]). Com a análise desses dois fatores, podemos chegar até a ordem dessa variação, pois, segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), esse fenômeno, como bem nos assegura Tarallo (1986), não se dá ao acaso, nem tampouco é caótico, ou seja toda variação que ocorrer na língua se dará seguindo certas regras, ela não será caótica.

Além disso, fatores sociais como sexo, faixa etária, escolaridade e classe social interferem diretamente na escolha das variantes, definindo perfis de uso associados a determinados grupos. Estudos como os de Mollica (2009) e Tarallo (1986) reforçam essa visão mencionada anteriormente, mostrando que a variação linguística reflete estruturas sociais mais amplas, sendo influenciada por redes de interação, contextos de formalidade e relações de poder. Assim, o estudo da linguagem só pode ser completo quando considera os condicionamentos extralinguísticos que moldam a fala real dos sujeitos em suas comunidades.

Para Labov (2010, p. 166), variação "é o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto linguístico com o mesmo referencial". Para que isso ocorra, Labov (2010, p. 112-115), complementa que

a variação "dispõe de dois mecanismos: (i) as formas envolvidas precisam ser intercambiáveis; e (ii) precisam manter o mesmo significado. Ou seja, se uma pessoa fala tu e outra você, estas maneiras são intercambiáveis e ambas se relacionam com a segunda pessoa do discurso, mantendo o mesmo significado.

Nesse contexto, segundo Labov (2008 [1972]), uma mesma língua nunca é usada de forma homogênea pelos seus falantes. As crianças não falam como os mais velhos; as mulheres não falam como os homens, nem mesmo a fala de uma mesma pessoa é homogênea. Diante disso, destaca-se a importância de reconhecer as variedades e os fenômenos de mudanças linguísticas no Brasil, uma vez que as línguas são heterogêneas e apresentam dinamismo.

Segundo Mollica (2010, p. 9), as línguas têm formas diferentes, mas que "em princípio equivalem semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e morfossintaxe, do subsistema fonético-fonológico e no domínio pragmático- discursivo". Sobre estes aspectos, é fundamental compreender que as variações linguísticas não representam erros ou desvios, mas sim diferentes maneiras de estruturar e expressar sentidos dentro de um mesmo sistema. Assim, reconhecer essa diversidade é essencial para combater o preconceito linguístico e valorizar os múltiplos modos de falar existentes em uma comunidade linguística.

Quando se fala em variação linguística, segundo Bagno (2007), os exemplos que costumam vir primeiro à mente dizem respeito ao nível lexical, quase sempre relacionados às variações regionais, como mandioca ~ aipim ~ macaxeira. Vários estudos do português brasileiro (PB) trazem evidências de variação fonética, como por exemplo luz/luiz (ditongação); problema/probrema (rotacismo); milho/mio (despalatização), entre outros. Há também estudos sociolinguísticos sobre a variação da concordância nominal, encontrando estruturas como: as meninas bonitas / as menina bonita. Fica evidente, portanto, que muitas dessas variações do PB sofrem influências externas, as quais também são estudadas dentro da teoria da variação e mudança linguística.

A existência dessas variações de estruturas heterogêneas nas comunidades de fala é um fato consumado. Para Coelho (2015, p. 13), "[...] a língua é um sistema organizado, tão organizado que seus falantes se comunicam perfeitamente entre si [...]" e " a língua varia, e essa variação decorre de fatores que estão presentes na sociedade [...]". Nesse sentido, para compreender melhor a importância de estudar as variedades e as mudanças linguísticas do PB, é preciso refletir sobre o uso da língua, o qual é objeto de estudo genuíno, vivo, dinâmico e ordenado. Isto é, a língua não é uma estrutura pronta e acabada como prescrevem as gramáticas normativas.

Para Labov (2008), a variação linguística não é um fenômeno aleatório, mas segue padrões sistemáticos que refletem as estruturas sociais e culturais dos grupos de falantes. Dessa forma, os diferentes tipos de variação linguística como a variação diatópica (regional), diastrática (social), diafásica (contextual) e diacrônica (histórica) não são desvios da norma, mas sim manifestações legítimas de como a língua é moldada e usada pelas pessoas em suas realidades concretas. Cada tipo de variação reflete, por sua vez, relações sociais e dinâmicas de poder, o que reforça a ideia de que a língua é, ao mesmo tempo, um sistema e uma prática social viva.

Atualmente, a investigação da variação e da mudança linguística no PB tem se fortalecido por meio de estudos empíricos baseados em entrevistas orais representativas de diferentes comunidades. Projetos como o Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), o VARSUL (Variação Linguística Urbana da Região Sul) e bancos de dados regionais Iboruna, como o utilizado neste estudo, composto por entrevistas fonéticas realizadas em São José do Rio Preto, têm contribuído para compreender os fatores linguísticos e extralinguísticos que motivam a variação. Essas práticas se alinham à sociolinguística quantitativa, que analisa fenômenos linguísticos em tempo aparente ou real, buscando padrões de mudança relacionados a variáveis como idade, sexo, escolaridade e estilo de fala.

Contudo, apesar de inúmeras vantagens em realizar pesquisas sobre os fenômenos de variação, algumas das dificuldades que os sociolinguis-

tas encontram nessa área seriam na descontinuidade da participação dos informantes. Em estudos em tempo real há desafios como eventos imprevisíveis da trajetória pessoal dos informantes, tais como mudança de local, falecimento, influência na comunidade de fala, dificuldade como a necessidade em reencontrar os mesmos informantes, entre outros. Já estudos em tempo aparente, como este, as dificuldades são irrelevantes, pois a maioria dos bancos de dados sociolinguísticos como IBORUNA, ALIP, NURC ou VARSUL, não tem como objetivo acompanhar longitudinamente os mesmos falantes. Ademais, vale ressaltar um crescente avanço nos métodos empíricos e na evolução das metodologias aplicadas, conforme encontrados nas gravações de tempo aparente, as quais permitem observar o dinamismo da língua e demonstrar sua heterogeneidade.

Com base no exposto acima sobre os bancos de dados, sobretudo o do interior paulista, sabe-se que já foram realizadas outras pesquisas sobre a variação e mudança linguística do PB, desenvolvidos principalmente a partir das pesquisas pioneiras de Labov (2008 [1966]), aprofundados no Brasil por autores como Tarallo (2003), Mollica (2010) e Bortoni-Ricardo (2005), as, quais buscavam compreender os processos dinâmicos que moldam a língua falada. No entanto, pesquisas utilizando esse mesmo fenômeno, que nos propusemos avaliar neste trabalho, em tempo aparente, também foram encontradas. Uma delas foi para verificar a alternância morfofonológica em P4 de verbos regulares de primeira conjugação do modo indicativo em 2024 e a outra sendo um estudo sobre o apagamento variável de /R/ em coda silábica em contexto de meio e de fim de vocábulo realizada em 2019 as quais serão descritas, a seguir, no item 2.3.

2.2 Descrição do fenômeno escolhido

Neste estudo, como já mencionado, investigamos o fenômeno da redução do ditongo nasal átono /ẽj/, que é representado ortograficamente[2] pela sequência –em em final de palavra - nomes, como as analisadas em nossa escuta: jovem, viagem, homem, mensagem, etc. Em determinada variedade do PB, esse ditongo, som, apaga-se na fala, perdendo o elemento semivocálico, tornando-se monovocálica, como jove, viage, home. Representado como enfraquecimento articulatório (SILVA, 2011), típico de posições átonas e de fala espontânea, assim como observadas nas entrevistas analisadas no Banco de Dados Iboruna (GONÇALVES, 2019).

Em contextos de rápida interação e fala espontânea, como observada na investigação deste estudo, o ditongo nasal átono /ẽj/ possui baixa proeminência acentual, conforme descrito por Labov (2008):

> A explicação da mudança linguística parece envolver três problemas distintos: a origem das variações linguísticas; a difusão e propagação das mudanças linguísticas; e a regularidade da mudança linguística. O modelo que subjaz a essa tripartição requer como ponto de partida a variação em uma ou mais palavras na fala de um ou mais indivíduos (LABOV, 2008, p.19).

A simplificação do ditongo pode ser interpretada como parte de um conjunto de processos de desnuclearização, centralização e apagamento que afetam segmentos fracos do ponto de vista prosódico, sendo um resultado observado na nossa análise e apontado nos resultados da pesquisa a presença do fenômeno de redução.

Estudos sociolinguísticos mostram que formas reduzidas costumam carregar marca social, funcionando como índices de identidade de determinados grupos, pois "a língua é uma parte essencial da identi-

2. Como tal sistema pretende representar "corretamente" a grafia das palavras, daí o termo ortografia, composta de dois elementos gregos, orthós 'correta (mente)' e graphein 'escrever' (BECHARA, 2010, p.592).

dade sociocultural, e se isso significa aprender complexas classificações de gênero ou alternâncias morfofonêmicas, então elas serão aprendidas!" (BYBEE, 2020, p.437). A variante reduzida do ditongo nasal, por estar associada a estilos menos monitorados, tende a ser percebida como menos prestigiada, ainda que utilizada na fala.

A redução de /ẽj/ tem forte investigação em formas verbais, sobretudo em alternâncias morfofonológicas nas flexões do plural, mas com menos frequência em nomes, por isso optou-se neste trabalho realizar a análise da redução em nomes.

Para essa análise, optamos por seguir a proposta de Tarallo (1997) em A pesquisa sociolinguística, trabalhando dentro dos 5 apontamentos (TARALLO, 1997, p.10): levantamento de dados de língua falada (utilizados do Banco de dados de Ibiruna); descrição detalhada da variável – redução do /ẽj/; análise dos possíveis fatores condicionadores; encaixamento da variável no sistema linguístico e social da comunidade; e projeção histórica da variável.

Assim, compreender a redução do ditongo nasal átono no PB implica reconhecer tanto sua dimensão fonético-fonológica quanto seu papel social na constituição das variedades faladas contemporâneas. Embora haja poucos estudos dedicados exclusivamente ao apagamento do ditongo nasal átono /ẽj/ em nomes, pesquisas correlatadas oferecem importante fundamentação teórica. Aqui trazemos a origem, segundo os estudiosos, do fenômeno pesquisado nesse estudo. Além disso, apresentamos pesquisas que colaboram para uma construção teórica e comparativa, para entender o processo, tanto em sua estrutura fonética quanto em seus condicionamentos sociolinguísticos.

O fenômeno de redução dos ditongos nasais átonos como em palavras como "falaram" e "órgão", segundo Battisti (2002, p. 183), "só acontece em casos em que a atonicidade da sílaba, em que o ditongo se encontra constitui, então, para o fenômeno da variável", e podem aparecer sem qualquer nasalidade. Encontrado, por exemplo, nas palavras "fararú", "orgú" ou mantendo a nasalidade, mas tendo a vogal núcleo alterada,

como em "falarum", "orgum". Sabe-se que os ditongos e vogais nasais não haviam no Latim. Como bem nos assegura Battisti (2002), a introdução dos ditongos -ão no português proveu de duas origens, através dos suevos, senhores que habitavam as mediações entre Lisboa e o Minho, entre os anos 405 a 585, e através dos povos celtas por influências das consoantes nasais.

A partir disso, houve vários desenvolvimentos diferentes dependendo da combinação vocálica. Como por exemplo, se a nasal estivesse entre a penúltima tônica e a final átona nos pares [a-o, o-e e a-e], a ressonância permanecia e elas se tornariam futuramente, através dessas combinações, ditongos nasais, como nas palavras mães e irmãos. E, se a consoante estivesse entre a penúltima e última postônica, dela nem a ressonância restaria, como, por exemplo, na palavra homem (Battisti, 2002).

Ademais, vale ressaltar que esse desenvolvimento combinatório vocálico, começou aparecer em pesquisas brasileiras com falantes cariocas na década de 70, as quais podemos dizer que para acontecer esse fenômeno nas sílabas finais, ser átona é uma espécie de condição para que haja a redução.

De acordo com Votre, (apud Battisti 2002, p. 186), em sua pesquisa, realizada em 1978 afirmou que:

> [...] a idade do informante é relevante para o fenômeno de preservação da nasal final do carioca: jovens eliminam mais a nasal que os velhos. Quanto ao grau de escolaridade, o autor pôde verificar que os estudantes universitários preservam mais a nasal que os alfabetizados.

Os resultados obtidos por Votre (1978) permitiram-lhe concluir que o apagamento da nasal final é um fenômeno moderado de variação em mudança.

Já em meados de 1981, foi realizado um outro estudo por Guy, o qual também pode confirmar o caráter tônico da sílaba final, no entanto encontrou resultados que apontavam a desnasalização (bom~bo; fim~fi)

como inibidor. Guy analisou falas do mesmo banco de dados que Votre, o VARSUL, contudo, em seu estudo, afirmou que as sílabas acentuadas não sofrem desnasalização. Em termos comparativos de ambas as pesquisas, apresentam uma oposição não acentuadas entre informantes velhos e informantes novos.

Conforme citado acima, pode-se dizer que, os ditongos nasais átonos ocupam a última sílaba da palavra, tendo como vogais /a/, /e/ ou /o/ e podem aparecer tanto em verbo como em substantivos, advérbios, adjetivos ou em nomes. Neste contexto, fica claro que dizer que essas alterações podem ser feitas em palavras independentemente de suas classes gramaticais, as quais pertencem.

Vê-se, pois, que essa realidade, habitualmente, ocorrida sobre a redução dos ditongos nasais átonos já era registrada nos primeiros documentos escritos em língua portuguesa e descrita posteriormente sobre a evolução da língua nos estudos de Votre

(1978) e Guy (1981), claro que com investigação com variáveis dependentes opostas, mostrou que independentemente da idade, a redução dos ditongos nasais átonos ocorre.

É importante deixar claro que o fenômeno analisado neste estudo se refere à redução do ditongo nasal átono /ẽj/, processo fonético que ocorre em contextos internos da palavra, especialmente em formas verbais como fazem~fazẽ e em nomes como homem~homẽ. É importante distinguir esse fenômeno de outros processos fonológicos que envolvem ditongos nasais, como a ditongação nasal, uma vez que se trata de mecanismos distintos: enquanto a ditongação corresponde ao surgimento ou manutenção de um ditongo, a redução envolve o apagamento parcial ou total de um dos elementos que compõem o ditongo (/ẽj/ → [ẽ]). Assim, a redução é caracterizada pela simplificação do núcleo silábico, sobretudo em posição átona, favorecida por condições articulatórias e prosódicas específicas.

O estudo de Soares (2015), investigou a redução do ditongo nasal em final de palavras no PB e seu filtro foi em uma variedade mineira. Assim, como os resultados

obtidos nessa atual pesquisa, a autora demonstra que o apagamento ocorre predominantemente em sílabas átonas e em fala espontânea, destacando que "a redução do ditongo final é favorecida pela atonicidade e pelo menor monitoramento da fala" (SOARES, 2015, p. 32), entendendo que "a variação linguística é inseparável dos papéis sociais desempenhados pelos falantes (TARALLO, 1997, p. 23). Sendo assim, em ambos os estudos, essa distribuição sociolinguística foi observada.

Outro estudo observado e comparado é De Bona e Schwindt (2017), que a proximidade com nosso trabalho é focar a desnasalização do ditongo final átono especificamente em não verbos – a estrutura que este presente trabalho busca apresentar. Os autores apontam que "os itens de maior frequência apresentam maior propensão à desnasalização, devido à automatização articulatória" (DE BONA; SCHIWINDT, 2017, p.39), o que ocorre nas entrevistas também aqui analisadas. Bybee (2020), então destaca que a repetição fortalece padrões de redução fonética trazendo mudanças linguísticas, como apresentado nos três trabalhos aqui discutidos.

> Os resultados obtidos vão ao encontro do que afirma a literatura sobre frequência: itens lexicais mais frequentes estão mais sujeitos a processos de apagamento/enfraquecimento (DE BONA; SCHIWINDT, 2017, p.39).

Aproximando os dados analisados com a variedade paulista apontada aqui, onde nomes de alto uso na fala espontânea – jovem, viagem, mensagem – apresentaram redução recorrente.

Essas similaridades reforçam a relevância do nosso estudo enquanto análise do ditongo nasal átono /ẽj/ em nomes, ampliando os estudos teóricos e de literatura sobre comportamento fonético e sociolinguístico da variante no banco analisado – IBORUNA.

2.3 Apresentação de pesquisas já realizadas

Como já mencionado no item 2.1, encontramos algumas pesquisa sobre a variação e mudança linguística do PB, desenvolvidos principalmente a partir das pesquisas pioneiras de Labov (2008 [1966]), aprofundados no Brasil por autores como Tarallo (2003), Mollica (2010) e Bortoni-Ricardo (2005), intituladas (1) Alternância Morfofonológica em P4 de verbos regulares de primeira conjugação no noroeste paulista (2024) e (2) Pordução e percepção do apagamento variável de /r/ em coda silábica no portuguêˆs de Porto Alegre-RS (2021).

A pesquisa (1) refere-se a um estudo linguístico, materializado em um artigo de (2024) de Brenda Soares Rezende, Márcia Cristina do Carmo e Álvaro Kasuaki Fujihara, que analisa como o "nós" (P4 - 1ª pessoa do plural) de verbos como "estudar" apresenta variação entre formas como estudamos (com vogal nasalizada) e estudemos (com vogal oralizada ou diferente) no falar do Noroeste Paulista, explicando esse fenômeno (como em estud[ɜ̃]mos ~ estud[ẽ]mos) pela Teoria da Variação e Mudança Linguística, estudando a monotongação [ej] e a nasalização vocálica [e]/[ẽ]. Já a pesquisa (2), escrita por Lívia Majolo Rockenbach e Elisa Battisti (2021), analisa a variação do /R/ no fim de sílaba em Porto Alegre, revelando que, embora fatores linguísticos (como contexto fonológico, classe gramatical) condicionem seu apagamento (frequentemente em 45,72% dos casos), fatores sociais (renda, escolaridade) também influenciam, mostrando uma estabilidade na comunidade e indexando significados sociais de informalidade/cultura.

Ao analisar as novas tendências e direções futuras da variação linguística do PB, podemos perceber que ambas as pesquisas caracterizam o processo variável como tendo mais traços rurais do que urbanos, sendo característico de regiões mais interioranas.

Em resumo, os estudos de variação e mudança linguística do PB buscam compreender os processos dinâmicos que moldam a língua falada nas comunidades de fala, revelando como fatores sociais, históricos e estruturais contribuem para transformações contínuas nos usos linguís-

ticos. É possível perceber que o modo como são feitas as pesquisas para identificar uma mudança ou variação linguística está evoluindo rapidamente e se adaptando às necessidades dos falantes da língua,

incorporando metodologias mais interdisciplinares, tecnologias avançadas de análise fonética e ferramentas estatísticas que permitem observar fenômenos linguísticos com maior precisão e em contextos mais variados, refletindo a complexidade social e comunicativa das comunidades analisadas.

Ademais, considerando as pesquisas existentes sobre a redução do ditongo nasal átono no PB, dá-se nessa pesquisa uma ampliação teórica no tratamento do fenômeno. Trabalhos como de Soares (2015) e De Bona Schwindt (2017), abrem caminhos para compreendermos o processo não apenas da mudança fonética, mas uma mudança linguística em curso, no sentido laboviano do termo,

> [...] mesmo dentro dos limites da entrevista, devemos ir além da situação da entrevista, se pudermos. Precisamos, de algum modo, capturar a fala cotidiana que o informante usará tão logo a porta se feche atrás de nós: o estilo que ele usará tão logo a porta se feche atrás de nós: o estilo que ele usa para discutir com a mulher, repreender os filhos ou conversar com os amigos (LABOV, 2008, p.110).

Dessa forma, essa análise revela-se não apenas como uma questão fonética, mas como uma apresentação da dinâmica social da linguagem. Assim como propõe Labov (2008), compreender o fenômeno implica observar a língua em seu uso efetivo, naquilo que não há a fala monitorada formal. Nessa perspectiva, Labov (2008), aponta que a mudança linguística se origina, se consolida e se expande sistematicamente na comunidade de fala.

Entendendo dessa forma, os resultados desse estudo apontam que a redução do ditongo nasal átono /ẽj/ podem estar relacionado à um processo de avanço gradual, tanto fonético quanto social.

Na análise de Soares (2015), o apagamento do glide nas formas homem, jovem e viagem revela-se mais frequente entre jovens e homens, o que corresponde ao que Labov (2008) descreve como o padrão de avanço de variantes, que são geralmente liderados por grupos menos conservadores linguisticamente, em nossa pesquisa essa redução também tem maior ocorrência no gênero masculino, acarretando em 18 para masculino e 8 para feminino, em nomes, assim, como de De Bona e Shewindt (2017). Ambas as abordagens convergem para a ideia de que o fenômeno se insere em uma trajetória de simplificação fonética sistemática.

Como bem nos assegura Labov (2008, p.14), a linguagem, portanto, "é uma mudança em andamento." Assim, a análise de redução fonética que é observada nesse trabalho não ocorre ao acaso: observando o público das entrevistas elas seguem padrões de enfraquecimento, sendo reforçadas pela repetição e pelo uso social da comunidade. Assim, a fala espontânea, apresentada pelos entrevistados, mostra que eles não erram, mas, como apresenta Labov (2008) reorganizam continuamente os sistemas fonológicos, de acordo com as pressões comunicativas e identitárias das comunidade.

Por tanto, o presente estudo, ao analisar os dados do Banco de Dados Iboruna e estabelecendo relações com demais pesquisas sociolinguísticas mostra que o processo de redução se encontra difundido em diferentes regiões, com graus variados de avanço, mas obedecendo os mesmos princípios estruturais e sociais.

Nesse sentido, a redução do ditongo nasal átono /ẽj/ pode ser interpretada como um fenômeno de transição, retomando o caráter social da língua proposto por Labov (2008) e reafirmado por Tarallo (1997):

> Dois pontos principais devem ter se firmado em você até agora: 1. A língua falada é heterogênea e variável; 2. A variabilidade da fala é passível de sistematização. A língua falada é, portanto, um sistema variável de regras. Obviamente, a esse sistema de variação devem corresponder tentativas de regularização, de normalização (TARALLO, 1997, p.57).

A convergência entre diferentes estudos mineiro, sulista e paulista reforça a hipótese de que estamos diante de uma mudança linguística em curso no PB, marcada por motivações articulatórias previsíveis, mas conduzidas nas comunidades de fala.

3 Metodologia

A pesquisa científica caracteriza-se como uma atividade sistemática voltada à construção e à ampliação do conhecimento. Nesse sentido, Gil (2010, p. 17), define pesquisa como o "procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos". Nesse sentido, a pesquisa é uma atividade sistemática voltada à construção e à ampliação do conhecimento. Ela parte de uma pergunta ou de um problema a ser investigado e se desenvolve por meio de métodos que buscam interpretar, analisar ou experimentar fenômenos. Ao investigar a realidade com intencionalidade, a pesquisa permite compreender processos, identificar padrões e formular explicações fundamentadas, contribuindo assim para o avanço das diferentes áreas do saber.

A pesquisa qualitativa, segundo Martins (2011, p. 16), envolve múltiplas formas de pensamento e enfoque, tendo como característica principal a interpretação dos significados e das experiências humanas no contexto em que ocorrem. Com base nessa perspectiva, este estudo adota uma abordagem qualitativa básica, pois busca compreender, a partir da análise de um banco de dados de fala espontânea, como o fenômeno da redução do ditongo nasal se manifesta na oralidade de jovens, considerando aspectos sociais, de gênero entre outros que atravessam essa variação.

Com base em Romano (2005), o Comitê de Ética concedeu autorização para a constituição do banco de dados IBORUNA e ele foi subsidiado pela FAPESP (Processo 03/08058-6). Além disso, os sujeitos foram informados sobre os objetivos de cada etapa da pesquisa e assina-

ram um termo de consentimento livre e esclarecido, assegurando-lhes, através desse documento, sigilo profissional.

Para investigar o fenômeno da variedade linguística especificamente a redução do ditongo nasal átona /ẽj/ na oralidade em formas verbais e de nomes e seu apagamento, será adotada a seguinte metodologia: quantitativa, descritiva e de base sociolinguística variacionista.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo variável de redução de ditongo nasal átono /ẽj/ na variedade do noroeste paulista nas terminações verbais e nomes, observando a variação entre formas como viagem ~ viage investigando as relações entre fatores linguísticos e sociais que influenciam essa variação.

Pretende-se ainda investigar se a redução do ditongo nasal, formas verbais, está se expandindo para outras classes gramaticais, como a dos nomes, o que pode indicar sua produtividade fonética em contextos mais amplos, assim como já previam os estudos de Battisti (2002). A partir de um corpus composto por gravações de falantes de São José do Rio Preto, com idades entre 16 e 25 anos, de ambos os sexos, níveis de escolaridade variados (do ensino fundamental ao ensino superior completo) e rendas entre dois e vinte e cinco salários mínimos, espera-se identificar possíveis correlações entre os perfis sociolinguísticos e as formas de realização do fenômeno. Assim, esta etapa metodológica sustenta não apenas a descrição, mas também a interpretação crítica da variação linguística, contribuindo para o entendimento da relação entre linguagem, sociedade e mudança.

3.1 Da escolha dos participantes

A estratificação etária adotada fundamenta-se nas contribuições clássicas da Sociolinguística Variacionista, segundo as quais falantes jovens tendem a apresentar maior frequência de variantes inovadoras na comunidade (LABOV, 1994; 2001). À luz dessa literatura, optou-se por selecionar participantes entre 16 a 25 anos, faixa etária que, conforme estudos prévios apresentados por Votre (1978) e Guy (1981), costumam

apresentar maior sensibilidade a mudanças fonéticas e maior produtividade de processos variáveis. Assim, a escolha não se deu de forma arbitrária, mas orientada pelo entendimento teórico de que esse grupo etário é um dos mais propícios para a observação do fenômeno investigado. Dessa forma, foram selecionados 32 entrevistas para compor a amostra dessa pesquisa.

Conforme o encaminhamento da análise dos dados, percebemos que teríamos de estratificar mais uma vez, concluindo então que seria interessante dividirmos entre masculino e feminino, novamente seguindo a mesma orientação do banco de dados em análise.

Enquanto ouvíamos as entrevistas gravadas, fazíamos anotações a respeito da produção ou não do fenômeno de redução do ditongo nasal átono no final das palavras terminadas em "em", tais como: embalagem, viagem, homem.

Por fim, nossa amostra é composta por 30 falantes compreendendo a faixa etária de 16 e 25 anos e divididos em dois sexos (masculino e feminino). Foram excluídas duas amostras: AC-027 e AC-030 por apresentarem trechos extensos de ininteligibilidade, dessa forma, nossa amostra ficou sistematizada da seguinte maneira: das 30 entrevistas válidas, 15 são de falantes do sexo feminino e 15 de falantes do sexo masculino.

O todo da amostra analisada pertence ao Banco de dados IBORUNA (Gonçalves, 2007), constituído por entrevistas sociolinguísticas de informantes provenientes do noroeste paulista. O banco foi constituído entre 2003 e 2007, por um grupo de pesquisadores, da UNESP de São José de Rio Preto.

Esse banco, de base sociolinguística, reúne entrevistas gravadas em contextos naturais de fala, produzidas tanto com participantes da comunidade em geral quanto com internos do sistema prisional da região noroeste paulista. As entrevistas seguem o modelo laboviano de coleta, buscando estimular a fala espontânea por meio de perguntas abertas e temas de caráter pessoal ou cotidiano, tais como relatos sobre a infância, primeiras experiências amorosas, práticas culinárias, acontecimentos

marcantes e narrativas de rotina. Esse procedimento garante que os dados obtidos reflitam a língua em uso em situações de baixa monitoração. A partir dessas gravações, foram auditados os trechos relevantes, e todos os casos de realização verbal e nominal que envolviam o ditongo nasal átono foram identificados e transcritos para posterior análise.

> O banco de dados, de médio porte, com pouco mais de 1,5 milhão de palavras, compõe-se de dois tipos de amostras de fala, que registram a variedade do PB falado no interior paulista: (i) uma amostra do censo linguístico de parte da região noroeste do estado de São Paulo, que, nucleada em torno de São José do Rio Preto, se compõe e 152 entrevistas sociolinguísticas; (ii) uma amostra de interação dialógica, constituída de 11 diálogos, envolvendo de dois até cinco informantes, gravados secretamente, em contextos livres de interação social (GONÇALVES, 2019, p. 277).

Com base no exposto acima, nesta pesquisa, analisamos exclusivamente a amostra do censo linguístico presente no banco de dados Iboruna. Essa escolha justifica-se pelo fato de que as entrevistas do censo oferecem fala espontânea, contínua e individual. As entrevistas sociolinguísticas abordam temas do cotidiano e da trajetória de vida dos informantes, oferecendo testemunhos valiosos sobre a realidade dessas comunidades, tanto em seu presente quanto em sua história.

Dessa forma, a pesquisa contribuiu para a compreensão da variabilidade linguística em línguas vernáculas, especialmente no que diz respeito das vogais nas terminações verbais e substantivas, e fornecerá subsídio para a elaboração de políticas linguísticas mais eficazes. A partir de um corpus composto por gravações de falantes de São José do Rio Preto, com idades entre 16 e 25 anos, de ambos os sexos, níveis de escolaridade variados (do ensino fundamental ao ensino superior completo) e rendas entre dois e vinte e cinco salários mínimos, espera-se identificar possíveis correlações entre os perfis sociolinguísticos e as formas de

realização do fenômeno. Assim, esta etapa metodológica sustenta não apenas a descrição, mas também a interpretação crítica da variação linguística, contribuindo para o entendimento da relação entre linguagem, sociedade e mudança.

3.2 Escolha do fenômeno

A escolha do fenômeno fonético da redução do ditongo nasal átono /ẽj/ foi motivada por sua recorrência na oralidade informal do português brasileiro (PB) e por sua relevância dentro dos estudos de variação e mudança linguística. Observações preliminares do banco de dados Iboruna revelaram que essa redução também ocorre em palavras de natureza substantiva, como viagem ~ viage ou mensagem ~ mensage, o que despertou o interesse por investigar a possível expansão do fenômeno para além do domínio verbal.

Conforme apontam Silva (2011) e Bagno (2007), o enfraquecimento articulatório de segmentos em posições finais, especialmente em contextos não acentuados, é comum na fala coloquial, refletindo tanto processos fonológicos quanto fatores estilísticos e sociais. Escolher esse fenômeno, portanto, permitiu explorar uma zona de intersecção entre aspectos estruturais da língua e marcas identitárias dos falantes, considerando que variantes reduzidas como essas, como bem nos assegura Labov (2008), costumam ser socialmente marcadas, ora como sinais de pertencimento a determinados grupos, ora como alvo de estigmatização.

Além disso, embora o fenômeno já fosse conhecido previamente pela literatura e por estudos regionais, sua identificação nas entrevistas ocorreu a partir da escuta sistemática e criteriosa das gravações, o que permitiu reconhecer sua frequência e distribuição no conjunto analisado. A possibilidade de estar diante de uma variável estável, conforme os critérios de produtividade e difusão propostos por Labov (2008), também contribuiu para a seleção, uma vez que investigar formas em expansão pode trazer contribuições significativas à compreensão da dinâmica da variação linguística em tempo aparente.

Portanto, a escolha do fenômeno se justifica tanto por sua relevância teórica e sociolinguística quanto pela presença consistente nos dados analisados. Ele oferece um campo fértil para refletir sobre os limites entre variação estável e mudança linguística, além de abrir espaço para discussões sobre identidade, prestígio e preconceito linguístico no contexto da fala jovem do interior paulista.

4 Resultados

Este estudo teve como propósito analisar o processo variável de redução do ditongo nasal átono /ẽj/ na fala de jovens entre 16 e 25 anos do noroeste paulista, com intenção de compreender como esse fenômeno se manifesta para além dos contextos verbais, estendendo-se também as palavras de natureza substantiva (nomes). A finalidade da pesquisa foi descrever a realização fonética do ditongo nasal átono /ẽj/ em diferentes contextos linguísticos e sociais, observando sua distribuição na fala espontânea dos informantes. Embora a literatura discuta a possibilidade de que certos apagamentos sinalizem mudanças linguísticas, o presente estudo não tem como objetivo testar essa hipótese, uma vez que sua análise se concentra em apenas uma faixa etária. Assim, o foco recai na caracterização da variação registrada na comunidade investigada, considerando ainda as influências de fatores sociais, com destaque para o gênero dos informantes. A análise parte da suposição de que o fenômeno pode estar condicionado tanto por fatores fonológicos, como a tonicidade da palavra, quanto por fatores extralinguísticos, como o perfil sociocultural dos falantes. Com base nas correntes teóricas da Sociolinguística Variacionista, especialmente nas proposições de Labov, este trabalho assume a teoria de que a variação linguística reflete dinâmicas sociais em constante transformação, e busca verificar se a forma reduzida, observada de maneira recorrente no corpus analisado, pode ser interpretada como reflexo dessas dinâmicas.

Segundo Silva (2011, p. 188), o fenômeno de redução pode ser definido como o "enfraquecimento de um segmento consonantal ou vocálico", destacando que esse processo pode ocorrer de forma sistemática na fala cotidiana, especialmente em contextos informais. Partindo dessa definição, compreende-se que a redução do ditongo nasal átono /ẽj/ não é um simples "deslize" articulatório, mas uma variação legítima, moldada por aspectos fonológicos e socioculturais. Assim, ao investigar esse fenômeno em uma comunidade linguística específica, torna-se possível revelar padrões de uso que podem sinalizar uma mudança em curso na variedade do português falado no interior paulista. Essa premissa fundamenta a intenção desta pesquisa de verificar como a realização reduzida se manifesta em falas reais e espontâneas, explorando suas possíveis motivações linguísticas e sociais.

A análise dos dados confirmou a presença do fenômeno da redução do ditongo nasal átono /ẽj/ na fala de todos os informantes da amostra, com pelo menos uma ocorrência registrada por indivíduo. Esse dado inicial reforça a hipótese de que se trata de um processo altamente produtivo na variedade falada no noroeste paulista, especialmente entre jovens de 16 e 25 anos, faixa etária considerada neste estudo.

A redução foi observada não apenas em formas verbais, onde já requentemente atestada, mas também em nomes, como por exemplo em viagem ~ viage; homem ~ home; jovem ~ jove; mensagem ~ mensage, entre outros, como podemos perceber, por exemplo, no trecho retirado do banco de dados: "*e tam(b)ém essa viagem foi a:: é:: marcô(u) muito por causa que eu gosto muito de parque de 50 diversã::o*" (AC-037, L. 49). Esse dado sugere uma possível expansão do domínio de aplicação do fenômeno, que pode indicar uma variável estável, conforme propõe Labov (2008), ao diferenciar variação estável de mudança linguística. A análise dos dados indica que a tonicidade é um fator linguístico central para compreender o domínio de aplicação do fenômeno. Como se trata da redução de um ditongo nasal átono, apenas sílabas não acentuadas podem sofrer o apagamento; por isso, formas monossilábicas tônicas, como têm, natural-

mente não se enquadram no processo, uma vez que o ditongo é realizado com proeminência acentual. Assim, a observação de que a redução ocorre sobretudo em palavras paroxítonas e proparoxítonas não revela exceções ao fenômeno, mas contribui para delimitar seu ambiente fonológico e morfológico preferencial, especialmente no âmbito das formas verbais.

De acordo com Labov (2008), a variação linguística não ocorre de forma aleatória, mas é sistematicamente condicionada por fatores linguísticos e sociais que interagem entre si no uso cotidiano da língua. O autor ressalta que o exame das variantes deve levar em conta tanto os contextos estruturais da língua quanto os perfis sociais dos falantes, pois são essas relações que revelam se estamos diante de um fenômeno estável ou de uma mudança em progresso. Essa concepção reforça a proposta deste estudo, que, ao observar a presença recorrente da redução do ditongo nasal átono /ẽj/ em diferentes contextos morfossintáticos e sociais, busca compreender de que maneira essa realização fonética se distribui, quais fatores parecem motivá-la e qual o seu papel na dinâmica da variação linguística atual.

No que diz respeito ao possível estigma social associado à redução do ditongo nasal átono /ẽj/, observou-se, durante a análise dos áudios, que os falantes raramente demonstravam qualquer consciência ou comentário sobre o uso da forma reduzida, o que sugere um alto grau de naturalização do fenômeno no contexto da oralidade. Os dados analisados revelam que o apagamento ocorre principalmente em trechos de fala espontânea, caracterizados por menor monitoramento linguístico. Como o corpus não contempla situações formais, não é possível afirmar, com base nos dados, que os falantes evitariam a forma reduzida em contextos de maior prestígio ou maior autocontrole. No entanto, a predominância da variante reduzida na fala informal é compatível com a literatura sociolinguística, que descreve esse tipo de realização como mais recorrente em estilos menos monitorados e frequentemente associada a menor prestígio social (BAGNO, 2007).

Vale destacar que a percepção de estigma associada à redução do ditongo nasal átono /ẽj/ é amplamente discutida na literatura sociolinguística, que aponta para a marcação social de certas variantes em função de sua associação a falas informais ou de menor prestígio. No entanto, como o corpus deste estudo é composto exclusivamente por fala espontânea, não é possível afirmar, a partir dos dados analisados, que os falantes evitariam essa variante em contextos mais monitorados, como mencionado anteriormente. O que se pode afirmar é que, na fala cotidiana observada, a redução ocorre de maneira natural e não é alvo de autocorreção pelos participantes.

Essa diferença de comportamento linguístico reforça a ideia de que, mesmo em uma comunidade onde a variante reduzida é comum, existe um julgamento social subentendido sobre o que é considerado "correto" ou "adequado". Isso demonstra como a língua, mais do que um simples meio de comunicação, atua como um marcador social, reforçando desigualdades e exclusões simbólicas. Compreender essas percepções é fundamental para que se avancem discussões sobre valorização da diversidade linguística e combate ao preconceito linguístico no contexto educacional e social.

Conforme argumenta Labov (2008), às formas linguísticas não têm apenas valor estrutural, mas também valor social, sendo julgadas de acordo com o grupo que as utiliza e o contexto em que ocorrem. Essa perspectiva reforça que variantes fonéticas estigmatizadas, como a redução do ditongo nasal átono /ẽj/, não são menos "corretas" do ponto de vista linguístico, mas são socialmente marcadas por associações com grupos de menor prestígio ou com contextos informais. Tarallo (2003), também aponta que certos traços linguísticos se tornam símbolos de identidade ou exclusão, e que os próprios falantes, muitas vezes excluídos, internalizam essas hierarquias linguísticas, moldando sua fala de acordo com expectativas sociais. Bagno (2007), por sua vez, destaca que o preconceito linguístico está diretamente ligado à discriminação social, especialmente contra falantes das camadas populares, cujas formas de

falar são frequentemente rotuladas como “erradas” ou “pobres”. Assim, a variante analisada neste estudo está em consonância com essas reflexões teóricas, reforçando a importância de se compreender a língua em sua dimensão social, histórica e ideológica.

Quanto ao fator extralinguístico, o gênero dos informantes, considerado nesta análise, foi possível observar uma maior frequência da forma reduzida entre os falantes do sexo masculino, como consta na imagem abaixo. Embora o recorte da amostra e o número de dados analisados ainda não permitam generalizações estatísticas conclusivas, esse indício dialoga com o que apontam estudos sociolinguísticos clássicos (LABOV, 2008; BORTONI-RICARDO, 2004), que identificam, em diversos contextos, uma maior tendência entre homens a empregar formas estigmatizadas ou consideradas de menor prestígio social, como também ressalta Bagno (2007). Assim, podemos ilustrar abaixo a diferença de produção considerando o gênero dos participantes:

Tabela 1: número de ocorrências da redução de /ẽj/ em substantivos

Masculino	Feminino
18	8

Fonte: Os autores, 2025

Considerando um total de 46 ocorrências da redução, sendo 26 em substantivos e 20 em verbos , podemos perceber, conforme a Tabela 2 acima, que o sexo masculino produz 69,3%, enquanto o sexo feminino apenas 30,77%. Isso pode se dar pelo monitoramento na fala, que parece ser maior entre as mulheres, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Tabela 2: Distribuição das ocorrências da redução do ditongo nasal átono /ẽj/ por classe gramatical e sexo dos informantes

Categoria	Total de ocorrências	Masculino (nº / %)	Feminino (nº / %)
Substantivos	26	18 (69,23%)	8 (30,77%)
Verbos	20	14 (70%)	6 (30%)
Total	46	32 (69,56%)	14 (30,43%)

Fonte: Os autores, 2025

No entanto, quando analisamos a produção do fenômeno nos verbos, temos uma pequena mudança em relação as ocorrências, tanto para os homens quanto para as mulheres, ficou equilibrado, 10 ocorrência em cada categoria.

Isto é, de 20 ocorrências de redução do ditongo nasal átono, temos 50% de produção para cada sexo, o que pode ser analisado quando analisamos que, com essa variável, temos uma intersecção com a sintaxe, ou seja, o falante reduz de "atendem" [aˈtẽdẽj] para "atendi" /atẽˈdʒi/, observado no trecho "ficam lá cuidan(d)o atende [aˈtẽdʒI] telefones..." (AC-037, L. 319).

Adicionalmente, ao observarmos que o fenômeno ocorre de maneira recorrente em praticamente todos os contextos comunicativos informais, reforça-se a ideia de que o apagamento de /ẽj/ se associa a registros de menor formalidade. Isso está em consonância com a observação de Tarallo (2003, p. 36), ao afirmar que as variantes linguísticas atuam por meio de "armas e artimanhas", adaptando-se a diferentes contextos sociais e estilísticos.

Por limitações metodológicas e de tempo, optou-se por não incluir, nesta análise, os fatores extralinguísticos de escolaridade e poder aquisitivo, embora reconheçamos a importância de tais variáveis na compreensão mais ampla do fenômeno. Consideramos fundamental indicar que pesquisas futuras sobre a redução do ditongo nasal átono /ẽj/ na

variedade do interior paulista sejam desenvolvidas com foco nesses aspectos, de modo a ampliar as interpretações possíveis sobre o fenômeno e aprofundar sua relação com fatores sociais diversos.

Em síntese, os dados analisados permitem afirmar que a redução de /ẽj/ é um fenômeno fonético recorrente e produtivo entre jovens falantes do interior paulista, com possíveis condicionamentos fonológicos e sociais. As evidências reunidas até aqui sugerem que essa realização pode constituir um processo de variável estável o que reforça a relevância de estudos sociolinguísticos atentos às formas reais da língua em uso e às suas dinâmicas de variação.

6 Considerações finais

A análise empreendida neste artigo contribui significativamente para o campo da Sociolinguística Variacionista ao explorar a produtividade da apagamento do ditongo nasal átono /ẽj/ não apenas em formas verbais, mas também em substantivos, aspecto pouco abordado em pesquisas anteriores, ou seja, foram encontrados apenas 12 pesquisas de domínio púbico com o mesmo tema, no entanto nenhuma era sobre o apagamento do ditongo nasal em palavras verbais. A investigação reforça o papel da oralidade como espaço legítimo de estudo linguístico e destaca a relevância de se considerarem fatores sociais na observação das variantes. O estudo contribui para ampliar a descrição do comportamento variável do ditongo nasal átono [ẽj] ao evidenciar sua ocorrência tanto em formas verbais quanto em substantivos, o que permite refinar o entendimento sobre a distribuição desse fenômeno na fala espontânea. Ainda que não se pretenda oferecer conclusões definitivas sobre mudanças em progresso, os resultados fornecem elementos que podem apoiar investigações futuras acerca da relação entre variação fonética, estrutura lexical e padrões sociolinguísticos.

Os resultados mostraram que de 46 ocorrências da redução, sendo 26 em nomes e 20 em verbos, todos os informantes apresentaram pelo

menos uma ocorrência da forma reduzida, evidenciando a produtividade do fenômeno na variedade do português falado no interior paulista. Identificou-se, ainda, que o processo tende a ocorrer com mais frequência em palavras paroxítonas e proparoxítonas, respeitando uma regularidade fonológica. O fator extralinguístico de gênero indicou uma maior ocorrência entre os falantes do sexo masculino, alinhando-se a estudos clássicos que apontam para uma maior tolerância ou adesão dos homens a formas estigmatizadas.

O apagamento de /ẽj/ em substantivos como viagem, mensagem e jovem indica uma possível expansão do fenômeno fonético além de seu domínio tradicional. Essa mudança, se confirmada em estudos futuros, poderá representar uma nova fase da variação em curso, com consequências importantes para a descrição da oralidade contemporânea. A naturalização do uso da forma reduzida em contextos informais e a ausência de autocorreção ou metalinguagem por parte dos informantes reforçam a tese de que essa variante,como bem nos assegura Labov (2008), embora socialmente marcada, está enraizada na fala cotidiana de jovens da região.

Cada recurso metodológico adotado neste trabalho foi essencial para os resultados alcançados. A combinação entre as abordagens qualitativa e quantitativa fortalece uma escuta sensível às nuances da fala real. A dimensão qualitativa, escolhida para este artigo permitiu um olhar diferenciado para os dados, favorecendo a identificação de padrões fonéticos em seus contextos reais de ocorrência. O recorte sociolinguístico adotado ofereceu subsídios para refletir sobre como sexo, idade e estilo de fala influenciam a realização fonética. Além disso, o uso do banco de dados Iboruna assegurou a autenticidade do material examinado, constituindo um diferencial na fundamentação empírica do estudo.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a amostra de informantes, incluindo faixas etárias diversas e considerando mais atentamente os fatores de escolaridade dos participantes Também seria relevante adotar um recorte diacrônico ou longitudinal para verificar a

persistência do fenômeno ao longo do tempo. Além disso, incluir o grau de monitoramento da fala em contextos formais pode revelar com mais precisão os limites e estigmas associados à variante reduzida.

Em suma, a investigação realizada reforça a importância de se observar a língua em uso, reconhecendo sua fluidez, dinamicidade e pluralidade. O fenômeno analisado exemplifica como as variações fonéticas podem se expandir e adquirir novos contornos, tornando-se pistas valiosas para compreender mudanças em andamento. Ao valorizar as formas reais de fala dos sujeitos, o presente estudo contribui para o combate ao preconceito linguístico e para a valorização das diferentes expressões da língua portuguesa no Brasil.

Referências

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 56. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

BATTISTI, E. **Redução dos ditongos nasais átonos no português brasileiro.** In: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. (Org.). Fonologia e variação: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 173-190.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa.** 2. ed. ampliada e atualizada pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010

BYBEE, Joan. **Mudança linguística.** Tradução, apresentação e notas de Marcos Bagno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. (Coleção de Linguística)

BORTONI-RICARDO, S. M. **O falar da escola: uma análise sociolinguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

COELHO, H. **Para conhecer a sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2015.

DE BONA, Camila; SCHWINDT, Luiz Carlos. **O PAPEL DA FREQUÊNCIA LEXICAL NA DESNASALIZAÇÃO DO DITONGO FINAL ÁTONO[ẽjɲ] EM NÃO VERBOS NO PORTUGUÊS DO SUL DO BRASIL**. Cadernos do IL, [S. l.], v. 1, n. 54, p. 027–046, 2017. DOI: 10.22456/2236-6385.67875. Disponível em:

https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/67875. Acesso em: 8 dez. 2025

DUARTE, M. E. L; PAIVA, M. da . **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** In: DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia; FARIA, Ingedore Villaça Koch (orgs.). Linguística. 2. ed. São Paulo: Ática, 2013. p. 173-196.

GONÇALVES, J. H. R. **O Banco de Dados Iboruna: constituição, critérios metodológicos e potencial de pesquisa**. In: HORA, D.; RIBEIRO, I.; TAVARES, M. A. (org.). Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos empíricos. São Paulo: Contexto, 2019. p. 265-284.

GONÇALVES, S. C. L. **Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista.** Revisadas. 2007. Disponível em: http://www.alip.ibilce.unesp.br. Acesso em: 28 jul. 2025.

GONÇALVES, A. C. **Alternância morfofonológica em P4 de verbos regulares de primeira conjugação no Noroeste Paulista.** Revista de Estudos Linguísticos e Literários, Curitiba, 2024.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. **Princípios de mudança linguística: fatores sociais.** Trad. Gabriel de Ávila Othero. São Paulo: Parábola, 2008.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos.** Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. (Série Lingua(gem), 26)

MARTINS, E. C. da S. A pesquisa qualitativa e a análise de conteúdo em educação. Campinas: Autores Associados, 2010.

MARTINS-BALTAR, A. M. **Norma linguística e ensino: o projeto NURC e o ensino de língua portuguesa**. In: FARACO, C. A. (Org.). Linguística e ensino de língua portuguesa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 143-166.

MOLLICA, M. C. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MOLLICA, M. C.; KENEDY, R. **O. Produção e percepção do apagamento variável de/r/ em coda silábica no português de Porto Alegre (RS).** Working Papers em Linguística, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 89-108, 2021.

ROMANO, V. M. & MENDES, R. B. (orgs.). P**rojeto ALIP – Amostra Linguística do Interior Paulista: procedimentos metodológicos.** São José do Rio Preto: IBORUNA/UNESP, 2005.

SILVA, E. C. da. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de atividades**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SOARES, Luana Yara da Silva. **A redução do ditongo nasal átono final na cidade de Uberlândia. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.** DOI https://doi.org/10.14393/ufu.di.2015.458

TARALLO, Fernando. **A sociolinguística quantitativa: princípios e métodos.** São Paulo: Ática, 1986.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística.** 7. ed. São Paulo: Ática, 1997.

TRASK, R. L. **Linguagem: introdução ao estudo da linguagem.** São Paulo: Contexto, 1999.

Sobre os autores

Alice Sauruk de Andrade1 - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista CNPq, processo número: 168617/2025-0.

✉ alice.sauruk@outlook.com

Catarina Zarochinski de Oliveira1 - Mestranda na linha de Estudos Linguísticos do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

✉ 250400400001@uepg.br

Gisele de Fátima do Prado - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

✉ 2340040006@uepg.br

Heloisa Kosinski - Mestra em Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

✉ 240400402014@uepg.br

João Victor Chiquetto Silva1 - Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Programa de Demanda Social – DS). Mestre em Letras (UFPR), doutorando em Estudos da Linguagem (UEPG).

✉ jvcsilva@uepg.br

Julia Ribeiro Chiquetto - Licenciada em Letras (UEPG), mestranda em Estudos da Linguagem (UEPG).

✉ 250400400036@uepg.br

Kiminay de Oliveira - Doutoranda em Estudos da Linguagem Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista CAPES, processo número:8887.146325/2025-00.

✉ 240311202002@uepg.br

Lorena Bianca da Silva - Graduada em Serviço Social (UEPG); graduada em Direito (CESCAGE) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

✉ 250400400038@uepg.br

Lucimar Araujo Braga - Professora orientadora. Doutora em Educação. Professora na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

✉ lab@uepg.br

Rictor de Oliveira Dantas - Doutorando em Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista.

✉ rodantas@uepg.br

Sebastião Lourenço dos Santos - Professor doutor do Programa de Estudos da Linguagem da UEPG.

✉ lorecutp@hotmail.com

CONSELHO EDITORIAL

Drª. Larissa de Cássia Antunes Ribeiro (Unicentro)
Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)
Drª. Silvana Oliveira (UEPG)
Dr. Anderson Pedro Laurindo (UTFPR)
Drª. Marly Catarina Soares (UEPG)
Drª. Naira de Almeida Nascimento (UTFPR)
Drª Letícia Fraga (UEPG)
Drª. Anna Stegh Camati (UNIANDRADE)
Dr. Evanir Pavloski (UEPG)
Drª. Eunice de Morais (UEPG)
Drª. Joice Beatriz da Costa (UFFS)
Drª. Luana Teixeira Porto (URI)
Dr. César Augusto Queirós (UFAM)
Dr. Valdir Prigol (UFFS)
Drª. Clarisse Ismério (URCAMP)
Dr. Nei Alberto Salles Filho (UEPG)
Drª Ana Flávia Braun Vieira (UEPG)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (UTFPR)